



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**REPRESENTAÇÕES E TRAJETÓRIAS EM UM CONDOMÍNIO
POPULAR DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA
BAIXADA FLUMINENSE**

DAYANA CAMPOS DE LELIS

Sob orientação do professor
Edson Miagusko

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Abril de 2017

C541r Campos de Lelis, Dayana , 25/09/1989-
Representações e trajetórias em um condomínio popular
do programa minha casa, minha vida na baixada
fluminense / Dayana Campos de Lelis. - 2017.
125 f.: il.

Orientador: Edson Miagusko.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Ciências Sociais , 2017.

1. Representações. 2. Trajetórias. 3. Minha Casa,
Minha Vida. I. Miagusko, Edson , 20/08/1972-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DAYANA CAMPOS DE LELIS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais** no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

Prof. Dr. Edson Miagusko - UFRRJ
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Carly Barboza Machado - UFRRJ

Prof^a. Dr^a. Márcia da Silva Pereira Leite - UERJ

DEDICATÓRIA

A Deus, primeiramente. Ao meu pai Caetano, a minha mãe Eliana (in memoriam). Ao meu irmão Diego. Ao meu namorado Raphael. E a minha irmã e madrinha Karla

AGRADECIMENTOS

A DEUS POR TUDO!

Sem Ele eu não teria chegado até aqui.

Obrigada pois sem a Sua presença esse trabalho não teria acontecido.

Todo o caminhar acadêmico, as dificuldades enfrentadas, os obstáculos, foram vencidos porque o Senhor esteve comigo a todo tempo.

Obrigada Virgem Mãe por interceder junto a Jesus pelo meu mestrado, pela minha vida, sua intercessão e a de São José foram extremamente importantes para que agora eu concluísse mais essa etapa em minha vida.

Aos meus pais, por toda educação transmitida, pelo cuidado comigo e pela preocupação de sempre com a minha formação.

A vocês toda a minha gratidão, se hoje eu sou o ser humano que sou, foi porque dentro de casa sempre tive uma base, uma educação sólida, sempre tive em que me espelhar, e dentro do nosso lar nunca faltou carinho e amor, ingredientes que somados fizeram com que eu me tornasse uma cidadã mais humana. Vocês abriram mão dos seus sonhos muitas vezes, se não, em todas elas, para colocar a minha vida e a do meu irmão como prioridade. Ao meu pai que durante toda a graduação e mestrado não mediu esforços para que mais esse sonho se concretizasse, que comigo enfrentou todos os desafios e obstáculos, para que hoje eu pudesse terminar o mestrado. Esteve comigo incessantemente, enfrentou as agruras, sorriu e celebrou comigo as vitórias, acreditou em mim quando nem eu mais acreditava.

A minha mãe Eliana (in memoriam) que foi e ainda é referência para mim de mulher guerreira, batalhadora, a quem eu gostaria de ser ao menos um terço do que ela foi. Você se foi cedo demais, mas ainda tenho viva em minha memória todo seu empenho como mulher, bibliotecária, esposa e mãe, um exemplo em todos os papéis que executava. Sei que daí de cima você olha, zela, e intercede por mim. Há um céu que nos une!

Ao meu irmão Diego, por ser irmão e amigo, por sempre me incentivar e apoiar todos os meus sonhos e projetos. Meu primeiro amigo, meu confidente, meu parceiro, olhar para trás e ver todas as nossas brigas na infância, na disputa pela atenção dos nossos pais e pelos brinquedos, e perceber que hoje, somos realmente cúmplices, é de uma alegria incomensurável para mim, saber que ao meu lado tenho mais que um irmão, tenho um amigo.

Ao meu namorado Raphael, por toda paciência, principalmente na escrita desta dissertação, além de todo amor e carinho cotidiano. Você foi fundamental para que esta dissertação terminasse.

Ao meu eterno orientador Edson Miagusko, a quem devo muito nessa caminhada acadêmica, sempre incansável na transmissão do saber. Muito obrigada por todas as orientações, sacudidas, e provocações nesses seis anos de aprendizado juntos.

As professoras que compõem a banca examinadora: Carly Machado e Márcia Leite, as quais admiro muito, e me sinto privilegiada de ser avaliada por vocês.

A minha amiga, irmã e madrinha Karla a quem serei eternamente grata, por estar ao meu lado desde a graduação e por ser o maior presente que as Ciências Sociais poderiam me proporcionar.

A todos os professores que não somente transmitiram conhecimento mas participaram comigo nessa jornada.

Aos meus colegas de mestrado, em especial a Jacquel

RESUMO Ricardo e a Fernanda, por compartilharem comigo seus aprendizados.

Aos meus pesquisados, por terem sido não somente objeto de pesquisa, mas fonte de saber.

A FAPERJ, pelo apoio e financiamento desta pesquisa.

E a todos, que de forma direta ou indireta contribuíram para a minha caminhada até aqui.

Muitíssimo obrigada.

“Por vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é, senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

(Santa Teresa de Calcutá)

RESUMO

LELIS, Dayana Campos de. **Representações e Trajetórias em condomínio popular do Minha Casa, Minha Vida na Baixada Fluminense**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

Este texto tem por objetivo analisar as representações e trajetórias de um condomínio popular localizado na Baixada Fluminense, produzido pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Sendo a Baixada cenário e lócus de diversas intervenções estatais, tomou-se como ponto de partida um condomínio popular do Programa Minha Casa, Minha Vida, para o presente estudo. Este texto contou com uma revisão bibliográfica sobre as representações, da Baixada e de nomeações sobre condomínio, bem como uma revisão sobre o Minha Casa, Minha Vida. Além disso, este trabalho apresenta uma metodologia qualitativa, a fim de analisar e compreender as trajetórias dos moradores envolvidos nessa política habitacional. Buscou-se, portanto, alcançar os indivíduos na tentativa de não somente ver e descrever suas trajetórias e agências, mas de compreendê-las a partir de suas histórias, da vida condominial e das percepções que estes tinham sobre o condomínio nesta política de habitação. Pôde-se constatar mediante as precariedades encontradas, o confronto no que diz cada instituição, a dificuldade dos moradores em saber a quem recorrer e os ilegalismos no condomínio, que tais ausências apontam como se produz moradia e governo para os pobres via habitação popular, e como o Estado legitima os ilegalismos dentro do condomínio.

Palavras-chave: Representações; Trajetórias; Minha Casa, Minha Vida.

ABSTRACT

LELIS, Dayana Campos de. **Representations and Trajectories in a popular condominium of Minha Casa, Minha Vida in Baixada Fluminense**. 2017. 125 p. Dissertation. (Master's degree in Social Sciences) - Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

This text aims to analyze the representations and trajectories of a popular condominium located in the Baixada Fluminense, produced by the Minha Casa, Minha Vida Program. Being the Baixada scenario and locus of several state interventions, a popular condominium of the Minha Casa, Minha Vida Program was taken as a starting point for the present study. This text had a bibliographical review about the representations, the location of Baixada and appointments about condominium, as well as a review on Minha Casa, Minha Vida Program. In addition, this research presents a qualitative methodology, in order to analyze and understand the trajectories of the residents involved in this housing policy. It was sought, therefore, to reach individuals in an attempt not only to see and describe their trajectories and agencies, but to understand them from their stories, condominium life and the perceptions they had about the condominium in this housing policy. It was possible to be verified by the precariousness found, the confrontation in which Says each institution, the difficulty of the residents in knowing who to turn to and the illegalities in the condominium, that such absences indicate how housing and government is produced for the poor through popular housing, and how the state legitimizes the illegalities within the condominium.

Keywords: Representations, Trajectories; Minha Casa, Minha Vida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Teia de Entrevistados.....	19
Figura2 – Dados populacionais de Seropédica.....	31
Figura3 - Localização de Seropédica no Estado.....	32
Figura4 - Perfil de domicílio em Seropédica.....	33
Figura5 - Imagem aérea de Seropédica com demarcação das Zonas de Interesse Social	34
Figura6 - Óbitos em Seropédica e Média Nacional.....	36
Figura7 - Foto área do condomínio analisado	41
Figura8 - Cartilha do Ministério das Cidades.....	47
Figura9 - Déficit Habitacional por renda mensal.....	49
Figura10 - Unidades habitacionais contratadas do Minha Casa, Minha Vida no Rio até novembro de 2010	50
Figura11 - Déficit Quantitativo e Oferta Habitacional de Seropédica	55
Figura12 - Déficit Qualitativo de Seropédica.....	55
Figura13 - Novos hábitos no Minha Casa, Minha Vida.	71
Figura14 - Novos hábitos no Minha Casa, Minha Vida : gato de energia	71
Figura15 - Novos hábitos no MCMV: Comércio dentro do condomínio.....	72
Figura16 - Distância física do condomínio ao centro mais próximo.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS

ABENC - Associação Brasileira de Engenheiros Civis

AMRJ – Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

BNH – Banco Nacional De Habitação

BR – Brasil

BRT - Bus Rapid Transit

CadÚnico – Cadastro Único

CD – Compact Disc

CEF – Caixa Econômica Federal

CEPERJ – Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores do Rio De Janeiro

CIDE – Centro De Informações e Dados do Rio De Janeiro

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

CREA- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EO – Entidade Organizadora

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FGHab - Fundo Garantidor da Habitação

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social

FUMHIS – Fundo Municipal de Interesse Social

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

L.O - Licença de Operação

MCMV – Minha Casa, Minha Vida

MG – Minas Gerais

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAR – Plano de Ações Articuladas

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMCMV – Programa Minha Casa , Minha Vida

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PT – Partido dos Trabalhadores

SEDEBREM - Secretaria de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Região Metropolitana.

SM – Salário Mínimo

SNH – Sistema Nacional de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social

SP – São Paulo

TV - Televisão

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UOL – Universo On Line

ZEIS – Zonas Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1- CAPÍTULO I - UM DEBATE SOBRE REPRESENTAÇÕES: CONCEITOS, NOMEAÇÕES E PERTENCIMENTOS	24
1.1- Delimitações e Representações Sociais Acerca Do Que é a Baixada Fluminense .	24
1.2- Seropédica é Baixada?.....	30
1.3 - Conjunto Habitacional, Condomínio, Condomínio Horizontal, Condomínio Popular? Uma Discussão Acerca Das Nomeações e Suas Representações.....	37
2- CAPÍTULO II - O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	44
2.1 – O Programa Minha Casa, Minha Vida e Suas Funcionalidades.....	44
2.2 – O PLHIS de Seropédica e o Condomínio Analisado: Contextualização.....	52
2.2.1 Levantamento quantitativo feito pela KAL.....	54
2.3 – Cidade Para Quem? Precariedade e Lacunas No Direito à Moradia.....	58
2.4 – A Quem Recorrer? A Confusão Entre a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura e a Empreiteira	64
2.5 – “Os Novos Hábitos no Minha Casa, Minha Vida”: Ilegalismos	70
3- CAPÍTULO III - O CONDOMÍNIO E SEUS MORADORES: TRAJETÓRIAS E ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	77
3.1 - Narrativas e Entrevistas: Consensos e Dissensos a Partir Dos Moradores	77
3.2 – “Declarar imposto de renda é uma benção! ”	84
3.2.1 – “Eu não me sentia pertencente, eu me sentia excluído” – A visão de Pedro sobre o condomínio e os moradores.....	86
3.3 – “Não ter muito para não abandonar a Deus”	94
3.3.1 - “Quero ficar aqui e tentar ajudar aqui do jeito que eu posso” - Valdo e sua relação com o condomínio.....	97
3.4 – O Longe e o Perto: Distância Estrutural, Efeito de Lugar e Heterotopias.....	102
3.5 – Particularidade Do Campo: O PMCMV Em Seropédica Não é Remoção.....	107
CONCLUSÕES.....	113
BIBLIOGRAFIA	116

INTRODUÇÃO

A cidade é lugar multifacetado e heterogêneo, entendida como espaço social, político e econômico. A cidade é também um campo extenso para discussão e para o surgimento de novas perspectivas teóricas a partir da pluralidade de apontamentos sobre o espaço urbano.

As cidades estão enraizadas nos hábitos e nos costumes de seus moradores, e em consequência disto possui uma organização moral bem como uma organização física, onde estas interagem mutuamente. (PARK, 1987)

As pesquisas envolvendo as cidades e seus atores sociais destacam-se pela reflexão e contribuição na interpretação da vida moderna, a cidade não é apenas um amontoado de indivíduos diferentes ela é também produtora de significados.

Nesse cenário a cidade se torna o lugar da reconfiguração dos espaços urbanos, espaços esses que são redesenhados pelo agravamento da questão social, pela “precarização do trabalho, explosão do desemprego, deterioração dos espaços coletivos, privatização dos serviços públicos”. Estabelecendo novas formas de segregação e violência urbana e novos circuitos de pobreza. (RAICHELIS, 2006, p.33)

Analisar e interpretar as paisagens urbanas atuais geram muitas disparidades, de um lado uma forma positiva de encarar as cidades em que as vê como arenas de vivência, subsistência e transformação social. E de outro lado, um discurso crítico, onde se formam espaços fragmentados e dispersos de cidadania urbana, constituídas por espaços exclusivos. (ALSAYYAD E ROY, 2009).

O fato é que, mesmo a cidade sendo um espaço de transformação social não se pode deixar de observar a dicotomia visualmente presente nos grandes centros urbanos. O Rio de Janeiro foi durante estes últimos anos alvo de intensas políticas urbanas e sociais, sede de grandes eventos internacionais, e em consequência disto, o que se observou foi uma intensa chegada de investimentos na cidade, e em grande parte da sua região metropolitana. O que se observou foi uma transformação territorial a partir da implantação dos grandes projetos urbanos¹. Dentre os grandes projetos que acontecem no Rio de Janeiro, podemos citar três que têm como lugar de intervenção a Baixada Fluminense: o Arco Metropolitano que ligará o complexo petroquímico do Estado

¹ Os Grandes Projetos Urbanos são também conhecidos como megaprojetos ou grandes intervenções urbanas. Essa expressão tornou-se de uso corrente desde quando, em meados da década de 1970, passaram a ser implantados no país projetos de investimentos, que por suas dimensões técnicas e financeiras, revelaram-se muito superiores aos empreendimentos até então existentes. Este fenômeno é cada vez mais crescente nas cidades do mundo, tais megaprojetos têm por objetivo a transformação dos espaços territoriais, essas novas territorialidades atingem escalas expressivas no meio urbano e geram novos significados para indivíduos, governos e empresas. (TOFFANO e VALOTO, 2011)

Segundo Piquet: [...] “A expressão ‘grandes projetos’ tornou-se de uso corrente desde quando, em meados da década de 70, passaram a ser implantados no país projetos de investimento que, por suas dimensões técnicas e financeiras, revelaram-se muito superiores aos empreendimentos até então existentes” (PIQUET, 1993, p. 98).

(COMPERJ), em Itaboraí, ao porto de Itaguaí², o Projeto Iguaçu, um projeto de saneamento com investimentos do PAC³, além do Minha Casa, Minha Vida⁴.

Diante deste cenário da Baixada Fluminense como *lócus* de intervenções, tanto públicas quanto privadas, buscaremos analisar as trajetórias, sociabilidades e os conflitos apresentados em um dos grandes projetos do Estado: O Minha Casa, Minha Vida numa cidade da Baixada Fluminense, a saber: Seropédica.

Durante toda a minha graduação, desde a minha primeira bolsa de iniciação científica estudei a Baixada Fluminense. Fui bolsista de iniciação científica por três anos, todos com meu atual orientador Edson Miagusko, e todos sobre a Baixada, ainda que sobre temas diferentes como o urbano, as representações, os grandes projetos urbanos, todos eles, no fim, convergiam para a Baixada Fluminense.⁵

O tempo foi passando, o final da graduação foi chegando, e queria algo que pudesse me informar mais sobre a Baixada a partir de novo olhar, uma pesquisa que teria orientação, mas que fosse, de fato minha. Buscava um campo que ainda não tivesse sido pesquisado, e que estivesse relacionado com as minhas pesquisas anteriores, e principalmente, que me desse autonomia para pesquisar.

Até que em muitas conversas sobre o que poderia pesquisar, “descubro” um condomínio faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em Seropédica, próximo a outro grande projeto urbano. Pesquisar o PMCMV seria de grande valia, principalmente diante do *boom* imobiliário que se encontrava o Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos.⁶

E então, as dificuldades começaram a surgir, os moradores da região não sabiam do condomínio, os que sabiam eram poucos e o que se dizia a respeito das “casinhas” era sempre muito contraditório, em conversas informais com os moradores da cidade analisada surgiam muitas representações divergentes acerca do lugar.

Uma primeira fala expressava medo e repressão sobre o condomínio: desde um lugar violento, de tráfico e prostituição até uma dica de que não deveríamos estudar mais esse condomínio, como uma forma de dizer: “Calma, vai devagar, você não sabe onde está pisando! ”. Em outros ambientes, como uma Igreja da região, os moradores os quais conversava não sabiam nem que o condomínio existia. Diferente da primeira representação e da segunda, a terceira fala, demonstrava que o condomínio não era “tudo aquilo que diziam”. Ou seja, rumores, informações não confirmadas de um fato ou de um conteúdo, que se espalhavam entre os diferentes membros desta sociedade.

Diante de tantas falas contraditórias, procuramos a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura, afim de que ambas pudessem nos fornecer mais dados sobre o condomínio. Em uma conversa informal com um funcionário público, a primeira pergunta foi: “Você está gravando? ” Nessa conversa, o funcionário mostra o seu descontentamento com a

²Mais informações em:

<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=4028808120E98EC7012121B1A5054B08>.

³ Maiores informações em: <http://www.projetoiguacu.com.br/index.php/projeto-iguacu/quem-somos>

⁴Maiores informações:

http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp

⁵ Projetos trabalhados em conjunto com o Edson Miagusko: Territórios da precariedade no Rio de Janeiro: conflitos sociais, trajetórias, e sociabilidades na Baixada Fluminense (2010-2013), Cidades e movimentos sociais: novas formas de ação coletiva nas periferias urbanas (2013- em andamento), A Baixada Fluminense e os grandes projetos urbanos: trajetórias, sociabilidades e circuitos nas periferias (2013- em andamento)

⁶ Os megaeventos a qual me refiro são a Copa e as Olimpíadas, esses dois eventos receberam muitos investimentos do Estado e da iniciativa privada. E o que se pode ver foram intensas intervenções urbanísticas e a remoção de pessoas e camadas indesejáveis onde se encontravam a realização de tais eventos.

posição da prefeitura diante do programa, segundo ele a essência do programa é boa, mas a prefeitura o corrompe. O funcionário afirmou que há um número de cotas para deficiente, baixa renda, moradores em área de risco, e o restante fica com a prefeitura, é a prefeitura que administra, e oferta as casas, porém essa oferta vai de acordo com sua vontade e filiação política, o que acaba corrompendo.

De acordo com o funcionário já há uma intimação para uma fiscalização maior, pois foi detectado o aluguel de casas no condomínio o que não é permitido segundo as normas e leis do PMCMV. Foi pedido para que a Caixa desse alguns dados sobre o programa, mas a única coisa que nos foi dado foi a informação da entrega em janeiro de 2013, que ainda teriam casas vazias e que a Caixa administrou até junho de 2014 pois ainda haviam obras a serem feitas. Segundo o gerente da Caixa, os condomínios só são inteiramente entregues à prefeitura para administração depois que as obras são finalizadas. Enquanto há obra, é a Caixa Econômica quem gerencia. Mais adiante darei conta da confusão que os moradores fazem com a dificuldade de saber quem acionar e recorrer.

Como não conseguimos nada além disso, fomos até a Prefeitura. Nesse órgão as coisas foram um pouco menos difíceis, depois de algumas tentativas de achar alguém que falasse pela secretaria de habitação, de tentativas sem sucesso, de agendar, remarcar, esperar, insistir, consegui uma conversa com o subsecretário de habitação, e de lá meu campo começou.

Após uma longa conversa, esclarecimentos, e comprovação, através de um documento ao qual atestava que era aluna da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e fazia realmente uma pesquisa sobre o condomínio, ele me convidou para reuniões com a construtora, pois na época em questão o condomínio não havia sido completamente entregue, pois ainda haviam obras a se fazer.

Com a indicação do subsecretário, cheguei até uma das entrevistadas. Ele havia fornecido alguns contatos a quem poderia procurar, eram os síndicos do condomínio. Na tentativa de contatar uma das síndicas para a entrevista não obtinha sucesso, o número estava sempre desligado ou fora da área de cobertura. Os dias foram se passando, e então resolvi procurar uma delas para uma conversa, mesmo sem agendar entrevista.

Cheguei no condomínio receosa, e cheia de pré-conceitos estabelecidos pelas conversas informais que havia tido no decorrer da fase exploratória, com um certo medo, afinal a maioria das representações era de um lugar violento e perigoso, entrei sem conhecer exatamente ninguém, com apenas o número do celular e o nome da síndica a quem devia procurar.

Como Joana⁷ é uma figura bem conhecida, não foi difícil encontrar sua casa. Na época, Joana estava desempregada, e a encontrei em casa, me apresentei, apresentei a pesquisa e agendei a primeira entrevista. Perguntamos a Joana se teria alguém para indicar, e então nos levou até dona Dulce, uma senhora, que hoje não se encontra mais no condomínio.

De algum modo, esse foi um dos problemas e dificuldades que enfrentei no início da pesquisa de campo, pois ainda não havia conseguido constituir uma rede que não passasse pelas redes articuladas pela prefeitura. A exemplo disso, em uma das minhas primeiras entradas ao campo fui confundida do lado de fora da casa de uma de nossas entrevistadas, como uma agente da Caixa Econômica Federal.

Após essas duas entrevistas fiquei um tempo afastada do campo, o que de certa forma atrapalhou o andamento da pesquisa, as tentativas de falar com Joana se frustravam, e dona Dulce parecia ter trocado de número, pois as ligações eram sem

⁷ Nome fictício para manter o sigilo dos entrevistados. Todos os nomes aqui apresentados não são reais.

sucesso. Voltei ao condomínio mais uma vez para tentar então, estabelecer novas redes de contato, e mais uma vez minha tentativa se frustrou. Chegava nas casas das pessoas sem nenhuma relação preestabelecida, e em decorrência disso o só ouvia: “ não posso te atender agora”, “ estou fazendo almoço”, “ preciso levar meu filho na escola”, “ não quero dar entrevista”, “ volta outra hora”, “estou ocupado”, etc.

Essas tentativas fizeram com que engatasse a marcha lenta, e a pesquisa de campo praticamente parasse, cheguei a cogitar tratar de como a pesquisa havia dado errado, ou demonstrar como fazer pesquisa quando o campo anda lentamente, até que em uma dessas voltas encontrei a filha da dona Dulce em casa, e dali consegui estabelecer algumas relações rápidas, fiz entrevistas curtas, e peguei alguns contatos. Em um desses contatos cheguei até Pedro, meu maior e principal informante, através dele estabeleci relações e realizei entrevistas. O encontro com Pedro, depois de vários percalços foi o que propiciou abrir o campo a partir de um determinado olhar.

Pedro foi a pessoa mais aberta para discussões, conversas, foi sem dúvida meu “auxiliar informal”, e por ter tido papel fundamental na pesquisa, de certa forma, trouxe um viés à pesquisa: a maior parte das trajetórias analisadas, das entrevistas realizadas se dão em alguma medida no campo religioso. Pedro é uma figura muito ativa na Igreja Congregacional, e os contatos fornecidos eram de algum modo também inseridos nesse contexto. A figura do batalhador perpassa as trajetórias, e Deus tem uma função *sui generis* na obtenção de suas casas.

Sem o objetivo de me estender, gostaria de destacar que a maioria da população na Baixada Fluminense é evangélica, e Seropédica lidera esse ranking de acordo com o censo de 2010.⁸

Assim sendo Pedro se tornou a pedra angular desta dissertação, ainda que eu não tenha feito uma observação participante, e tampouco uma etnografia, Pedro foi sem dúvida o meu Doc⁹. Gostaria de atentar para alguns pontos importantes para nomeá-lo desta forma.

Doc foi o informante chave e o mediador que garantiu o bom acesso ao grupo estudado, além de ter desempenhado outros papéis como conselheiro e protetor, de Foote Whyte. Pedro foi também sem dúvidas meu informante chave, aquele que garantiu o acesso ao condomínio, e que de certa forma me aconselhou durante os meses que estava pesquisando.

Nenhuma pesquisa qualitativa se dá sem um Doc, sem alguém que te abra as portas, Pedro com o tempo foi se tornando além de informante-chave, colaborador da pesquisa. Foi com ele que eu esclareci dúvidas e incertezas sobre o meu campo, e sua presença nesta pesquisa influi diretamente no caminho a ser percorrido nesta dissertação. (VALLADARES, 2007)

Deste modo, Pedro foi meu principal informante, e foi através dele que pude fazer praticamente todas as outras entrevistas. A cada entrevista que fazia me indicava mais alguém, e nesse interim, fomos conversando e pude acompanhá-lo mais perto. Entrevistei sua ex noiva, assim como sua “ex cunhada”, mulher que é casada com o irmão da ex noiva, apesar do término eles mantêm uma boa relação. O morador me indicou pessoas da igreja, líderes do condomínio como o professor de capoeira, funcionários da secretaria de educação, e amigos próximos. Toda a minha rede de entrevistados se deu através dele e das relações que tinha com as pessoas.

⁸ Seropédica lidera ranking de população evangélica na Baixada Fluminense: <http://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/maioria-da-populacao-da-baixada-de-evangelicos-seropedica-lidera-ranking-5531876.html>

⁹ Doc era o principal informante de Foote Whyte, uma pesquisa de campo que resultou no livro Sociedade de Esquina.

E devido a isso, torna-se importante estabelecer qual é a relação de Pedro com os entrevistados, e mostrar a teia que foi formada a partir dele.

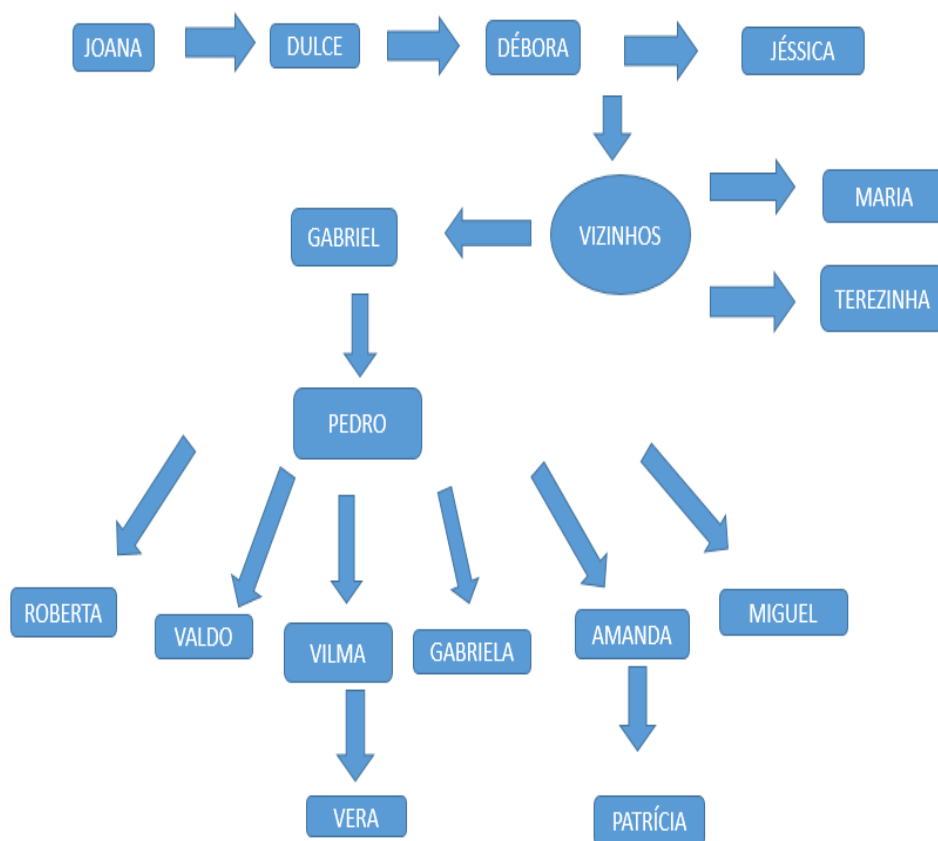


Figura 1 - Teia de Entrevistados

Foram no total 16 entrevistados formalmente, entretanto fiz diversas entrevistas informais com moradores do condomínio, moradores de Seropédica, ex moradores do condomínio, e alguns funcionários públicos. Algumas entrevistas foram em profundidade, outras mais rasas, e em outras pude acompanhar a trajetória um pouco mais de perto, mas de todos eles, Pedro foi quem realmente manteve contato desde a primeira entrevista até os dias mais recentes.

Partindo disso, tornou-se importante também traçar um pouco o perfil dos entrevistados. Nas entrevistas e conversas, além de perguntar sobre a trajetória de vida, perguntava sobre escolaridade, idade, de onde vinha, como ficou sabendo do condomínio, entre outras perguntas, e foi a partir dessas perguntas que tracei os seguintes perfis:

- 1 - Joana:** 44 anos, ensino médio completo, foi a primeira síndica do condomínio. Joana nasceu em Belford Roxo e veio morar no município em questão quando tinha um ano e meio, pois seus avós já trabalhavam na região. Sua família tinha vindo da Bahia para o Rio de Janeiro. Tem quatro filhos, sendo um deles de criação e está esperando mais um.
- 2 - Dulce:** 71 anos, ensino médio incompleto. Nascida na capital do Rio de Janeiro, morava anteriormente em Realengo antes de vir para Seropédica. Morou com a madrinha no centro de Seropédica antes de ir para o condomínio. Tem oito filhos e trinta e poucos netos e alguns bisnetos, sua família é mineira. Dona Dulce não mora mais no condomínio, é sua filha quem mora na casa.

3 - Débora: 31 anos, casada, ensino médio incompleto, tem três filhos, filha da dona Dulce, veio para Seropédica por causa da mãe, e a mãe veio através da madrinha. Nasceu na capital do estado e morava em Realengo antes de morar em Seropédica. Veio para o condomínio por causa da mãe.

4 - Jéssica: 25 anos, casada, dois filhos, ensino médio incompleto. Nascida em Campo Grande, Rio de Janeiro, veio morar em Seropédica depois que casou, amiga da Débora.

5 - Maria Aparecida: 68 anos, aposentada. Nasceu em Minas Gerais, foi criada em Petrópolis na casa em que a mãe trabalhava, depois foi para Nova Iguaçu, trabalhou em vários lugares até chegar em Seropédica. Ficou sabendo do condomínio pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)

6 - Terezinha: 74 anos, costureira. Morou 40 anos em Bangu, depois ficou três anos em Campo Grande e por causa da costura veio morar em Seropédica, morava no km 49 e pagava aluguel. Tem três filhos, uma mora em Realengo, outro mora em Vasconcelos, Nova Iguaçu, e o terceiro mora com ela pois está separado.

7 - Gabriel: 38 anos, pedreiro, ensino médio completo, com um filho. Nascido no interior de São Paulo, está há 6 anos morando em Seropédica, veio com serviço arrumado para trabalhar dentro da Rural. Morava de aluguel, em Seropédica antes de ir para o condomínio

8 - Pedro: 36 anos, pai de um filho, pós-graduado em letras-português e professor de ensino médio. Nascido em Seropédica, foi para Niterói, morou nas ruas, e retornou para Seropédica posteriormente.

9 - Roberta: 31 anos, mãe de uma filha, superior incompleto. Nascida e criada em Seropédica. Casou com 18 anos e morou com o ex marido na casa dos pais até os 24 anos, se separou, conheceu o atual marido na prefeitura. Estudou em colégio particular durante toda a vida, chegou a cursar pedagogia, mas interrompeu por causa da gravidez.

10 - Valdo: 37 anos, ensino médio completo. Nasceu em Seropédica, morou em Mangaratiba, e depois retornou a Seropédica. Tem dois filhos. Técnico em edificações, e mestre de obra com certificado da ABENC (A Associação Brasileira de Engenheiros Civis).

11 - Gabriela: 31 anos, ensino superior incompleto. Nasceu e morou a vida toda em Seropédica. Atualmente mora no km 49, mas aluga a casa do MCMV, inspetora de colégio municipal. Ficou sabendo do Programa através de uma amiga na Caixa Econômica que avisou para fazer a inscrição. Morou três anos no condomínio.

12 - Vilma: 33 anos, ensino médio completo, nascida no Rio Grande do Norte, com filhos, morava em Itaguaí, trabalha na secretaria de educação.

13 - Vera: 47 anos, ensino médio completo. Trabalha na secretaria de educação, no departamento de pessoal. Nascida e criada em Seropédica, morou nos km 40 e 42. A mãe morava em Niterói, o pai em Campos, e se conheceram em Seropédica. Conhecia muitos moradores quando foi morar no condomínio, tem muitos conhecidos que moravam no km 40 e agora moram lá.

14 - Amanda: 45 anos, ensino médio completo, nascida em Seropédica, técnica de enfermagem, morava no km 42 antes de ir para o PMCMV, os pais eram do Espírito Santo.

15 - Patrícia: 48 anos, merendeira, ensino médio incompleto. Nasceu em Realengo, duas filhas, casou em Irajá e ficou lá por algum tempo. Conheceu o marido, depois foi para Mesquita, Realengo, e por fim Seropédica. Têm parentes em Seropédica e por isso ficou sabendo do PMCMV.

16 - Miguel: 33 anos, ensino fundamental incompleto, com filhos, maqueiro e professor de capoeira. Nascido em Queimados, veio para Seropédica com cinco anos, retornou a Queimados, e depois voltou para Seropédica.

Esses foram os entrevistados formais. Não segui um critério para a escolha destes, parti da técnica de “bola de neve”¹⁰, um me indicava, eu ia atrás, e assim fui indo. Realizei as entrevistas no período de abril a setembro de 2016. Visitei o condomínio algumas vezes nesse ínterim, mas também fiz algumas entrevistas do lado de fora. Alguns pude encontrar mais de uma vez para conversas informais. Foram, portanto, esses entrevistados os instrumentos da pesquisa de campo.

Destarte, esta dissertação contará com três pilares fundamentais: o de representações; o Programa Minha Casa, Minha Vida; e as trajetórias.

Buscou-se então compreender suas vidas em particular, suas histórias, seu condomínio, suas convivências, seus conflitos, enfim, trazer à tona a vivência dos principais envolvidos nesta política habitacional brasileira.

Assim como Whyte:

“[...] pouco iremos nos preocupar com as pessoas em geral. Encontraremos pessoas particulares e observaremos as coisas particulares que fazem. O padrão geral de vida é importante, mas só pode ser construído por meio da observação dos indivíduos cujos padrões configuram esse padrão. (WHYTE, 2005, p.23).

A pesquisa de campo trouxe a mim uma desnaturalização. A estigmatização do condomínio, os pré-conceitos que carreguei foram deixados de lado no decorrer da minha inserção no campo, desde a desconstrução de certas categorias analíticas, assim como uma familiarização com o condomínio e os moradores, ainda que eu não tenha habitado por lá.

Dessa maneira, partindo do pressuposto que não existe nenhuma análise totalmente objetificada, tal como Weber (1992), buscarei mostrar a agência dos indivíduos no interior do condomínio, de tal modo que ao pensar o particular possa verificar o quanto tais ações possam ser generalizadas. Weber (1992) nos ajuda a pensar a sociedade na pluralidade, na diversidade, permeados dos aspectos culturais, sociais e religiosos. Outro autor que serviu de âncora para se pensar a metodologia deste projeto, em relação às entrevistas foi Bourdieu (2007), pois não buscarei apenas dar voz aos entrevistados, ou somente coletar suas falas, busco fazer uma análise dos seus discursos e narrativas. Pois como afirma Bourdieu (2007), apenas dar voz, sem ter uma reflexividade não é fazer sociologia, a fala é importante, mas só transpor as narrativas sem análise nos levaria a uma sociologia espontânea, a qual não se pretende fazer.

Ainda que saibamos que é pouco diante das relações de poder que tais camadas se encontram, e que o discurso pode ser produzido em razão destas, (FOUCAULT, 1996), acredito/vejo também nessa metodologia uma forma de “dar voz aos sem voz, [e] valorizar vidas que a ideologia contemporânea descreve como deficientes, sem importância — ou invisíveis” (DI LEONARDO, 1987, p. 3).

Em suma, esta dissertação, busca alcançar as agências dos indivíduos, contextualizando com o cenário e os processos de mudança em que vivem, sabendo que o fazer sociológico é um constante ir e vir, que nada permanece igual (BECKER, 2007). O objetivo deste texto, portanto, é compreender as trajetórias dos moradores de um condomínio popular que está localizado na Baixada, a maior parte da bibliografia sobre o PMCMV no estado do Rio de Janeiro está voltada para a sua capital.

¹⁰ A técnica de bola de neve é uma metodologia não probabilística, a ideia é oriunda do efeito causado quando a bola de neve desce as encostas, ou seja, aumenta de tamanho. Nos termos da pesquisa qualitativa, o número de entrevistados aumenta quando as “sementes” indicam outros entrevistados. (VINUTO, 2016)

Desse modo essa pesquisa se deu na tentativa de não somente ver e descrever um condomínio popular produzido pelo PMCMV na Baixada Fluminense, mas de compreender as esferas que envolvem essa política habitacional, para além do Estado, buscando os moradores, suas agências e trajetórias. O campo trouxe novos questionamentos, questões particulares e toda a estruturação do texto se deu de acordo com a pesquisa de campo, indagações que o próprio campo fez, e que precisei dar conta. Tratar de um condomínio na Baixada, e que, diferente do que se viu no Rio de Janeiro não é remoção, torna particular esta pesquisa.

Essa dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo conta com um debate sobre representações, nele tratamos sobre as representações da Baixada Fluminense, de Seropédica, quais foram e quais são as representações que circulam sobre esses lugares. E uma discussão acerca da conceituação e nomeação de conjuntos habitacionais, condomínios e condomínios populares.

Tomou-se como primeiro a discussão sobre as representações da Baixada, por esta ser um lugar multifacetado e com diversas representações, para depois fazer uma discussão sobre o pertencimento ou não de Seropédica a esta região. A discussão sobre as representações tanto da Baixada, como de Seropédica se fez necessária devido ao campo, e aos inúmeros questionamentos no decorrer do mestrado sobre a pertença da cidade analisada a Baixada Fluminense.

A discussão sobre as nomenclaturas a serem utilizadas também foi algo que surgiu no decorrer da pesquisa de campo, partia de uma conceituação de conjunto habitacional e precisei não somente desconstruir tal conceito, como inserir na pesquisa o conceito de condomínio o qual é utilizado pelos principais envolvidos nesta pesquisa, os moradores.

No segundo capítulo tratou-se mais especificamente sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Fez-se um levantamento bibliográfico sobre o programa, assim como, estudos sobre outros condomínios populares produzidos nessa política de habitação. Nele também contém as informações sobre o pedido do PMCMV para Seropédica até a sua finalização, o déficit habitacional da cidade, entre outras informações sobre o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Seropédica organizado pela Kal, empresa responsável pela produção do empreendimento, todas essas informações sobre a cidade pesquisadas foram obtidas com o subsecretário.

Os outros três subcapítulos surgiram com o campo: a precariedade, a dificuldade em saber a quem recorrer e as ilegalidades no condomínio. A precariedade, pois, praticamente todos os pesquisados, ainda que gostassem de onde moram tinham algo a reclamar, seja a precariedade arquitetônica, ou a falta de acessibilidade e aparatos públicos ao redor do condomínio. A dificuldade a quem recorrer pois também foi uma constante, os moradores eram divergentes e muitas vezes se confundiam em dizer quem era responsável pelo o que. A discussão de ilegalidade surgiu quando os beneficiários questionavam muitas vezes sobre sua moradia, e que “ novos hábitos” surgiam exatamente devido a precariedade do lugar em que moram.

Por último, mas não menos importante, discutiu-se sobre o campo, resalto que todos os capítulos fazem diálogo com o campo, e que essa discussão não se deu somente no último capítulo, ela só ocorreu de forma mais densa. Neste terceiro capítulo trago a teia dos entrevistados e as suas relações, algumas narrativas, consensos e dissensos sobre o condomínio, e duas trajetórias que tratei de modo particular. Dois homens, inseridos no campo religioso, moradores do condomínio, batalhadores, porém com algumas ideias e

conceitos divergentes sobre o condomínio e os outros moradores. Discuto também a noção de perto e longe, noção que o campo imputou no decorrer da pesquisa, e a qual busco explorar de forma mais conceitual. Por fim, a particularidade do campo, essa pesquisa não se trata de um condomínio de remoção, e sim de um empreendimento produzido na Baixada Fluminense para sanar os próprios déficits habitacionais da cidade em questão.

A estruturação dos capítulos bem como o sumário produzido foi todo organizado segundo o campo de pesquisa. A ideia de se estudar um condomínio popular do Minha Casa, Minha Vida na Baixada Fluminense, partia a princípio da iniciativa de se estudar um grande projeto na Baixada, próximo a outro grande projeto: o arco metropolitano, e qual seria a relação que este condomínio analisado tinha com a região em questão. Entretanto, isso não ocorreu, desfiz conceitos e precisei reestabelecer outros. Deste modo, percebendo que não havia uma ligação, de fato, entre o o condomínio e arco, busquei olhar os moradores, suas trajetórias, e não mais a relação externa entre dois grandes projetos, ao contrário do que pensava, a pesquisa se tornaria mais rica se conseguisse capturar ao menos a agência daqueles que são os principais envolvidos nesta política habitacional, ou deveriam ser.

A dissertação buscou, portanto, trazer ao leitor um olhar sobre o condomínio e o PMCMV a partir das trajetórias dos moradores, e dar luz a questões que o próprio campo trouxe.

1- CAPÍTULO I - UM DEBATE SOBRE REPRESENTAÇÕES: CONCEITOS, NOMEAÇÕES E PERTENCIMENTOS

Entende-se por representações sociais a atribuição que um indivíduo ou um grupo fazem sobre algo ou alguém, as representações nem sempre são uma cópia da realidade, elas se dão de diversas formas dependendo de quem e de onde se fala, são maneiras de pensar e interpretar o cotidiano de acordo com quem propaga. Em outros termos, as representações sociais são socialmente elaboradas, e por vezes compartilhadas pelos seus grupos sociais, exercendo muitas vezes funções simbólicas e/ou ideológicas por onde circulam.

Este capítulo, deste modo, visa analisar e debater as representações sociais como num todo. No primeiro subcapítulo tratarei das representações sociais e midiáticas sobre a Baixada Fluminense, tratarei, de um modo geral, quais são as representações que circulavam e/ou ainda circulam sobre a Baixada, assim como também, quais são as categorias acionadas para delimitar a Baixada, e quais municípios a pertencem.

Em seguida, buscarei analisar e debater sobre o pertencimento ou não de Seropédica à Baixada Fluminense e quais categorias a cidade coloca para dizer que é Baixada. Quais são as categorias, os interlocutores e os acionamentos dados.

Por fim, farei uma análise e um breve discussão sobre as nomeações, e as categorias analíticas usadas por parte da academia, do Estado, sobre conjuntos habitacionais, condomínios e suas derivações.

1.2- Delimitações e Representações Sociais Acerca do que é a Baixada Fluminense

As delimitações e representações sobre a Baixada Fluminense são extensas, por muito tempo a Baixada foi vista e representada apenas como uma região periférica à capital do Estado; local de moradores que trabalhavam no Rio de Janeiro, rural; de migração, fundamentalmente, nordestina; e de classes empobrecidas. (BARRETO, 2007; ALVES, 2002; ENNE, 2004; SIMÕES, 2007). Porém, o que se vê a partir dos anos 2000, é uma mudança na construção das representações sociais sobre a Baixada Fluminense, principalmente, a partir da grande imprensa, antes projetada pela deterioração das condições sociais e urbanas que alimentavam a formação de espaços onde prevalecia uma representação da violência e da barbárie para imagens de local de oportunidades. Essas duas representações positivas e negativas não são dicotômicas, e tampouco excludentes, são sobrepostas e por isso que buscarei fazer uma análise sobre as representações sociais construídas sobre a Baixada.

Estudar a Baixada Fluminense é algo que me motiva devido à quantidade de significados e formas de interpretá-la. A Baixada se mostra como um espaço repleto de alteridades, similaridades e contradições que não correspondem apenas a um domínio natural, mas a uma construção social, qualificada, tensionada e se manifesta especialmente onde o território é visto não só como continente onde o social se desdobra, mas como organização espacial que produz um efeito sobre o social. (BOURDIEU, 1997)

Devido a isso é tão problemático delimitar a dimensão da Baixada e quais municípios a compõe. Não existe um consenso entre autores que a pesquisam ou em

órgãos públicos como a Secretaria da Baixada, a FIRJAN, CEPERJ, o IBGE¹¹ e o Governo do Estado do Rio de Janeiro¹². Estudos geográficos qualificam a Baixada como toda porção de planícies baixas, que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, que são frequentemente alagadas e se estendem de Mangaratiba até Campos. (GEIGER & SANTOS, 1956). Dentre os autores aqui estudados, não há um consenso sobre os limites da região. José Cláudio Alves divide a Baixada a partir dos elevados índices de homicídio:

“No caso do presente estudo, a definição de Baixada se dará tendo em vista a questão da violência. A violência, que serviu de referência na demarcação da fronteira entre o mundo civilizado e a barbárie, separando a cidade do Rio de Janeiro da Baixada Fluminense, ao longo de duas décadas, foge agora dos seus limites espaciais e passa a fazer parte da realidade carioca”. (ALVES, 2003, p.15 e 16)

Alves chama a atenção para um caso que aconteceu em 1993 quando uma deputada federal após uma chacina ocorrida na favela de Vigário Geral localizada no subúrbio carioca lamenta a tragédia ocorrida “na favela da Baixada Fluminense”, esse equívoco segundo o autor mostra os problemas de limites da região e como as classificações e representações sobre algo são movediças, a depender de quem anuncia e do interlocutor. Os elevados índices de homicídios tornam a violência o elo principal da aglomeração dos municípios escolhidos para sua análise, isto ocorre, devido principalmente aos meios de comunicação. Alves ao analisar a Baixada Fluminense pelo viés da violência, a verifica ao nível da sociedade, incorporando o histórico e o local, levantando a hipótese de coexistência entre acumulação da violência e desenvolvimento territorial e urbano, contrariando as teses que afirmam que as ações desses grupos seriam paralelas ao Estado:

A formulação de uma história da Baixada Fluminense atentando para as relações de poder, sobretudo na construção do estado, possibilita operacionalizar uma análise mais detalhada das formas instrumentais da violência, no seu sentido mais amplo, e permite identificar rupturas, continuidades, dinâmicas que estarão, por sua vez, associadas às esferas econômicas, culturais e sociais (ALVES, 1998, p.20).

Linderval Monteiro (2007) afirma que um erro comumente cometido é não levar em conta a violência cotidiana entre os moradores baixadenses e aqueles pertencentes à região metropolitana, um erro que reforça o estigma de ser a Baixada um lugar onde a barbárie é atemporal, ou que possa existir ali sequer uma idade de ouro como em outros lugares periféricos.

Manoel Ricardo Simões (2007) utiliza o critério de emancipações, ou seja, a Baixada em sua visão seria formada por municípios oriundos da antiga Vila Iguassu, atual Nova Iguaçu e de Duque de Caxias, a saber: São João de Meriti, Nilópolis, Duque de

¹¹ O IBGE não contém a subdivisão “Baixada Fluminense” em seus aglomerados. Segundo o IBGE a divisão se dá em meso e microregião geográficas: Norte Fluminense, Noroeste Fluminense, Centro Fluminense, Baixadas, Sul Fluminense e região Metropolitana. Disponível em : http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acessado em: 17/03/2014

¹² O governo do Estado do Rio de Janeiro também não faz uso dessa divisão . “O Estado do Rio de Janeiro está dividido em oito Regiões de Governo. Esta divisão está apoiada na Lei nº 1.227/87, que aprovou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991. Desde então, foram feitas algumas alterações tanto na denominação quanto na composição dessas Regiões. São elas: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde”. Encontrado em: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html. Acessado 17/03/2014

Caxias, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita. Barreto (2004, 2006, 2007) apresenta duas concepções diferentes, uma que abrange 14 municípios e outra que abrange 13.

Além dos autores estudados, instituições públicas também apresentam divergências na composição dos municípios, a Secretaria da Baixada Fluminense (antigo SEDEBREM) utiliza 13 municípios¹³ e não fornece maiores explicações para fazer tal divisão da Baixada. A FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) divide a Baixada em dois aglomerados: Baixada 1¹⁴ e Baixada 2¹⁵ e utiliza do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹⁶ para fazer tais aglomerados. O CEPERJ afirma usar a definição tradicional da Baixada Fluminense (Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias).

Segundo André Rocha (2009) a Associação dos Prefeitos da Baixada também utiliza os mesmos municípios da Secretaria da Baixada Fluminense. O resultado dessas muitas representações, delimitações do que é e quais municípios pertencem fazem parte de uma disputa de poder, onde a “indefinição constituída em um horizonte simbólico representacional colocou um impasse sobre a definição da Baixada”. (ROCHA, 2009, p.104)

A Baixada está articulada a interesses comuns, é produto de um imaginário resultante da construção daquele que fala a partir do grupo social detentor de um poder simbólico, “como poder constituir o dado da enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, desse modo, ação sobre o mundo” (BOURDIEU, 2000, p.14). Mediante a isso, não cabe aqui uma delimitação engessada da Baixada, é evidente, que seus limites são fluídos, o que parece caber melhor aqui não é a indicação de quais municípios compõem a Baixada, mas a própria problematização desta representação. Portanto, não existe um consenso ou apenas uma Baixada, e sim muitas Baixadas.

Alves, um dos teóricos referenciais para se tratar de Baixada Fluminense, afirma a necessidade de se estudar a Baixada e que isso se deve ao fato da região apresentar características plurais e diversas, onde se tem “uma realidade sócio espacial onde se condensam as mais dramáticas contradições vivenciadas pela sociedade brasileira”. (ALVES, 2002, p.132).

A Baixada, dentre as regiões em que se divide o Rio de Janeiro, representa quase que ¼ da população do Estado e é uma das mais populosas perdendo apenas para a capital do estado. Segundo o Censo do IBGE (2010), a população da Baixada tem mais da metade da população da capital, em torno de três milhões e meio de habitantes, além de ser o segundo maior colégio eleitoral do Rio de Janeiro.

Ao longo da história, a Baixada Fluminense foi vista e representada com uma imagem de um “território de precariedade” em torno da “cidade maravilhosa”, em que a deterioração das condições sociais e urbanas alimentavam a formação de espaços onde prevalecia uma representação da violência e a barbárie, num jogo de relações que coloca a região como o outro no Rio de Janeiro, assim como as favelas. A partir dos anos 2000

¹³ Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri, Queimados, Seropédica, Paracambi, Magé, Guapimirim e Itaguaí

¹⁴ Mangaratiba, Itaguaí, Nova Iguaçu, Seropédica, Queimados, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Japeri

¹⁵ Duque de Caxias, Paty de Alferes, Miguel Pereira, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé e Guapimirim.

¹⁶ O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. (<http://www.firjan.com.br/ifdm/>)

se observa mudanças não só nas representações sociais da Baixada Fluminense, como também uma mudança político-social.

Atualmente, a Baixada é o *locus* de diversos tipos de intervenções estatais e privadas, urbanas e sociais, além de estar inserida em projetos de desenvolvimento de escalas que ultrapassam as fronteiras locais. Não é novidade que o Rio de Janeiro se encontrava num *boom* de projetos e intervenções, como a realização de megaeventos, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Muitos projetos foram feitos não apenas na capital, mas em grande parte da região metropolitana, para receber os megaeventos. Com o Rio de Janeiro sendo sede de grandes projetos o que se observou foi a chegada de vultosos empreendimentos até mesmo na Baixada¹⁷, ainda que esta não tenha sido sede, há um reflexo dessas políticas na região.

A Baixada Fluminense é vista e compreendida de diversas formas, seja pela grande mídia, seja por órgãos oficiais, moradores e autores que a estudam. Para Enne (2002) ela “é “polissêmica”, para Alves (2003) de “limites fluidos”, para Barreto (2006) com grande “notoriedade política”, e para Simões (2011) como um lugar que expressa relações entre “sociedade e natureza”. Por essas e por tantas outras características e formas, buscamos analisar as representações sociais acerca da Baixada Fluminense.

Por muito tempo a Baixada, como falado anteriormente, foi vista e representada apenas como uma região periférica à capital do Estado. Vale lembrar que noção de “periferia” é polissêmica, e não poderíamos passar por esta discussão sem problematizar o termo. A noção de periferia na Baixada não é nativa, diferente do que acontece em São Paulo, a Baixada Fluminense tem como noção nativa um lugar comum que se diferencia da capital do RJ, que fica “lá embaixo”¹⁸, quando na verdade tudo é planície.

Nos anos 1970 e 1990, os trabalhos acadêmicos das periferias paulistanas se orientavam pela dicotomia centro-periferia, no centro se encontravam ricos e bem servidos dos equipamentos públicos e serviços. De outro lado, na periferia, moradores com salários baixos e infraestrutura precária. Ou seja, o termo periferia só podia ser entendido em oposição ao centro.

¹⁷“Nova Iguaçu se encontra 26ª colocação do ranking o setor mobiliário, desde 2013, considerando somente os empreendimentos com mais de 50 unidades, foram construídos quase 3 mil unidades residenciais com valores que variam de R\$ 160 mil até R\$ 900 mil. Somente neste ano de 2015 já foram lançados três novos empreendimentos. O último realizado no início deste mês, o The Park Design Residences, vendeu 83% das unidades em apenas uma semana.[...] Além do setor imobiliário, com a construção de prédios habitacionais, a rede de hotelaria e serviços, a construção e ampliação de shoppings, novos restaurantes e bares também tem fomentado a economia do município. “A população ganha muito. No caso dos bares e restaurantes também há, há frequentes promoções. Para a economia é muito importante, sem contar a geração de empregos”, finaliza a economista. Outras cidades da Baixada também estão na lista das melhores cidades para investimentos imobiliários: Duque de Caxias (27º), São João de Meriti (47º), Belford Roxo (58º) e Nilópolis (93º).” (<http://odia.ig.com.br/odiabaixada/2015-10-17/setor-imobiliario-movimenta-a-economia-da-baixada-fluminense.html>). Visitado em 08/04/2016

Além disso: “Serão aplicados R\$ 431 milhões, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), do Governo Federal [na Baixada Fluminense]. Desde o início do programa, em julho de 2007, foram realocadas 3 mil famílias ribeirinhas e aplicados R\$ 450 milhões em obras nos seis municípios.”(<http://oglobo.globo.com/rio/inea-baixada-fluminense-recebera-431-milhoes-em-obras-11060930>). Visitado em 08/04/2016

“O maior projeto de mobilidade urbana de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense começou a ganhar corpo nesta quarta-feira (15/10), com a assinatura do convênio entre a prefeitura de Duque de Caxias, ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal (CEF), no valor R\$1,5 milhão para o início dos estudos de um projeto que irá implantar na cidade um sistema de transporte que integrará BRT, ferrovia e ciclovias.[...] Na ocasião, também foi assinado um convênio para a construção de 900 moradias no bairro do São Bento, no valor de R\$ 84 milhões. (http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1681:mobile&catid=40). Visitado em 08/04/2016

¹⁸ Fala de dona Dulce uma das entrevistadas do condomínio.

Os estudos de cunho marxista, nesse período, encaravam a cidade como um espaço de consumo coletivo e de luta social em torno da reprodução da classe trabalhadora. A cidade como objeto de pesquisa permitiu que o urbano fosse reconhecido não somente como *locus*, mas como forma da expansão capitalista. É nesse período o início do que poderia vir a ser uma teoria da urbanização na periferia do capitalismo. (ARANTES, 2009).

Estes intelectuais influenciados pelo estruturalismo francês segundo Arantes (2009), procuravam avaliar como o subdesenvolvimento gerava uma condição peculiar de reprodução da força de trabalho, em oposição àquela que ocorria nos Estados de bem-estar social. A condição precarizada da reprodução do trabalho no espaço gerava uma urbanização *sui generis*, definições como periferia, espoliação urbana, e autoconstrução de moradia são fundamentais para entender tal urbanização. Porém, é no momento em que a cidade se torna parte decisiva da produção e da reprodução do capital que começam a surgir uma teoria crítica sobre o urbano, tal como a formulação da hipótese de um "padrão periférico de crescimento" (ARANTES, 2009).

O termo periferia que se disseminou nos debates sociológicos do referido período, era, portanto, aquele que apontava o Estado como causador da reprodução do capitalismo, periferia era entendida como o território da "espoliação urbana" isto é:

"O somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho" (KOWARICK, 1979, p.62).

Para Kowarick (1979) o urbano, ao contrário da visão de Castells (1983), é justamente a negação da reprodução da força de trabalho.

Bolaffi (1979), segundo Arantes, consegue superar o conceito de periferia como lugar físico e como polo dual para caracterizar um movimento do crescimento das cidades. Bolaffi (1979) argumenta que as ações do BNH (Banco Nacional de Habitação) não seriam as exceções, mas sim as regras do próprio urbanismo, o que o autor denomina "padrão periférico de crescimento".

Outra interpretação, era da periferia como fenômeno sociocultural e político, interpretação que subordinava a cidade às explicações econômicas e macroestruturais, e se distanciava das análises culturais feitas pela Escola de Chicago, precursora em abordar questões sociais como a marginalidade e a segregação. (NASCIMENTO, 2009).

Além das representações de periferia, precariedades, outra representação que pairava a Baixada Fluminense era a de "cidade-dormitório:

O termo "cidade-dormitório" representaria a imagem mais acabada da desigualdade. No entanto, vimos que se, por um lado, as desigualdades de renda e de condições de trabalho mantêm-se fortemente demarcadas no território metropolitano, por outro, as dinâmicas econômicas locais ganham força suficiente para alterarem o cotidiano de grande parte dos trabalhadores urbanos. A redução, para os trabalhadores, da distância e do tempo de deslocamento casa-trabalho interfere diariamente nas condições de reprodução familiar e no mercado de consumo na escala local. (LAGO, 2007, p.25)

Segundo Lago, "cidade-dormitório" surgiu como síntese de carências e das enormes distâncias a serem percorridas entre o lugar da moradia e do trabalho. A partir do Censo de 2000, se verifica uma redução da mobilidade casa-trabalho, o que a levou a

crer que o mercado de trabalho não só se expandiu como absorveu parte da mão de obra local:

(...) não se verificou a tendência ao isolamento das áreas populares periféricas em relação aos circuitos econômicos capitalistas. Os municípios que apresentaram aumento relativo das ocupações informais mais precarizadas e estagnação econômica, como Japeri, eram os que abrigavam o maior percentual de moradores trabalhando em outro município, mantendo, portanto, as características da “cidade-dormitório”. Nos demais casos, observou-se expressiva capacidade dos municípios, tanto os mais dinâmicos quanto os mais estagnados, de reterem parte significativa de seus moradores de mais alta qualificação profissional. (LAGO, 2007, p.26)

Outra representação que circulava sobre a Baixada Fluminense era a alta concentração de migrantes, que se deu a partir da metade do século XX, num intenso fluxo migratório da região nordestina (BARRETO, 2006). Esse fluxo migratório para Baixada Fluminense também era resultado, segundo Oliveira e Rodrigues (2009) do alto custo de vida na capital, que fazia com que muitos migrantes procurassem também a Baixada, viam na região a tentativa de melhorar de vida, mesmo que esses locais não dispusessem de mercado de trabalho para absorvê-los. A busca pela mobilidade social está expressa na fala do Senhor João¹⁹ morador muito antigo da Baixada Fluminense:

Pois é, tinha uma cidadezinha com o nome de Fazenda Nova, mas hoje todo mundo quando fala Nova Jerusalém todo mundo sabe que é perto do Brejo da Madre de Deus. Perto da Madre de Deus é o terceiro município mais velho do Estado de Pernambuco. Aí eu ficava trabalhando, a gente ficava trabalhando e quando era no sábado de manhã a gente ia para a feira vender as alpercatas (sandálias). Nós íamos pra feira vender as alpercatas no sábado e no domingo duas feiras lá no Município de Pesqueira ali em frente ao Jardim. Aí quando era na segunda ao meio dia eu chegava em casa e começava a comprar o material pra fazer as sandálias e ia trabalhando. Aí quando foi em 1951 eu resolvi me casar, já estava com 23 anos de idade e me casei. Comecei a trabalhar, mas já não estava dando pra viver, eu já estava com dívidas no comércio e ele assumiu a dívida e eu vim pra cá, deixei a mulher, minha esposa com quatro filhos. Aí fui trabalhar numa empresa em Caxias no Bairro 25 de Agosto.

A trajetória de vida de João se repete nas representações mais comuns da população que chegou à Baixada a partir dos anos 50. João saiu do Nordeste, do município do Brejo de Madre de Deus, em Pernambuco, há 56 anos. Miagusko (2012) conta que apesar da distância das datas, João relata os fatos da vida com muita vivacidade. No entanto, o fluxo migratório do Nordeste para o Sudeste, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, não é mais tão intenso como no período em que João veio para o Rio de Janeiro, o maior peso relativo de populações migratórias, segundo o último Censo, agora é da própria região Sudeste.

A busca por uma melhoria de vida é a realidade social de muitos moradores que se encontram na Baixada Fluminense. E para entender a realidade social que se apresenta na Baixada, Alves afirma ser preciso olhar nas entrelinhas, ou seja, olhar para o não dito, para o que não está explícito, é preciso ir a fundo, a fim de que se possa compreender as nuances apresentadas nesse território, o que não estaria a cargo de principiantes, mas que também estaria, pois, a Baixada necessita de um esvaziamento de “preconceitos e

¹⁹ Entrevista realizada no âmbito da pesquisa de Edson Miagusko: Territórios da precariedade no Rio de Janeiro: conflitos sociais, trajetórias, e sociabilidades na Baixada Fluminense (2010-2013)

discriminações para mergulhar no âmago dos que constroem, dia a dia, a cada momento, um mundo em ebulição”. (ALVES, 2012, p.13)

Por essa pluralidade apresentada na Baixada Fluminense, Enne (2002, 2004) ressalta a necessidade de compreender o caráter representativo da Baixada nos jornais da grande imprensa. A autora buscou através da grande imprensa carioca, da década de 1950 até o ano 2000, mostrar uma cronologia histórica, recortando os marcos mais significativos durante esse período. E afirma que foi a partir dos anos 2000 que as representações mais positivas sobre a Baixada começam a circular.

Como também mostra Miagusko (2012), há um movimento de representações discursivas opostas, de um lado o território de precariedades e violência, de outro a Baixada como *locus* de diversos tipos de intervenções estatais e privadas, dando lugar à imagem de representações de um mercado político e consumidor em potencial com oportunidades de trabalho, consumo e investimentos, ainda que não de forma excludentes.

Para entender a realidade social da Baixada é preciso, portanto, olhar com duas lentes simultaneamente, pensar no trânsito constante de moradores que reinventam a Baixada, pois olhar para esse espaço social nos seus limites e fronteiras, é reificar algo estático (BARRETO, 2006). Sendo assim, é preciso articular estes diferentes processos, em diferentes escalas, o espaço urbano e social produzido pela Baixada é fruto de múltiplas determinações e representações (SIMÕES, 2007). Conforme sugeriu Enne (2002) em suas conclusões, a Baixada Fluminense deve ser vista como um lugar de vivência comum, de ambiguidades e ambivalências.

1.3– Seropédica é Baixada?

Antes de mais nada, gostaria de esclarecer alguns pontos, e a importância que se deu ao revelar a cidade que pesquisava. Ao tratar da pesquisa revelava que era uma cidade da Baixada, mas não dizia que era Seropédica isso se dava para manter não somente os entrevistados no anonimato, mas também preservar o condomínio como um todo. Seropédica só tem esse condomínio do PMCMV, e meu medo era que se chegassem facilmente aos meus entrevistados.

Diante disso só tinha duas opções, ou não revelava a cidade e a pesquisa perderia muito com isso, devido às particularidades e peculiaridades da cidade ou trataria das trajetórias e dos entrevistados que não se importassem com o anonimato. Desta forma, escolhi a segunda opção, pois além dos entrevistados terem enriquecido a pesquisa, e não se importarem de serem revelados, ainda que não tenha feito isso, tratei das entrevistas de forma cuidadosa para que deste modo, todos os entrevistados não somente colaborassem, mas fossem também respeitados.

Durante muito tempo fui questionada sobre qual cidade da Baixada era essa, e por muitos colegas acompanharem minha trajetória e minha pesquisa, sabiam também que era Seropédica a cidade analisada. Devido a isso, questionavam não só a importância de colocar na dissertação que era Seropédica, mas também, quais categorias Seropédica colocava para dizer que é Baixada Fluminense.

Seropédica	Código: 3305554		
Síntese das Informações			
Área da unidade territorial - 2015	283,766	km ²	
Estabelecimentos de Saúde SUS	23	estabelecimentos	
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	12.993	matrículas	
Matrícula - Ensino médio - 2015	3.896	matrículas	
Número de unidades locais	844	unidades	
Pessoal ocupado total	14.881	peçoas	
PIB per capita a preços correntes - 2014	23.080,29	reais	
População residente	78.186	peçoas	
População residente - Homens	38.433	peçoas	
População residente - Mulheres	39.753	peçoas	
População residente alfabetizada	67.808	peçoas	
População residente que frequentava creche ou escola	24.977	peçoas	
População residente, religião católica apostólica romana	21.457	peçoas	
População residente, religião espírita	1.106	peçoas	
População residente, religião evangélicas	34.413	peçoas	
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.573,00	reais	
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	2.023,55	reais	
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	408	reais	
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	500	reais	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,713		
Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			

Figura2 – Dados populacionais de Seropédica

Em frente a isso, tornou-se importante o levantamento de dados quantitativos sobre a cidade analisada, bem como as representações sobre a região. Num primeiro momento trago os dados da cidade em questão para que desta forma possamos traçar um perfil populacional, e num segundo momento trato mais especificamente das representações.

O Município de Seropédica, encontra-se situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo limitado ao norte pelo Município de Paracambi, ao sul pelo Município do Rio de Janeiro, a leste pelos Municípios de Japeri, Queimados e Nova Iguaçu e a oeste pelo Município de Itaguaí. Seropédica é um município com um único distrito-sede que possui uma área total de 283,762 Km², o que corresponde a 5,4% da área da Região Metropolitana.

A Rodovia Presidente Dutra corta o município de leste a oeste, alcançando, respectivamente, os municípios de Queimados e Paracambi. O antigo traçado da estrada Rio-São Paulo, a BR-465, é uma das principais vias do município, interligando a Avenida Brasil, ao sul, no bairro de Campo Grande (Rio de Janeiro) à rodovia Presidente Dutra ao Norte e também ao município de Nova Iguaçu, a leste. A RJ-109 (ligação com Itaguaí) e a RJ-125 (acesso a Japeri) também são importantes vias no território municipal.

É importante destacar ainda que a malha ferroviária corta o município de norte a sul pelo ramal Japeri-Mangaratiba, também é de grande relevância a construção do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio, que faz a ligação entre o Porto de Sepetiba, em Itaguaí, à BR-101, em Itaboraá. É, por conseguinte, uma via de grande impacto local.

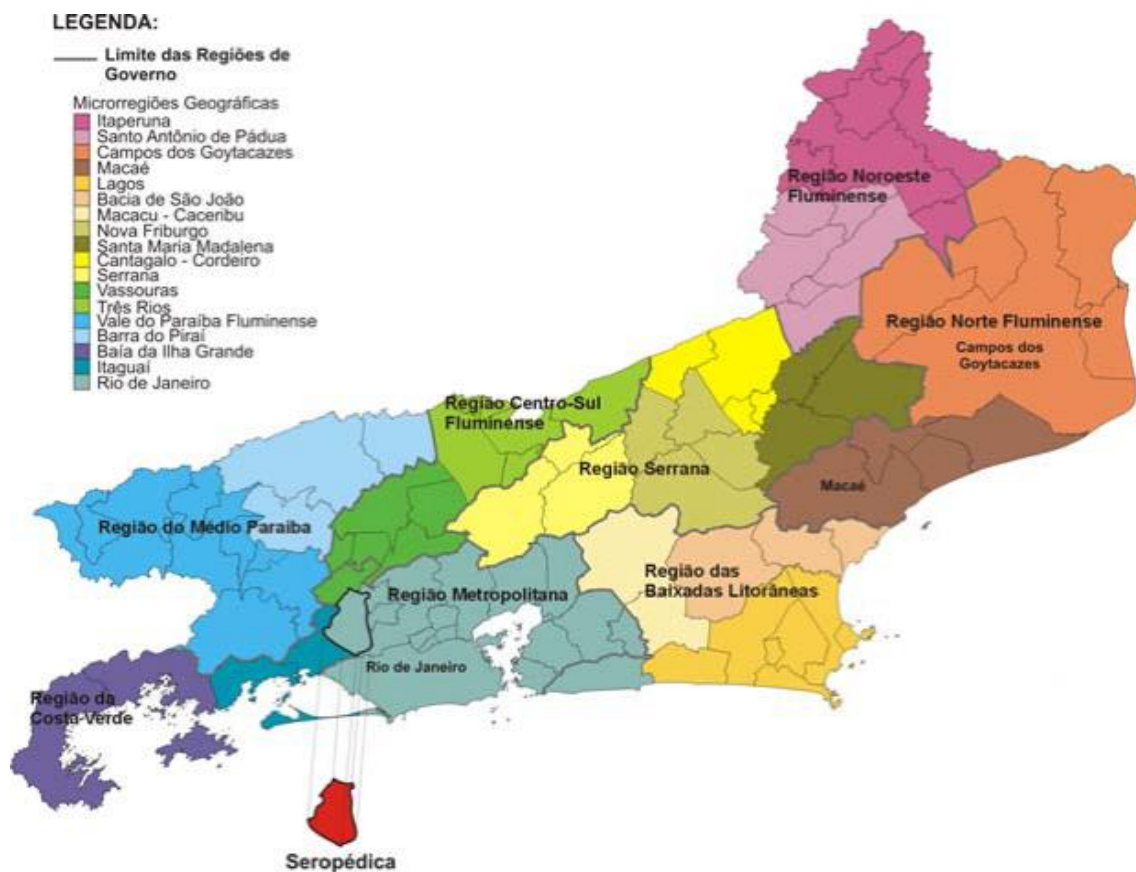


Figura3 - Localização de Seropédica no Estado

Fonte: Kal Projetos e Territórios - 2011 / Mapa base: Fundação CIDE - 2003

Nota: As microrregiões geográficas indicadas fazem parte da divisão regional do IBGE

Seropédica possuía em 2010 uma população de 78.186 habitantes, segundo o IBGE, o 31º município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro. Conta com uma população urbana de 82,22%, e uma densidade populacional de aproximadamente 275,49 habitantes por quilômetro quadrado.

O município encontra-se hoje em uma posição atrasada em relação ao nível de vida e bem-estar social da população. Em 2000, Seropédica ocupava a 47ª posição no ranking dos 92 municípios fluminenses, com IDHM de 0,759. O Censo de 2010 (IBGE) cadastrou 30.947 domicílios dos quais 78,43% são ocupados, registrando 3.538 (11,43%) domicílios vagos. Segundo, também, o IBGE-2010, o município possui uma densidade domiciliar média por habitações particulares ocupadas de 3,19 hab./dom.

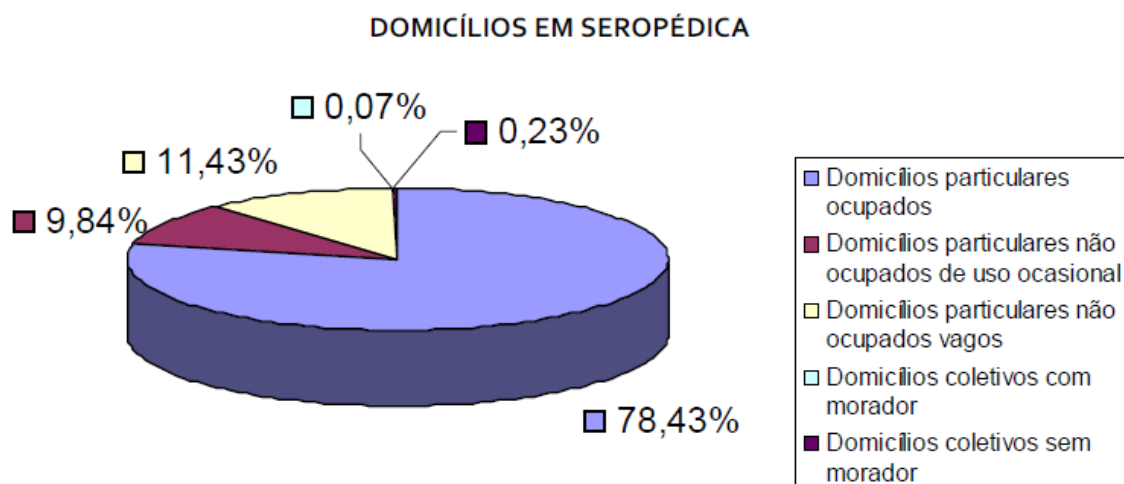


Figura4 - Perfil de domicílio em Seropédica

Fonte: Kal Projetos e Territórios - 2011

O Plano Diretor Participativo do Município de Seropédica, lei nº 320/06 de 03 de setembro de 2006, demarcou 2 tipos de Zonas Especiais de Interesse Social²⁰. A ZEIS 1 – correspondem a terrenos públicos e particulares já ocupados irregularmente pela população nos quais deverão ser promovidas ações de urbanização e de regularização fundiária. A ZEIS 2 – são áreas vazias, subutilizadas ou não edificadas, destinadas à promoção da habitação de interesse social e ao atendimento de famílias com renda mensal até 6 (seis) salários mínimos.

Desta forma, foram delimitados aproximadamente 250 hectares demarcadas como ZEIS, sendo somente uma área correspondente a 33ha classificada como ZEIS 1 e os demais 217ha classificadas como ZEIS 2.

²⁰ De acordo com o Estatuto da Cidade, o plano diretor deve reconhecer situações e ocupações irregulares, condições precárias, e as características especiais do território. Faz isso através da criação de zonas especiais, destinando essas áreas para a construção de moradias populares. A sua função é reservar terrenos/prédios vazios para esta construção bem como facilitar a regularização das áreas precárias. A ZEIS também pode demarcar territórios indígenas e de populações tradicionais como quilombolas, pode também demarcar áreas de proteção, e preservação tanto do meio ambiente como patrimônios históricos e culturais. Mais informações em: <http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/perguntas.htm>

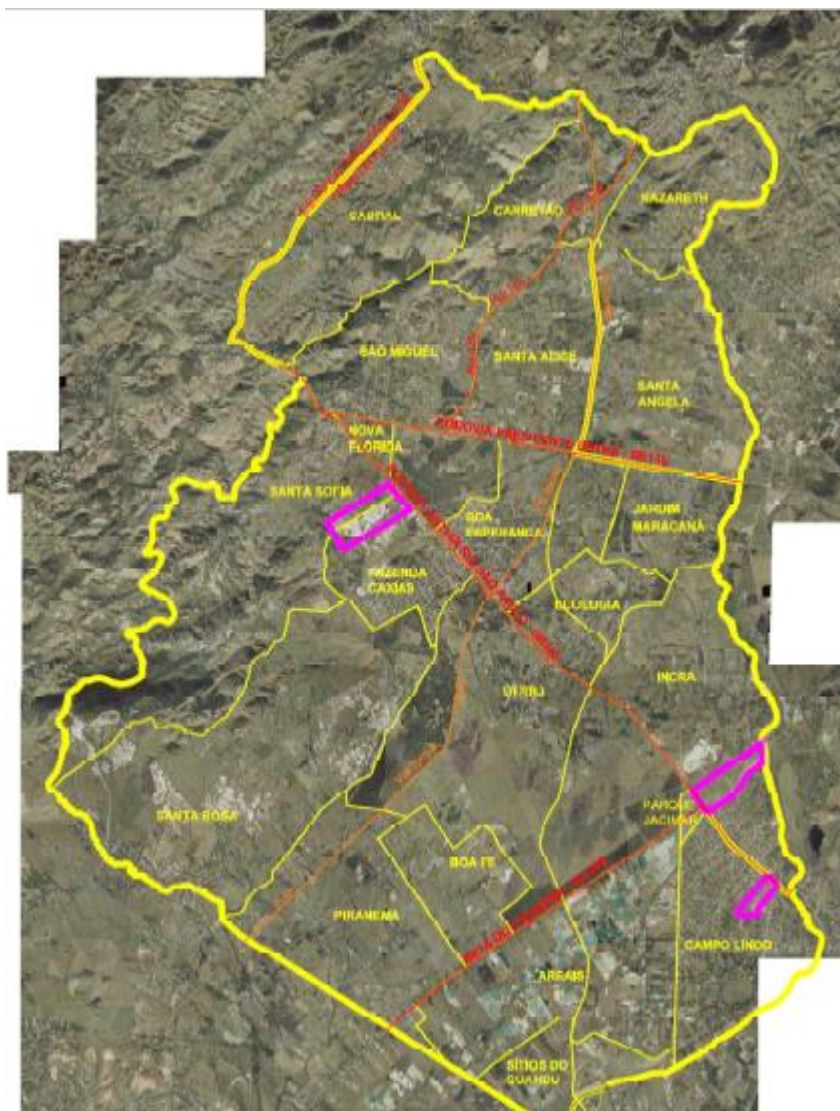


Figura5 - Imagem aérea de Seropédica com demarcação das Zonas de Interesse Social

Fonte: Kal Projetos e Territórios - 2011/ Mapa base: Google Earth 2011

Seropédica pertencia ao município de Itaguaí, e foi desmembrada tornando-se independente em 1997. A cidade possui um peso relativo de moradores vivendo ainda em área rural de 18%

O município desenvolveu ao longo do tempo uma intensa atividade agrícola e ainda possui agricultores em áreas de assentamento. Oriundo de atividades como a produção da seda o município de Seropédica foi um grande produtor em um passado recente, no que tange à produção de hortaliças e olerícolas, com destaque entre os demais municípios da Região Metropolitana. A região usufruiu de fortes atividades rurais e comerciais até 1880, exportando em grande quantidade cereais, café, açúcar, farinha e aguardente. O município possui as áreas de assentamentos como o Sol da Manhã, com 112 famílias, Santa Alice, com 64 famílias e Casas Altas, com 112 famílias, nos quais ainda resistem as atividades agrícolas. Além dos assentamentos rurais criados pelo INCRA, o Município de Seropédica conta com vários bairros com forte presença de pequenos agricultores familiares: Santa Sofia, São Miguel, Piranema, Fonte Limpa, Jardim Maracanã e Canto do Rio que através do

associativismo serão integrados ao sistema de produção e comercialização da agricultura familiar local. Segundo o Anuário Estatístico do estado do Rio de Janeiro CEPERJ/2009, destaca-se na produção de bananas (4.560t), mandioca (2.340t), cana de açúcar (3.410t), laranja (16t) e ainda possui 8000 cabeças de gado. A produção de codorna (80.000 cabeças) é a maior da região Metropolitana e a de frangos, galinhas e pintos (13.400 cabeças) ocupa o segundo lugar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Atualmente o principal ator da economia tem sido a extração de areia, para o uso da construção civil, outra parte da economia está em consequência da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e a Termoelétrica as margens da rodovia presidente Dutra e a alimentícia Panco. Não havendo outras demandas parte dos moradores buscam trabalhos no município do Rio de Janeiro tornando a cidade de Seropédica cidade dormitório. (BARROS, et al. 2014)

Como foi falado no texto anterior, por muito tempo a Baixada foi vista e representada apenas como uma região periférica à capital do Estado; local de moradores que trabalhavam no Rio de Janeiro, rural; de migração, fundamentalmente, nordestina; e de classes empobrecidas. (BARRETO, 2007; ALVES, 2002; ENNE, 2004; SIMÕES, 2007). E são a partir dessas representações no texto anterior, que se dá a discussão do pertencimento ou não de Seropédica a Baixada

Seropédica ainda é uma das cidades mais rurais da região metropolitana²¹, seu histórico, assim como algumas das entrevistas, como a trajetória de Valdo, que conta que sempre trabalhou no campo, demonstra uma das representações que a Baixada e a cidade de Seropédica têm.

Outra questão se dá no que tange à cidade-dormitório, muitos de nossos entrevistados ainda que haja alguns que trabalhem no município em questão, demonstram inúmeras saídas da cidade para trabalhar, seja dona Dulce que sempre trabalhou “lá para baixo” e onde “lhe pagavam mais”, Valdo que mesmo morando a maior parte do tempo em Seropédica, teve diversas saídas em busca de trabalho, como o trabalho de tratador de esgoto na Barra da Tijuca, ou seus trabalhos de porteiro e de colocar asfalto em Itacuruçá, como Pedro que trabalha como professor em Queimados.

Ainda que a cidade incorpore de algum modo seus moradores, pelos trabalhos acima supracitados, é notável que muitos indivíduos ainda busquem trabalho fora da cidade.

Relacionado a isso, se dá a representação que também sempre fora feita sobre a Baixada: um lugar longe e distante de tudo, lembro-me como se fosse hoje, o questionamento de alguns amigos se ia mesmo estudar no “fim do mundo”, além das queixas de alguns sobre a demora até chegar na minha casa.

As noções de distâncias se dão, às vezes, até mais no campo simbólico do que no físico, ainda que Seropédica se encontre distante do centro do RJ, as representações simbólicas longínquas se dão na maior parte, pelas representações que sempre circularam sobre a Baixada Fluminense.

Além desses pontos, a violência é uma representação atual sobre Seropédica, principalmente depois dos casos de estupro dentro da universidade que se tornaram público na grande mídia²². Ainda que Seropédica tenha caído no ranking estadual e

²¹ Foi a Lei Complementar nº 158, de 26 de dezembro de 2013, que incorporou a cidade de Seropédica à região metropolitana do RJ. As cidades que compõe atualmente são: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.

²² <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/apos-ato-contra-estupros-ufrrj-assume-inseguranca-e-pede-desculpa.html>

nacional de municípios segundo a taxa de homicídio até 2013, tais acontecimentos, vincularam a cidade como um lugar violento.



Figura6 - Óbitos em Seropédica e Média Nacional

Fonte: Gráfico retirado de: <http://www.deepask.com>²³

Sem o objetivo de me estender, mesmo que a violência tenha sido por muito tempo a representação mais recorrente sobre a Baixada Fluminense, e que muitos dos entrevistados tenham afirmado que a violência de Seropédica tenha aumentado, assim como aqueles da academia que afirmam a migração da violência após as UPP's, ao que parece, Seropédica anda na contramão dessas representações, pelo menos segundo o ministério da saúde até 2013.²⁴

O infográfico demonstra uma queda nas taxas de homicídio, e Seropédica que antes estava bem acima da média nacional, passa agora ter um peso relativo inferior ao mostrado pela sociedade brasileira de um modo geral. Não tenho pretensão de explicar essa queda, pois isso renderia outra discussão, quis apenas pontuar um fator que sempre marcou a história da Baixada Fluminense.

Outro fator que marcou e/ou ainda marca, a história dessa região são as representações de precariedade, como podemos constatar nas entrevistas e trajetórias, os moradores contam sobre as dificuldades enfrentadas na infância, o limiar da fome, a

²³ Esse gráfico, entre outros dados de violência por município podem ser encontrados em: <http://www.deepask.com/goes?page=seropedica/RJ-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio>

²⁴ Para maiores dados: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>

dificuldade de locomoção a pé entre outros ângulos da precariedade. Notícias como “a falta de” e precariedade são também vinculadas a este lugar.²⁵

Outro ponto que podemos chamar atenção são relativas a pobreza e a religião, no tocante à renda per capita por domicílio, a população de Seropédica vive com até três salários mínimos, bem inferior ao que vive a população da capital do estado. A Baixada é em sua maioria formada por evangélicos, e Seropédica é a cidade com o maior peso relativo de protestantes das cidades que a compõe, como foi demonstrado na introdução desta dissertação.

Deste modo, assim como as representações da Baixada são também polissêmicas e contraditórias, as representações sobre Seropédica parecem caminhar no mesmo sentido, dispositivos e mecanismos de aproximação (materiais e simbólicos) que circulam entre os moradores da Baixada Fluminense são também acionados ao falar de Seropédica.

1.4 - Conjunto Habitacional, Condomínio, Condomínio Horizontal, Condomínio Popular? Uma Discussão Acerca das Nomeações e Suas Representações

A entrada em campo traz consigo muitas peculiaridades, e imputa ao pesquisador inúmeras questões, desde a construção de categorias analíticas, a tornar exótico o familiar, familiarizar o exótico. (DAMATTA, 1978)

Ao chegar ao condomínio, por já ter lido algumas bibliografias sobre o PMCMV, havia entrado em campo com um conceito já preestabelecido, o de “conjunto habitacional”. Entende-se por conjunto habitacional um aglomerado de casas ou apartamentos em uma determinada região com construções comuns e que normalmente fazem parte de políticas habitacionais.

Partindo desse pressuposto e percebendo as construções no meu campo, tinha em mente uma categoria analítica já construída, porém, em uma das primeiras entrevistas, educadamente, a moradora ao se referir ao que chamava de conjunto, estabeleceu como condomínio.

As conversas foram passando, fui entrevistando outras pessoas, até que percebi que não podia mais insistir em chamar aquele condomínio de conjunto. E é a partir da desconstrução dessa categoria analítica na pesquisa de campo, que irei tratar agora.

O campo fez com que a discussão sobre as nomeações e/ou categorias analíticas se tornassem importante. Deste modo, tratarei sobre tais nomeações já apresentadas por outros autores da academia e a categoria de “casinhas”, que surgiu durante a pesquisa de campo.

Resolvi então, deixar de lado a categoria que já era preestabelecida por mim, devido às leituras bibliográficas e usar a categoria que é usada pelos próprios moradores: condomínio. A noção de condomínio é polissêmica e pode ser acionada de diversas formas dependendo do interlocutor.

Wellington Conceição (2016) também tratou sobre a conceituação destes termos, e foi através de seu trabalho que pude não somente conhecer uma recente bibliografia sobre condomínios como os trabalhos de Maíra Machado Martins, Carlos Ferreira dos

²⁵ As duas primeiras notícias geradas no site do jornal O Globo sobre Seropédica, é sobre precariedade: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/unica-maternidade-de-seropedica-rj-nao-tem-nem-comida-para-as-pacientes.ghtml>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/moradores-de-seropedica-rj-sofrem-com-falta-de-estrutura-de-saude.ghtml> Acessado em 15 de Janeiro de 2016

Santos e Cristina Moura, todos autores trabalham com o conceito de condomínio, ainda que de formas diferentes.

Conceição (2016), trabalha em sua tese com a noção de “condomínios populares”, o autor estudou unidades habitacionais do PMCMV, encontrados em formatos de apartamento, em Realengo, um bairro do município carioca. O autor aponta não ter sido o criador, mas sim a arquiteta Maíra Machado Martins (2014, 2015), que utilizou tal conceito em sua pesquisa de doutorado ao dar nomes a galpões abandonados na Av. Brasil no RJ. Esses galpões abandonados eram ocupados por moradores de rua e transformados em condomínios, eram os próprios moradores que transformavam esses espaços em condomínios, eles não tinham nenhuma relação com o Estado. A autora (2014) afirma que além do nome adotado de condomínio, eles também tinham regras e normas, desde taxas, a presença de um síndico, horário de silêncio, taxa condominial e a homogeneização em uma das unidades. Aponta que alguns moradores buscavam nesses galpões a segurança e a casa própria, na tentativa de fugir do tráfico e por pagarem aluguel em suas antigas residências. (MACHADO- MARTINS; 2014, 2015)

Conceição (2016) destacou também que além de Machado-Martins, agentes da cidade, jornalistas, e outros acadêmicos fazem uso da categoria para descrever a realidade *sui generis* dos condomínios do PMCMV.

Ao pesquisar sobre a representação por parte do Estado, pude encontrar as duas representações, tanto de condomínio, como conjunto habitacional, talvez pelos resquícios das antigas políticas habitacionais.²⁶

Tratar a pesquisa de campo como condomínio, foi, portanto, uma alternativa a se dar voz aos próprios moradores que são rápidos em dizer que aquilo ali não é conjunto habitacional – ainda que seja num formato *stricto sensu* de alguns empreendimentos do extinto BNH ou COHABs - tratá-los como conjunto não abarcaria toda peculiaridade destas moradias, e principalmente não daria voz aos maiores envolvidos e principais atores desta pesquisa.

Os empreendimentos do PMCMV são regidos por regras, normas, e contratos, ainda que muitos moradores digam que “ninguém respeita”, a normatização de condutas que caracterizam por si só um condomínio.

Entretanto, os condomínios do PMCMV são diferentes dos condomínios fechados que encontramos no Rio de Janeiro, habitados pela população de classe média e alta. Os condomínios populares do PMCMV são marcados por peculiaridades, como: sua relação com o Estado, diferente daqueles particulares habitados pela classe detentora de capitais; a arquitetura e os materiais de qualidade inferior; os próprios condôminos, que neste caso, são moradores de baixa renda com até 3 salários mínimos; e a localização, que no caso dos condomínios particulares são localizados nas áreas nobres e mais desejadas, habitado pelas “as camadas da população desejosas de marcar o seus *status* por novos níveis de consumo e consequentes estilos de vida, já capazes de pagar por isto” (SANTOS, 1981, p. 13).

Cabe aqui uma comparação importante ao que Bourdieu (2013) chama de “efeito de clube” e “efeito de gueto”, enquanto que nos condomínios particulares há um efeito de clube, ou seja, onde moradores são possuidores de capitais, e são eles os responsáveis por excluir coisas e pessoas indesejáveis, nos condomínios populares o efeito é reverso eles são os excluídos.

²⁶ Notícias do mesmo jornal que usam categorias analíticas diferentes, conjunto habitacional e condomínio: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/inadimplente-pode-perder-imovel-do-minha-casa-minha-vida-diz-secretaria.html>; <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/11/minha-casa-minha-vida-tem-25-dos-beneficiarios-inadimplentes.html> Acessado em 21 de Janeiro de 2016

É possível encontrar diferentes formas de conceituação de condomínio nas Ciências Sociais e humanas, ainda que usadas de formas distintas, por seus autores: “Condomínios Exclusivos” (SANTOS, 1981), “Enclaves Fortificados” (CALDEIRA, 2000), “Condomínios Horizontais” (MOURA, 2012), “Condomínios Populares (MACHADO-MARTINS, 2014, 2015), “condomínios horizontais populares fechados” (OLIVEIRA, 2014)

Segundo Santos (1981) condomínios exclusivos seriam uma forma de habitar racionalista progressista e organicista culturalista, em outros termos, a racionalista se dá de uma forma funcional, onde se separa e se classifica de acordo com cada função, em suas palavras: “A proposição de classificar e separar espaços e funções para melhor controlá-los é típica da postura racionalista. O objetivo é a eficiência” (SANTOS, 1981, p. 25). Nesse modelo há uma dependência maior da cidade, já no modelo culturalista, o foco é o indivíduo, há uma “guetificação dos ricos” (SANTOS, 1981, P.25), os moradores aqui vivem com menor grau possível de interação com o mundo exterior. Em todo caso, o objetivo é só tornar distinto tais empreendimentos do resto da cidade, ainda que busque isso, o autor afirma “o morador do condomínio é homogeneizado antes mesmo de existir” (SANTOS, 1981 p. 22), uma vez que ao se morar em condomínios devido ao espaço comum, os moradores passam por uma regularização de condutas e norma que ditam como os condôminos devam se comportar.

Outra autora importante para se pensar condomínios, embora não faça uso desse termo, é o conceito que Teresa Caldeira (2000) em “Cidades dos Muros” usou para denominar construções de muros gigantescos o que ela veio a chamar de “enclaves fortificados”.

Caldeira afirma que a construção dessas fortalezas se deu principalmente pela justificativa da violência e pelo aumento do crime, a construção desses muros não atingia somente condomínios, mas casas também. O estudo de Caldeira foi realizado em São Paulo, mas podemos ver tais “enclaves fortificados” nas principais cidades do Brasil. A segregação que antes era feita pelo distanciamento de lugares, coisas, e pessoas indesejáveis, agora se daria também pela construção desses “enclaves fortificados”. Nesse caso, há também aquele mesmo modelo culturalista defendido por Santos, da exclusão do mundo exterior, para que os moradores vivam num mundo fechado, diminuindo o contato que os condôminos possam ter com “estrangeiros”. Caldeira traz em seu livro muitos anúncios desses condomínios, o marketing se dá desde a garantia que lá “todo dia é domingo”, apelos e garantia de uma moradia “feliz”, com muito verde e “ar puro”, até a garantia de “não ser incomodado”. (CALDEIRA, 2000, p.267)

Apesar de se excluírem e viverem em um mundo fechado, Caldeira (2000) afirma que a sociabilidade entre esses condôminos é quase nula, a convivência entre esses moradores quase não existe, diferente da maioria dos condomínios que encontramos no Brasil onde há sala de festas, de ginástica, de jogos, piscina, sauna, ambientes comuns, em que a vida comunitária é valorizada.

Devido ao condomínio analisado para essa pesquisa de campo ser constituído de casas, fez se importante também a análise do conceito de condomínio horizontais.

Cristina Moura (2012) analisou dois condomínios em Goiás, sendo que um deles como moradora e pesquisadora, e o outro, um campo que se tornou mais hostil por não ser moradora. Moura conta que todos aqueles que quisessem entrar no condomínio passavam por um certo tipo de controle, as placas dos carros eram anotadas, se você fosse visitante o morador teria que ser avisado, além da distinção entre: “morador, prestador de serviço e visitante”.

Moura para tratar desses condomínios horizontais fez uso do conceito cunhado por Bauman (2003) de “guetos voluntários”, nesses “guetos voluntários”, os habitantes

além de terem o espaço que uma casa oferece, tinham a tranquilidade de que suas crianças podiam brincar nas ruas sem perigo, coisa que para os moradores era de suma importância, a segurança. Moura atenta que a violência, e o perigo narrado pelos moradores era muito mais “uma possibilidade a ser evitada do que uma realidade a ser combatida” (MOURA, 2002, p. 132).

Moura (2002) aponta que havia um medo muito grande entre os moradores de que eles fossem descaracterizados e assim confundidos com moradores de um conjunto habitacional, grande parte dos conflitos se davam quando o vizinho não tinha um perfil esperado/desejado.

Viviane Oliveira (2014) é geógrafa e fez sua dissertação com base em condomínios abertos e fechados, no estado de São Paulo, Vista do Vale e Esmeralda (fechados) e no conjunto habitacional Jardim Humberto, em Presidente Prudente e Terra Nova São Carlos e Tecumseh Village (fechados), em São Carlos. Os condomínios analisados por Oliveira, diferem da pesquisa de campo por se tratarem de condomínios que não contam com o subsídio majoritário do governo. Estes condomínios apenas contam com a ajuda de financiamento da Caixa, e/ou do PMCMV, nesse sentido, são moradias voltadas para a população acima da faixa 1, ou seja, com mais de 3 salários mínimos. Os “condomínios horizontais populares fechados” analisados por Viviane Oliveira diferenciam-se dos “condomínios exclusivos” ou dos condomínios fechados habitados pela elite, no que tange à posição na sociedade, estes por sua vez encontram-se na posição de auto segregados e segregados, auto segregados por optarem pela moradia intramuros, e segregados no que diz respeito às dificuldades que enfrentam, como o deslocamento por exemplo.

Chamamos a atenção para o fato dos moradores dos condomínios que pesquisamos estarem tanto na posição de auto segregados, ao optarem por morar nesses espaços intra muros e buscarem romper com espaços residenciais e práticas anteriores, quanto na posição de segregados, visto que, diferentemente dos moradores dos condomínios elitizados, eles enfrentam dificuldades quanto aos custos dos deslocamentos, taxa de condomínio etc., necessitando balizar quais espaços e por quais meios de transporte terá que optar, sempre de acordo com a relação entre custo/benefício de tais deslocamentos. (OLIVEIRA, 2014, p.70)

Os moradores destes condomínios horizontais populares fechados contam com guarita, síndicos, piscinas, churrasqueira, salão de festas, áreas comuns a todos os moradores, diferente do que pude analisar na pesquisa de campo, em que a única área de lazer comum é um salão de festas abandonado.

Em suma, foi possível perceber a partir dessa breve conceituação de condomínios, o quanto eles se distinguem do caso analisado, os moradores do condomínio em questão analisado não têm *status*, pelo contrário, são marginalizados, a busca pela segurança também não é encontrada, pois praticamente todos os entrevistados se queixavam da falta de segurança. Os trabalhos se assemelham apenas na tentativa de se formar um condomínio, na presença de um conselho e taxa condominial, de regras, da homogeneização das unidades. Entretanto, o que pude constatar no campo através das entrevistas e das narrativas dos moradores foi que seria um condomínio, de acordo com o que foi institucionalizado pelo Estado, porém os moradores não levaram tais regras e normas adiante. O descarte do lixo não é respeitado, o horário de silêncio também não, as taxas condominiais só foram pagas no início, não há mais porteiro, e nem síndico, o que fez com que o condomínio virasse uma bagunça de acordo com os moradores. “Não se respeitam as regras”, “não sabem viver em coletividade e entender que por ser um condomínio há espaços em comum a serem utilizados”.

A reclamação de que “não sabe que isso aqui é um condomínio” é recorrente nas falas dos moradores, a estigmatização, seja pela padronização arquitetônica das casas, pela disposição dos empreendimentos, ou mesmo pela própria segregação socioespacial em que o condomínio se encontra, transformaram esses dispositivos em uma nova categoria para se classificar as unidades habitacionais: “as casinhas”



Figura7 - Foto área do condomínio analisado

Fonte: Blog Governo de Respeito. Foto tirada de cima dos condomínios em Seropédica.

Ao questionar a um dos moradores se eles sofriam algum tipo de preconceito, Miguel foi rápido em dizer que lá “não é comunidade”, “não é favela” e que os moradores precisam defender o lugar onde moram. Pedro e Joana também conta sobre essa categoria.

Miguel: Chamar a comunidade das casinhas. Tem muitos moradores ali dentro que falam que aquilo lá é favela. Ao invés de apoiar para o crescimento, para mudar, para dar outra cara, não. Eles estão vendo que estão falando mal, ao invés de bater de frente, não. Falam “ah é isso mesmo! Você está certo.”

Joana: aqui é casinha, favelinha, Carandiru [...] Tudo de ruim que acontece em Seropédica é o pessoal das casinhas. [...] e assim o quem tem de gente que bate aqui na minha porta, que roda aqui de pessoas: “poxa, não sabe quem tá querendo vender a casa não? Quem tá querendo alugar?” Aí quando bate na minha porta eu falo: poxa, mas você vai morar nas casinhas, na favelinha, no Carandiru? Fica lá fora, poxa deixa quem conseguiu conquistar a casinha aqui quietinho.

Pedro: preconceito tem, bastante. As pessoas costumam dizer “tudo que acontecer lá [Seropédica] é das casinhas”[...]. Então eles associam tudo que acontece de ruim... no último assassinato que teve aqui em Seropédica, “foi alguém das casinhas”. Nada ver. Não sei se o cara que tava lá, era abrigado na casa de alguém, talvez, mas eles associam e tem esse preconceito sim.

Tal categoria, surge de forma pejorativa para nominar um grupo que são marginalizados, favelados, um “efeito de gueto” (BOURDIEU, 1997), onde coloca-se num “mesmo saco”, e reifica preconceitos e estigmas antes mesmo de se conhecer, como afirmou Ferreira (1991), o morador é homogeneizado antes mesmo de morar, neste caso, a homogeneização é de forma negativa.

A visão estigmatizada dos moradores de fora para com os moradores de dentro se

dá de diversas formas, a categoria favela, “casinhas”, surge para homogeneizar a população e o lugar onde moram como um lugar perigoso, precário e para pobre.

Vera: aí tudo quando roubam por aí "é o pessoal das casinhas"

Vilma: É lá que é tudo culpado.

Vera: quando roubam lá aí o pessoal fala "deve ter sido o pessoal das casinhas"

Vilma: Se tiver algum assunto em Seropédica, lá no 54, aí falam assim "lá é favela, é perigoso"

O acionamento do condomínio como favela não é somente representado por ser um lugar destinado a população mais pobre, ou por ser categorizado como um lugar perigoso, se dá também segundo os próprios moradores pela falta de organização. Os moradores reclamam por não ter tido uma efetiva organização, uma liderança que resolvesse os problemas, além da falta de respeito as regras do condomínio.

Amanda: [...] eu acho que tudo que começa errado, termina errado. Desde o começo já não teve organização, será que vai ter? Ninguém quer morar aqui. A fama lá fora, isso é uma favela.

Dayana: As pessoas falam que aqui é uma favela?

Amanda: "Deus me livre morar nas casinhas", é isso que o povo fala. Aí você tem que ouvir, a gente que trabalha e sai cedo de casa pra trabalhar, tem uma vida digna graças a Deus, nossa casa, tenta ter uma casa. Eu queria fazer da minha casa um luxo, mas pra que? Não tem valor.

Para a Vilma, a falta de organização não se daria somente pela organização condominial, mas pela falta de uma estrutura peculiar de condomínio, pela ausência de muros. Gostaria de comparar aqui aos efeitos dos enclaves fortificados apontados por Caldeira (2000), e a ausência de muros segundo a moradora. Não somente a ausência dos muros, mas também a falta de padronização destes, uma vez que, as casas foram construídas de forma congênere.

Vilma: Mas todo mundo fala, quando não fala que aquilo ali é favela, no início falavam "ah aquilo vai virar favela". Acho que é por conta mesmo que tem gente que faz da casa uma favela, Deus que me perdoe. Bicho, sujeirada, sabe? Uma rouparada jogada, pendura a roupa assim em qualquer lugar. Eu acho que, se fosse tudo murado, se entregasse tudo muradinho e direitinho, isso chamaria menos atenção em questão de favela que eles falam que é, não só os barracos, mas chamaria menos atenção. Porque cada um fez do seu jeito, então parece uma favela. Porque favela você sabe como é, cada casa faz do seu jeito. É uma trepada em cima da outra, uma bonita, outra ... onde dá pra fazer do jeito que der eles querem... bonitinho, pinta a casa. Nossa, tem casa ali que os portões são lindos né Vera? As casas são lindas.

Embora os processos de urbanização se deem de forma particular, as unidades habitacionais construídas desde as primeiras políticas públicas, mostram uma tendência geral destas construções: a precariedade dos empreendimentos e sua estigmatização

Gabriela, ex moradora do condomínio, conta que essa estigmatização, esse preconceito foi um dos fatores que a levaram a optar por saída do condomínio, atualmente morando no centro de Seropédica conta que não foi fácil, que percebia e sentia que os outros moradores da cidade a tratavam de forma diferente pelo simples fato de morar “nas casinhas”.

Gabriela: Eu falava "Aí, não aguento mais ficar nesse lugar feio. Mãe eu quero ir embora daqui." Minha mãe falava que o pessoal da Kombi falava que "esses do condomínio" do complexo A complexo B, só tem favela, favelado.

Dayana: Falavam isso?

Gabriela: Falavam, muita gente falava isso. Ouvi muita coisa. Eu sentia alguma coisa que o pessoal comentava que era mentira. Tipo assim, eles aumentavam, ficavam sabendo que tinham roubado uma máquina, aí falavam que foram duas. Que invadiram, que mataram, mas nunca ninguém morreu lá dentro. Mas falavam muitas coisas lá.

Dayana: Quando você foi morar lá, o que as pessoas, seus amigos que moravam aqui falavam alguma coisa pra você, quando você foi pra lá?

Gabriela: Não, mas depois, tipo aqui na escola mesmo "Gabriela, como você tá?" "Teve tiroteio lá ontem né?" "Vem embora logo porque o negócio tá feio lá, hein." Era o tempo todo assim "Gabriela, toma cuidado" "ta muito perigoso lá, os bandidos estão todos lá no condomínio". Aí foi demais. Foram muitas pessoas mesmo.

Dayana: Tinha um certo preconceito com as pessoas que moravam lá?

Gabriela: Tinha, tinha. Com certeza. Eu percebi isso demais.

Dayana: e quando você voltou pra cá? O que as pessoas daqui te falaram?

Gabriela: "aí, graças a Deus que você saiu de lá. Aquilo não é para você não gente. Aquilo lá é para a gente muito pobre, muito humilde, gente que não tem mesmo onde morar...". Mas não é assim não, a gente também não tinha casa e precisava de casa, a gente também não tem condições. Mas é porque eles realmente têm esse preconceito, esse preconceito existe. E tem pessoas que tem carro na garagem, tem faculdade, gente bem-sucedida, mas tem esse preconceito sim. Também tem muita gente humilde, tem também muito, muito mesmo.

A representação aqui é diferente dos "enclaves fortificados" e dos "condomínios exclusivos", para os amigos de Gabriela o condomínio é lugar para gente paupérrima, que não tem onde morar, pessoas alocadas na pobreza extrema, junto a isso, analisam o condomínio como um lugar violento, perigoso, o oposto do que se busca nos condomínios fechados habitado pela população rica, onde se vê que o fator segurança é comumente um dos primeiros a serem alarmados.

Vê-se aqui o oposto aos efeitos apontados pelos autores analisados, a busca que se dá nos condomínios particulares por uma diferenciação, pelo fechamento ao mundo exterior, pelo "efeito de clube" (BOURDIEU, 1997) acontece de forma inversa. Há, nesse caso, uma exclusão forçada do mundo exterior, dentro desses condomínios não se pode ter ou abrir um comércio, não há dentro dele, como aqueles apontado por Caldeira nos "enclaves fortificados", supermercados, bancos, farmácias ou qualquer coisa parecida, pelo contrário, além de ser proibido a comercialização dentro do condomínio, eles estão localizados distantes dos equipamentos públicos e urbanos, caminha-se, portanto, para uma criação de rótulos que ativa os preconceitos.

2- CAPÍTULO II - O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Neste segundo capítulo tratarei de forma mais específica sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, e o condomínio em questão.

Num primeiro momento busquei mostrar como o Programa Funciona, alguns dados e números, além de tentar focar na modalidade que foi analisada a de 0 a 3 salários mínimos.

Num segundo momento trouxe ao leitor os dados fornecidos pelo subsecretário de habitação. Em uma das minhas idas ao campo consegui o contato do funcionário que entregou um CD contendo todas as informações, desde o pedido do MCMV para Seropédica até sua implementação. O CD continha o PLHIS de Seropédica, e dados quantitativos sobre o município.

Num terceiro momento busquei mostrar as precariedades do condomínio, as lacunas no acesso e direito à moradia, os problemas enfrentados pelos moradores, assim como o que a literatura demonstra sobre a produção da habitação popular brasileira.

Além disso, dois pontos se tornaram relevantes a serem discutidos, a confusão sobre quem recorrer, questão que o campo trouxe a esta dissertação e as ilegalidades no condomínio, como essas novas formas de habitar a cidade permeiam a vida dos moradores analisados.

2.1 – O Programa Minha Casa, Minha Vida e Suas Funcionalidades

Nos últimos anos, a Baixada recebeu diversos empreendimentos públicos e privados, projetos que ultrapassam as escalas locais, e o Programa Minha Casa, Minha Vida é um deles.

O PMCMV destoa dos antigos programas do setor habitacional brasileiro. Neste a Caixa Econômica Federal (CEF) é a gestora que opera o programa, recebe, aprova ou desaprova as propostas de construção dos empreendimentos, que são apresentados diretamente pelas empresas do setor da construção civil, quanto as prefeituras, cabem a elas tornar viável a terra, após a adesão do programa junto à CEF. (MARQUES & RODRIGUES, 2013)

O programa habitacional foi constituído em 2008 e conta com duas fases: a primeira, estabelecida em 2009, por meio da Lei n.º 11.977/2009, e a segunda em 2011, com a Lei no 12.424/2011. Além desses dois instrumentos legais, o programa é regido por uma série de portarias interministeriais e decretos presidenciais. Cada uma das duas fases do programa objetivava construir 1 milhão de moradias para famílias com renda inferior a 10 salários mínimos (SM) mensais. (MARQUES & RODRIGUES, 2013, p.160)

O programa Minha Casa Minha Vida completou em setembro de 2015 seis anos e meio de existência, e conseguiu atingir a marca de 2,4 milhões de unidades habitacionais entregues. A construção das moradias populares beneficiou mais de 9,2 milhões de pessoas²⁷ no país, só no Estado do Rio mais de 90 mil casas foram entregues, beneficiando mais de 384 mil pessoas²⁸.

²⁷ <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/minha-casa-minha-vida-entregou-2-4-milhoes-de-moradias>. Acessado em 06/04/2016

²⁸ <http://maiscasamaisvida.com.br/noticia/220-O-Rio-esta-mais-lindo-com-384-mil-pessoas-prontas-para-sonhar-alem-da-casa-propria>. Acessado em 06/04/2016

O programa, em seu projeto, foi constituído para minimizar e/ou sanar o déficit habitacional do país, mas também, foi pensado na tentativa de diminuir os efeitos da crise econômica da época, haja visto a pouca aderência das diretrizes estabelecidas pelo plano nacional de habitação (PlanHab) (MARQUES & RODRIGUES, 2013). O déficit habitacional não é um problema recente no Brasil, pelo contrário, as políticas públicas envolvendo este setor acontecem desde os anos de 1960 com o Banco Nacional de Habitação (BNH), o que não significa dizer que tais políticas tenham sanado esse déficit. O déficit habitacional se tornou um problema grave e tem exigido esforços do Estado para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do país. (D'AMICO, 2011)

A política pública de habitação no Brasil passou por um longo vazio de aparatos institucionais que pudessem possibilitar ações mais integradas após a extinção do BNH, depois de anos sem uma política habitacional contínua e centralizada, o PMCMV surge na tentativa de consolidar uma política que não somente sanasse o déficit habitacional do país como também alavancasse a economia do setor da construção civil, gerasse emprego e renda. (CARDOSO, ARAGÃO & ARAÚJO; 2013) (BRASIL, 2011)

O que o programa traz de novo, além da operacionalização da CEF e das prefeituras, em relação aos programas habitacionais anteriores, é o atendimento às famílias mais pobres, dando um subsídio elevado às famílias que se encontram na faixa de 0 a 3 salários mínimos, denominado faixa 1; um subsídio moderado para faixa entre 3 a 6 salários mínimos, denominado faixa 2; e para a faixa 3 – entre 6 a 10 salários mínimos, a ausência de subsídio.

De acordo com a Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Art. 2º o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, tem o objetivo de:

I – Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

II – Implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e

III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Art. 3º O SNHIS centralizará todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, observada a legislação específica.

Art. 4º A estruturação, a organização e a atuação do SNHIS devem observar:

I – Os seguintes princípios:

a) compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

b) moradia digna como direito e vetor de inclusão social;

c) democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;

d) função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;

II – As seguintes diretrizes:

a) prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;

b) utilização prioritária de incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana;

c) utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;

d) sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;

- e) incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia;
- f) incentivo à pesquisa, incorporação de desenvolvimento tecnológico e de formas alternativas de produção habitacional;
- g) adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas; e
- h) estabelecer mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda da alínea "a" deste inciso.²⁹

Vale lembrar que, todas as faixas possuem acesso ao Fundo Garantidor da Habitação (FGHab), e cada faixa adquire sua moradia de formas diferentes. Na primeira, pelos recursos FAR – Fundo de arrendamento residencial, ou pelo FDS – fundo de desenvolvimento social, se este estiver relacionado a uma EO (entidade organizadora). No segundo caso, as famílias têm seu financiamento pela CEF. (MARQUES & RODRIGUES, 2013).

Para uma maior explicação utilizarei a cartilha do Ministério das Cidades (2010) a fim de ilustrar a citação acima:

²⁹ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm . Acessado em 03 de Março de 2017.

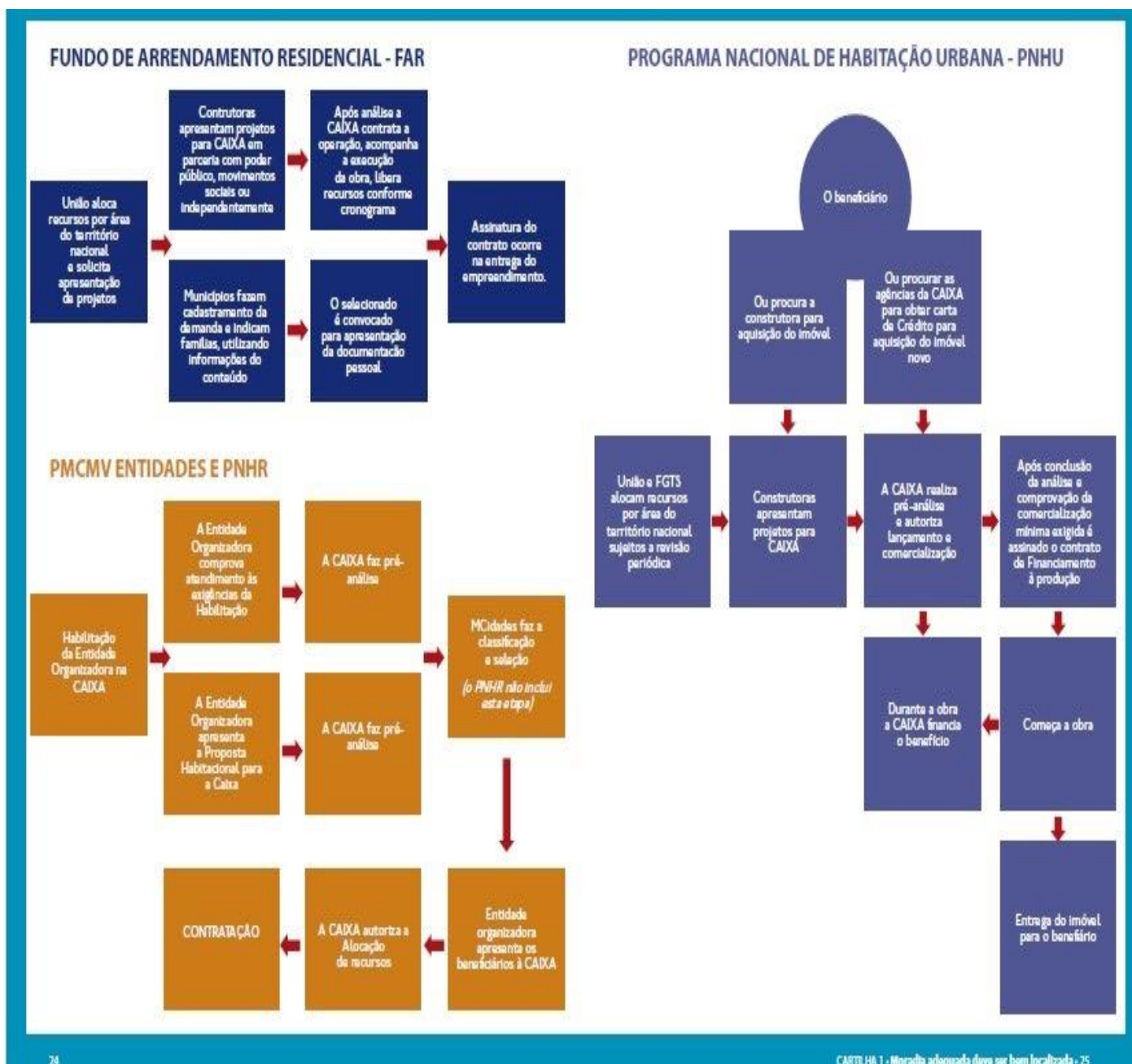


Figura8 - Cartilha do Ministério das Cidades

Deste modo, o financiamento funciona da seguinte maneira:

Famílias com renda até 3 salários mínimos (400 mil unidades)

- Fundo de Arrendamento Residencial - FAR
- PMCMV Entidades
- Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR / Grupo 1
- PMCMV para municípios com população até 50 mil habitantes

Famílias com renda até 6 salários mínimos (400 mil unidades)

- Programa Nacional de Habitação Urbano – PNHR
- Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR / Grupo 2 e 3 (* esta modalidade não será abordada pois a cartilha trata mais particularmente da produção intraurbana)

Famílias com renda de 6 a 10 salários mínimos (200 mil unidades)

• Financiamentos do FGTS com os benefícios adicionais de redução dos custos de seguro e acesso ao Fundo Garantidor da Habitação. (BRASIL, 2010, p.23)

O alto subsídio para a população na faixa de 0 a 3 salários mínimos, é algo inédito. Nunca uma política pública habitacional facilitou e deu tanto investimento para a população alocada nesta faixa, entretanto, ínfimo ao se comparar com a toda produção do programa. Segundo Lago (2012), o governo chega a dar até 90% de subsídio para essas populações e das 769 mil unidades contratadas até 2010 mais de metade estão alocadas nessa faixa de renda. Sem o objetivo de me prolongar queria destacar um ponto importante, atual presidente em exercício, Michel Temer, declarou mudanças no plano do PMCMV. O Governo Federal estendeu o PMCMV para famílias com renda mensal de até 9 mil reais.³⁰

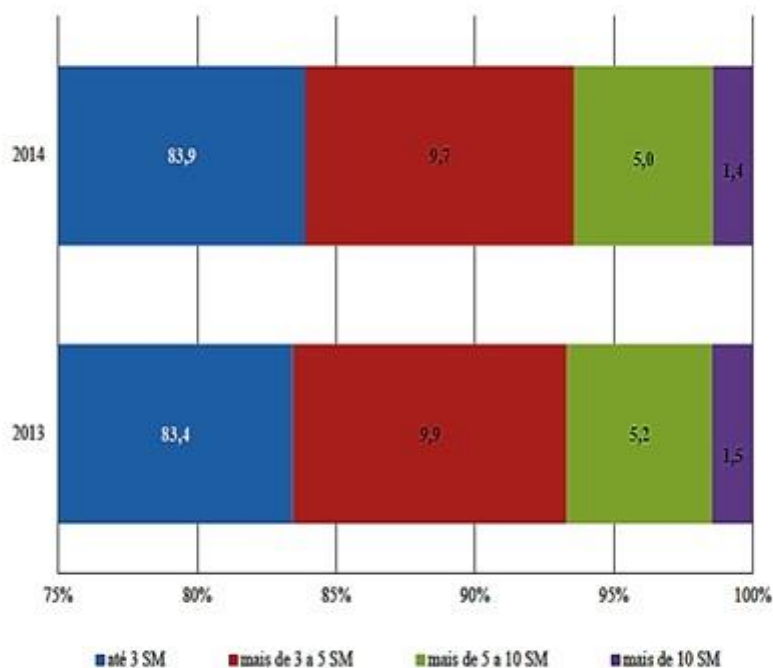
A Fundação João Pinheiro estimou em 2013, só o Rio de Janeiro tem um déficit habitacional de 398.794 mil moradias, com um peso relativo de 6,9%. Desses totais, quase 90% correspondem a famílias com renda na faixa de 0 a 3 salários mínimos.

Em contrapartida ao que se espera, ou se apresenta sobre as políticas habitacionais, há um aumento no déficit correspondente a essa faixa de 0,5 ponto percentual. O Rio de Janeiro passou de 87,6 em 2013, para 89,7 em 2014.

Queria destacar o seguinte ponto, enquanto a população com renda familiar acima de 3 salários mínimos tem “o seu déficit habitacional” em queda, a população mais pobre, se depara com o aumento deste. Como mostra o gráfico a seguir obtido pela Fundação João Pinheiro.

³⁰ <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/minha-casa-minha-vida-vai-abranger-familias-com-renda-de-ate-r-9-mil.html>

Déficit habitacional urbano por faixas de renda média familiar mensal (em salários-mínimos) - Brasil - 2013-2014



Fontes: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 2013; v.34, 2014.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Figura9 - Déficit Habitacional por renda mensal

Ao que parece, a produção do MCMV, pelo menos no RJ, não tem priorizado a população mais pobre. Segundo Cardoso e Aragão(2013) a produção de condomínios faixa 1 no RJ se deu até novembro de 2010 da seguinte forma³¹:

³¹ Infelizmente, os dados e informações referente a distribuição das unidades habitacionais no estado do Rio de Janeiro são precárias, e esses foram os dados mais recentes encontrados. Não foi possível encontrar informações como a quantidade de empreendimentos, e suas respectivas faixas de atendimento e localizações, em órgãos oficiais do Estado do Rio de Janeiro.



Figura10 - Unidades habitacionais contratadas do Minha Casa, Minha Vida no Rio até novembro de 2010

Fonte: Tabela retirada do Observatório das Metrôpoles

Segundo uma notícia do Ministério das Cidades, o estado do Rio de Janeiro até 2014, havia contratado quase 200 mil moradias³², porém a produção de habitações na faixa 1 são limitadas, e mal distribuídas, como pôde-se ver o estado do Rio de Janeiro tem 92 municípios, sendo apenas 22 beneficiados, e destes 22 apenas 10 possuem habitações de 0 a 3 salários mínimos. Além de poucas habitações, a má distribuição também é vista. Somente a cidade de Volta Redonda, que está fora da região metropolitana, produziu unidades habitacionais faixa 1.

Os empreendimentos pesquisados nessa dissertação, estão alocados na primeira faixa do programa e contam com o Fundo de Arrendamento Residencial. Segundo a Cartilha Virtual do PMCMV, estes empreendimentos são primeiro construídos e depois vendidos às famílias selecionadas, tendo elas duas opções: ou o subsídio integral com a isenção do seguro, ou prestações de até 10% da renda, por 10 anos, sendo a prestação mínima de R\$ 50 reais por mês.

O passo a passo se dá da seguinte maneira:

1. O governo estadual ou municipal assina o Termo de Adesão com a CAIXA e a partir desse momento a CAIXA passa a receber propostas de aquisição de

³² Encontrado em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/06/minha-casa-minha-vida-visa-oferecer-moradia-digna-a-quem-mais-precisa-afirma-occhi>

- terreno e produção de empreendimentos para análise junto com a documentação necessária
2. Os Estados e Municípios realizam, gratuitamente, o cadastramento das famílias
 3. Após o término do cadastramento das famílias interessadas, os Estados e Municípios indicam à CAIXA as famílias classificadas de acordo com os critérios de priorização definidos para o Programa
 4. As construtoras apresentam projetos às superintendências regionais da CAIXA, podendo fazê-los em parceria com estados, municípios
 5. Após análise simplificada, a CAIXA contrata a operação
 6. A execução das obras do empreendimento é realizada pela construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados
 7. Após a conclusão da obra os imóveis são adquiridos pelas famílias beneficiadas diretamente na CAIXA
 8. A operação pode ser contratada, até o limite de 20% do déficit habitacional do Município, de acordo o Déficit Habitacional no Brasil 2000 - Fundação João Pinheiro/Ministério das Cidades. (BRASIL, 2010, p.27)

Os requisitos para a construção desses empreendimentos, de acordo com o manual da Caixa, determinam que os projetos devem ter alguns pré-requisitos mínimos, dentre eles: a inserção na **malha urbana**, a existência de abastecimento de água, **esgoto**, energia elétrica, **vias de acesso** e transportes públicos, coleta de lixo, drenagem urbana, **equipamentos e serviços de educação, saúde e lazer**. Além de ser estabelecido o número de 250 unidades habitacionais em formato de condomínio (BRASIL, 2010).³³

Ademais da Caixa, os governos municipais têm um papel importante para a viabilização do PMCMV. O município precisa planejar as ações e planos de acordo com o planejamento da cidade, sobre isso tratarei especificamente no próximo item. Precisa também, identificar as regiões e zonas prioritárias para a construção dos empreendimentos, de modo que promova ações para terrenos bem localizados, identificar e apresentar a demanda da cidade, promover ações que **facilitem e reduzam os custos da produção**, e providenciar as autorizações necessárias, além de doar os terrenos. Sobre a doação dos terrenos a cartilha afirma:

- Os Estados e Municípios poderão, ainda, combinar subsídios com os que já estão disponíveis no programa de forma acumulativa para o beneficiário
- CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**
- A lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida institui que: “Em áreas urbanas, os critérios de prioridade para atendimento devem contemplar também:
I – A doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao programa;
II – A implementação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social;
III – a implementação pelos Municípios dos instrumentos da Lei no 10.257 [Estatuto da Cidade], de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade.” (BRASIL, 2010, p. 34 e 35)

³³ Esses pontos foram grifados a fim de mostrar ao leitor os requisitos mínimos que são exigidos pela CEF, e que não são cumpridos. O condomínio analisado nesta dissertação não possui vias de acesso, o esgotamento sanitário é um problema recorrente, sem contar o isolamento da malha urbana e dos serviços de escola, saúde e lazer como demanda o manual. O condomínio tem mais de 300 unidades, e o permitido são 250.

“Os municípios que doarem terrenos bem localizados e implementarem os instrumentos do Estatuto da Cidade têm prioridade”. (BRASIL, 2010, p.35) E parece ser esse o único incentivo para tentar impedir a construção dos empreendimentos em lugares desertos e distantes do tecido urbano.

2.2 – O PLHIS de Seropédica e o Condomínio Analisado: Contextualização

Como foi falado no início do texto o subsecretário de habitação me forneceu um CD com todas as informações do programa, desde o pedido para sua implantação na cidade, até a finalização e entrega do conjunto, trataremos neste subcapítulo do CD em questão. O CD contém o plano de habitação de Seropédica, cabe ressaltar que, para receber o fundo nacional de habitação de interesse social, o município deve primeiro elaborar o PLHIS, trata-se de um plano elaborado pela Kal Projetos e Territórios³⁴, dividido em proposta metodológica, diagnóstico e estratégia de ação.

Os esforços para a elaboração dos planos locais de habitação de interesse social inserem-se no contexto, segundo a construtora, de amplas mudanças no quadro institucional do país, com crescente responsabilização dos municípios pela elaboração e implementação, de forma participativa, de suas políticas urbanas e habitacionais, entre outras.

Fazem parte desse contexto a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS em 2005, que se propõe a articular as ações e recursos das diversas esferas de governo e dos agentes privados e sociedade para enfrentar a questão habitacional, e a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS responsável por gerenciar os recursos destinados à moradia.

Para que os municípios tenham acesso ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, deverão criar seu próprio fundo municipal de habitação de interesse social, constituir um conselho gestor deste fundo, elaborar projetos das intervenções e apresentar o Plano Local Habitacional de Interesse Social - PLHIS. Ou seja, o desenho institucional federal dispõe para os municípios a tarefa de estruturar as suas normativas próprias, a partir dos instrumentos do Estatuto das Cidades e criar mecanismos administrativos, no âmbito de suas políticas habitacionais, que permitam atender às exigências dos Planos Diretores e sua adesão ao SNH.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Seropédica, segundo a construtora, foi elaborado segundo diretrizes do Ministério das Cidades e tem como objetivo geral estabelecer um conjunto de metas, ações, diretrizes e instrumentos necessários ao enfrentamento das necessidades habitacionais de interesse social, atuais e futuras, até o ano 2023.

De acordo com o PLHIS de Seropédica feito pela Kal, os beneficiários seriam as famílias mais carentes, em habitações conviventes, em situações de risco, com moradias precárias, além daqueles que comprometiam a maior parte de sua renda com o pagamento de aluguel.

³⁴ Mais informações sobre essa empresa podem ser encontradas em: www.kal.com.br

Assim, a Prefeitura de Seropédica contratou a empresa KAL Projetos e Territórios para assessorá-la na elaboração do seu Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS. São também objetivos específicos deste plano de elaboração proposto pela Kal:

- Apoiar o Município para fins de seu enquadramento para captação de recursos federais para habitação de interesse social;
- Caracterizar a situação habitacional no município e indicar parâmetros necessários para delimitar princípios, diretrizes, componentes, instrumentos de modelo de gestão de sua política habitacional;
- Elaborar o PLHIS dentro do prazo contratual de forma participativa, com envolvimento de diferentes segmentos da população contemplando todo o território municipal buscando preservar o patrimônio histórico, cultural, paisagístico e ambiental do município tendo como horizonte os próximos 12 anos;
- Privilegiar os vazios urbanos na busca da racionalização da infraestrutura básica, do saneamento e do transporte no ordenamento territorial;
- Formular diretrizes estratégicas com vistas ao sucesso da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária;
- Identificar problemas habitacionais e de regularização do município e fortalecer as ações no combate a estes problemas. (KAL, 2012, p.6)

O órgão da administração municipal responsável pela questão habitacional em Seropédica é a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, que possui uma subsecretaria de Habitação.

A principal atribuição da subsecretaria é a coordenação e execução da política habitacional do município, voltada para o interesse social, especialmente para as famílias de baixa renda, nesse sentido, cabe à subsecretaria o gerenciamento dos programas de habitação, bem como o desenvolvimento de projetos neste setor.

A subsecretaria de habitação vinculada às pastas administrativas municipais supracitadas é responsável pela coordenação do PLHIS de Seropédica e responde como principal instituição do Comitê Gestor do PLHIS. Ademais, compondo o Conselho Gestor do FUMHIS (Fundo Municipal de Interesse Social) atua na integração entre outras entidades com interface na questão habitacional, que é de fundamental importância no desenvolvimento desse plano habitacional.

A subsecretaria é atribuída à operacionalização do FUMHIS, que segundo a lei que institui o fundo, tem as seguintes competências:

- Acompanhar a execução do orçamento e dos planos de aplicação anuais e plurianuais dos recursos de Fundo;
- Celebrar convênios e contratos;
- Expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos do Fundo, conforme deliberado pelo Conselho Gestor do FUMHIS;
- Encaminhar anualmente ao Conselho Gestor do FUMHIS, prestação de contas dos recursos transferidos para o FUMHIS;
- Elaborar e definir Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
- Oferecer subsídios técnicos à criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;
- Outras ações que se façam necessárias ao pleno desenvolvimento das suas atribuições como administradora do FUMHIS (KAL, 2011, p.7)

Segundo a Kal (2011), a lei n. 0377/2010, que institui o FUMHIS, delibera sobre a proveniência dos recursos, definindo Agentes Promotores que poderão ter acesso aos recursos do FUMHIS apresentando projetos compatíveis com as metas e critérios estabelecidos para a aplicação dos recursos. Destacam-se como agentes promotores:

cooperativas habitacionais populares, organizações da sociedade civil ou de interesse público e associações de trabalhadores.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Seropédica, proposto pela Kal, foi dividido em três etapas, como foi mencionado, e segundo a construtora todas as fases do trabalho estavam previstas a participação dos técnicos da Prefeitura Municipal de Seropédica; do Comitê Gestor do PLHIS, composto por membros do Conselho Gestor do FUMHIS e outras entidades atuantes na área habitacional, junto à equipe da consultoria contratada, para acompanhamento, aprovações e execução de ações conforme as divisões de responsabilidades, bem como, a participação da sociedade civil na discussão e pactuação das etapas de desenvolvimento do PLHIS proporcionando uma leitura municipal da questão habitacional mais completa e real - se isso aconteceu, realmente, não posso afirmar, mas estava proposto no plano.

2.2.1 Levantamento quantitativo feito pela KAL

A construtora prestadora de serviço para a cidade em questão fez um levantamento sobre a região ao qual tivemos acesso, a partir da análise é que se dá essa parte do estudo.

Um dos meios observados para que o município recebesse o PMCMV era o déficit habitacional quantitativo, qualitativo e demográfico. Quantitativo é quando há necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias ou de atendimento às famílias que não dispõem de moradia em condições adequadas. O déficit de novas habitações é devido, em boa parte, por domicílios não oferecerem as condições básicas de uma moradia, ou à existência de famílias que comprometem excessivamente sua renda com aluguel, ou à existência de domicílios em assentamentos precários que necessitam ser removidos por risco ou para diminuição de adensamento populacional e urbano. Qualitativo é quando há necessidade de melhoria de unidades habitacionais que apresentem certo tipo de carências, entre os quais se identificam a carência de infraestrutura, o adensamento excessivo e a inadequação fundiária. O demográfico diz respeito à demanda de novas moradias originada pelo aumento populacional de um município ou mudanças nos arranjos familiares (novas famílias que venham a se formar no futuro e precisem de novas moradias).

O Censo de 2010 (IBGE) cadastrou 30.947 domicílios dos quais 78,43% são ocupados, registrando 11,43% domicílios vagos. O município possui uma densidade domiciliar média por habitações particulares ocupadas de 3,19 hab./dom.

Segundo estudos com base em 2000, através da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional no Estado do Rio de Janeiro girava em torno de 149.200 mil moradias. Na cidade analisada, o déficit era de 2.084 unidades habitacionais ou 11,51% dos domicílios municipais, sendo em área urbana 1.374 (9,43%) e 710 (20%) em área rural.



DÉFICIT HABITACIONAL - QUANTITATIVO

Tipo de Déficit Quantitativo - 2000	Valor	%
Déficit Habitacional (total)	2.084	11,51
Domicílios Improvisados	58	0,32
Famílias Conviventes	1456	8,04
Cômodos	411	2,27
Domicílios Rústicos	159	0,87
Domicílios Alugados por família com renda até 3 S.M	622	3,43

	2000	Taxa cresc. Pop. (00-10)	2010
Déficit Habitacional	2.084	2,54% ao ano	2.590
Taxa densidade domiciliar (hab/ dom.)	3,1		3,2
Habitantes na Situação	6460,4		8096,3

OFERTA HABITACIONAL DE HIS – PODER PÚBLICO 646 DOMICÍLIOS



3. QUESTÃO HABITACIONAL



Figura11 - Déficit Quantitativo e Oferta Habitacional de Seropédica



DÉFICIT HABITACIONAL - QUALITATIVO

RESUMO DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS

Tipo de Déficit Qualitativo	Déficit Total (2010)	
	Valor	%
Adensamento Excessivo (2000)	1010	52,97
Inadequação Fundiária*	4.615	19,02%
Domicílios sem banheiro	48	0,19%
Domicílios sem energia elétrica	31	0,12%
Domicílios sem abastecimento de água	1.515	6,25%
Domicílios sem esgotamento sanitário	8.441	34,80%
Domicílios sem coleta de lixo	1761	7,26%

*Valor aproximado considerando áreas indicadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável
Fonte: KAL Projetos e Territórios LTDA, 2012 a partir de dados do Censo Demográfico IBGE 2000/2010



3. QUESTÃO HABITACIONAL



Figura12 - Déficit Qualitativo de Seropédica

Segundo informações da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, em novembro de 2011 a cidade analisada possuía 7.851 famílias cadastradas no CADÚnico (Cadastro Único) das quais 7.655 possuem renda per capita mensal de até ½ salário mínimo.

Os dados apresentados referentes ao déficit da cidade analisada correspondem ao ano de 2000. A Fundação João Pinheiro não desenvolveu esse levantamento considerando o Censo de 2010. Desta forma, a construtora calculou o déficit quantitativo

para a situação atual considerando a demanda habitacional de 2000, transformando este dado em população, com isso, multiplicou pela densidade domiciliar da época, 3,1 hab./dom, para encontrar o número de pessoas que demandam habitação em 2010 e assim transformar em dado de habitação, utilizando a densidade desse ano, que foi de 3,2.

**Diagnóstico –PLHIS da Cidade analisada segundo a construtora
RESUMO DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITAVO**

	2000Taxa cresc.	Pop. (00-10)	2010
Déficit Habitacional	2.084	2,54% ao ano	2.590
Taxa densidade domiciliar (hab./dom.)	3,1		3,2
Habitantes na Situação	6460,4		8096,3

Fonte: Tabela feita pela construtora a partir Fundação João Pinheiro / Censo Demográfico IBGE 2000 e 2010

Desta forma, o déficit habitacional encontrado pela construtora segundo a atualização dos dados da Fundação João Pinheiro deve abater a quantidade de habitações que foram feitas durante o período de 2000 a 2012 no município.

Segundo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, foram entregues em agosto de 2012 ao todo 646 domicílios populares do Programa Minha Casa Minha Vida para moradores da faixa salarial de zero a três salários mínimos, que priorizaram famílias que recebem aluguel social por habitarem áreas de risco e moradores de rua. Com isso será debitado do déficit quantitativo identificado o total de 646 unidades habitacionais que estavam em desenvolvimento no município.

**Diagnóstico –PLHIS da cidade analisada
PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL REALIZADOS ENTRE 2000 E 2012 (0 A 3 SM)**

Programa	Fonte de Recursos	Local	Nº de Unidades
Programa de Arrendamento Residencial – PAR	Federal	Residencial 1	327

Programa de Arrendamento Residencial – PAR	Federal	Residencial 2	319
		Total:	646

Fonte: Tabela feita pela construtora em 2012 a partir de dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável do Município analisado

O déficit habitacional do município em questão passa a ser de 1944 domicílios. Esses projetos realizados entre 2000 e 2012 foram os únicos projetos desenvolvidos no âmbito do setor da Habitação em todas as instâncias governamentais nos últimos anos. A construtora ressalta que, o déficit identificado utilizou os meios disponíveis e que apesar do IBGE não identificar assentamentos subnormais em seus estudos, os dados estimados em cima das informações da Fundação João Pinheiro são específicos da população de renda familiar até 3 salários mínimos. A construtora ainda destaca que não é possível identificar o déficit habitacional somente em assentamentos de baixa renda reconhecidos pela prefeitura municipal. Desta forma, foi considerado no último produto do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Estratégias de Ação – a proposta de elaboração de levantamento de dados e estudos específicos para identificação do real déficit habitacional de interesse social. A concentração destes dados domiciliares deverá considerar mais de 60% das famílias com renda média mensal até 3 salários mínimos a fim de delimitar novas Zonas Especiais de Interesse Social que deverão ser demarcadas como áreas prioritárias de investimento em produção habitacional, em infraestrutura urbana e social além de regularização urbanística e fundiária.

O conjunto da cidade analisada conta com 646 unidades habitacionais, dividido em dois condomínios, o Parque das Bromélias e Jardim Margarida³⁵, o primeiro condomínio conta com 319 casas, e o segundo com 327. Este empreendimento recebeu R\$32 milhões de reais em investimentos, e segundo o site da Caixa Econômica, aproximadamente, 2.500 pessoas foram beneficiadas. As famílias contempladas possuem renda até R\$1.600 reais – alocadas na faixa 1. Dessas 646 unidades, 20 estão adaptadas para cadeirantes com 39m², já os demais possuem 43m². Todas as casas têm dois quartos, sala, cozinha e um banheiro. Também segundo o site da Caixa, estas unidades habitacionais possuem áreas de lazer, salão de festas, e uma infraestrutura completa, desde água e esgoto, até ruas pavimentadas e medidores individuais de luz e água. Porém, não é bem assim que relatam os entrevistados.

Apesar de nas diretrizes do PLHIS de Seropédica, organizado e produzido pela KAL, apontar que este plano serviria para que “**a população mais vulnerável e de baixa renda tenha acesso à moradia digna**” (KAL, 2011, p.3). Além de outras promessas que trouxe consigo, o condomínio não conta com hospitais por perto, nem comércio, ou escolas, os mais próximos ficam há alguns quilômetros do condomínio, necessitando, deste modo, que os moradores utilizem ônibus para chegar ao comércio ou hospital e

³⁵ Os nomes dos condomínios são fictícios.

escola mais próximos. Apesar de se situar numa área urbana, e pavimentada, o condomínio se encontra isolado dos equipamentos urbanos. Não bastasse também, a precarização dos materiais utilizados na construção deste empreendimento.

2.4 – Cidade Para Quem? Precariedade e Lacunas no Direito à Moradia

Artigo 6º – São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

O problema habitacional brasileiro atinge diferentes esferas na sociedade, as consequências de falta de moradia e de uma moradia decente levam ao aparecimento de uma série de problemas sociais.

Ao longo dos anos o Brasil buscou inúmeras medidas por diferentes governos na tentativa de diminuir ou amenizar os problemas habitacionais, principalmente referente as classes mais pobres (D'AMICO, 2011). Porém, apesar de esse bem ter importância significativa na vida dos brasileiros e de constar na Declaração Universal dos Direitos do Homem, e também da Constituição Federal do Brasil de 1988, como direito fundamental, não tem sido o principal estimulador para tais políticas. Ainda que o PMCMV tenha tido resultados quantitativos significativos em relação às políticas habitacionais passadas, ao que parece os efeitos socioespaciais são os mesmos dos anos anteriores.

Em 2010, como falado anteriormente, foi instituído o FUMHIS (Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social), que aponta quais são os princípios sobre a moradia popular, e quais diretrizes deve-se seguir para a aplicação dos recursos deste fundo. São elas:

- **Reconhecimento da habitação como direito básico da população;**
- **Atendimento da habitação como direito básico da população de baixa renda**, com estabelecimento de políticas específicas que contemplem formas diferenciadas de subsídios e inclusão social;
- **Integração da política habitacional** com as demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, nos níveis municipais, estadual e federal;
- Democratização, descentralização e **transparência dos procedimentos e processos decisórios como forma de permitir o acompanhamento da sociedade;**
- Existência de um sistema de financiamento com diversificação e dinamização dos agentes envolvidos, financeiros, promotores de assistência técnica, tanto públicos como privados;
- Garantir a diversificação de programas e desenhos de políticas;
- Distribuição de recursos proporcionalmente ao perfil do déficit habitacional, destinando mais recursos para o atendimento da população mais carente;
- **Observância das diretrizes e aplicações dos instrumentos previstos na Lei Federal nº10257, de 10 de julho (Estatuto das Cidades), como forma de viabilizar o acesso à terra urbana e o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade.**

Em seu artigo 6º, a lei do fundo municipal de habitação de interesse social informa as aplicações dos recursos do FUMHIS, que devem ser seguidos pelo Conselho Gestor e Agentes Promotores, que devem ser destinados a programas, projetos e ações que contemplem:

- **Aquisição, construção, conclusão e melhoria das unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais.**
- Produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- Urbanização e regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas como de interesse social;
- **Implantação e melhoria do saneamento ambiental, infraestrutura urbana e equipamentos urbanos complementares aos programas habitacionais;**
- Aquisição de materiais de para construção e reforma de moradias;
- Intervenção de imóveis deteriorados, visando a recuperação para fins habitacionais de interesse social;
- Produção e aquisição de imóveis para locação social, inclusive sob forma de arrendamento residencial;
- **Estudos e pesquisas voltados ao conhecimento das necessidades habitacionais e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do método de gestão e tecnologias, com vistas à melhoria da qualidade e redução dos custos das unidades habitacionais;**
- Capacitação dos beneficiários e agentes promotores, com vistas à implementação dos programas e ações previstos nesta lei;
- Contratação de assistência técnica e jurídica com vistas à implementação de programas, projetos e ações habitacionais de interesse social;
- Aquisição de terrenos e glebas destinados a projetos habitacionais. (KAL, 2012, p.24)³⁶

Mesmo diante dessas diretrizes, o que se tem observado é a construção de empreendimentos com baixa qualidade e mal localizados. A luta pelo direito à cidade mostra as agruras e dificuldades dos moradores destes condomínios.

Lago (2012) afirma que há um “fechamento” das áreas periféricas urbanizadas para moradores de baixa renda e para aqueles que se encontram em áreas de risco, além de uma produção de conjuntos habitacionais precários nas fronteiras urbanas, sem a mínima infraestrutura exigida pela Caixa Econômica Federal, operadora do programa.

O que a literatura tem demonstrado é a falta de esforço das instituições responsáveis em controlar a localização dos empreendimentos, e ao que parece, há mais um ciclo de habitações periféricas, reforçando a segregação espacial, e em certa medida, reproduzindo as produções habitacionais do BNH. (MARQUES & RODRIGUES, 2013; LAGO 2013; CARDOSO, 2013). O próprio Ministério das Cidades reconhece o cuidado que deve ter, para não reproduzir novamente antigas políticas habitacionais: “é importante tomar cuidado para não reproduzir as velhas práticas de programas habitacionais que constroem conjuntos com pouca qualidade e mal localizados” (BRASIL, 2010, p. 22).

Para buscar saídas que não repetissem velhas práticas, o programa tem priorizado estados e municípios que tenham doado suas terras em áreas urbanas consolidadas (BRASIL, 2010), entretanto, este é o único incentivo dado para tentar coibir a construção dos empreendimentos em lugares periféricos (MARQUES & RODRIGUES, 2013). O custo alto de terra urbana nas regiões metropolitanas faz com as construtoras procurem terras afastadas das áreas urbanas, como uma forma de minimizar custos e maximizar lucros. (CARDOSO, ARAÚJO & JAENISCH, 2013).

A valer, é notório o avanço do MCMV em relação ao BNH, entretanto, ao que se parece, o PMCMV tem repetido, em certa medida, a busca demasiada pelos resultados quantitativos e, deixado de lado, valores mais qualitativos. Sobre isto, Maricato afirma:

Hoje, afinal, o Brasil tem um Plano Nacional de Habitação, que trabalha com um cenário para 20 anos. A meu ver, o que falta para o Minha Casa, Minha

³⁶ Grifos meus

Vida é o que sempre faltou na maioria dos programas habitacionais brasileiros: uma visão mais estrutural do que deve ser esse combate ao déficit. O combate ao déficit não pode se resumir apenas aos números. E desde os tempos do Banco Nacional da Habitação, o BNH, que foi criado pelos militares na década de 1960, a questão habitacional no Brasil foi quase sempre tratada como meramente quantitativa, e o sucesso ou fracasso dos programas medido pelo número de unidades construídas. É óbvio que deveria ter outros fatores envolvidos, como a maior articulação deles com políticas urbanas e sociais [...] o fato é que se trata de um programa feito pelo Governo Federal e pelos empresários. Claro que é louvável um programa que cria empregos e reserva 16 bilhões de reais em subsídios para a população de zero a três salários mínimos, e prevê amplos recursos para a regularização fundiária. Mas não serão os organismos metropolitanos, nem os municipais, que, no final das contas, irão definir qual a melhor localização das novas moradias, dos novos bairros. Está de novo se pensando em coisas muito grandes, em megaconjuntos - o formato preferido das construtoras e empresas imobiliárias, quando há tanto espaço vazio, mal - aproveitado ou passível de *retrofit* nas áreas centrais das grandes cidades. É o mercado que vai comprar as terras e definir aonde os conjuntos vão se localizar. É a velha inversão de papéis, o rabo abanando o cachorro. Todos esses investimentos - para lá de bem-vindos - vão ser jogados na nossa cultura patrimonialista de administração do solo, por mais que o programa fale que os empreendimentos devem estar inseridos no tecido urbano. (MARICATO, 2009, p 62 e.63)

O PMCMV teve um impacto considerável na produção das habitações populares, no entanto, ainda tem deixado muito a desejar. Como nos conta Amore (2015), numa forma bem descontraída, nos colocando a pensar, numa situação hipotética, em que houvesse um brasileiro que viveu na época da ditadura, que presenciou a política autoritária do BNH, sofresse um coma em 1986, ficasse sem notícias de tudo que aconteceu no Brasil, e acordasse em meados de 2014. Ele receberia uma enxurrada de informações, mas no que tange à habitação ficaria assustado, de fato. Assustado ao saber que uma política habitacional conseguiu em 5 anos de existência quase 80% das unidades que o BNH financiou em seus 22 anos de existência, onde metade já foi entregue. Possivelmente, depois do espanto, se fosse percorrer e conhecer os conjuntos, fatalmente, também se situaria, criticamente.

É de comum acordo que o PMCMV permitiu que muitos indivíduos das classes mais baixas tivessem acesso à moradia, a produção de conjuntos habitacionais voltados para a população de baixa renda é inevitavelmente um elemento inovador, visto que a política habitacional do BNH era, exatamente, criticada por não priorizar essa faixa.

Contudo, como demonstra a literatura, o programa apresentou, por diversas vezes, lacunas onde o direito à moradia fosse incompleto, principalmente para aqueles alocados na primeira faixa. A distância física e socioespacial dos conjuntos em relação aos aparelhos urbanos da cidade dificulta, em grande parte, a vida dos que mais precisam. Isso se deve não exclusivamente à política do programa, mas também as construtoras da iniciativa privada onde estas não constroem apenas por uma preocupação social, o problema que parece se apresentar é a falta de regulação pública e de critérios no programa, sem um banco de terras o Estado deixa ao sabor dos ventos do mercado a definição desses critérios.

Rufino (2016) também aponta esta lacuna do MCMV, afirmando que os empreendimentos são construídos em lugares vazios sem a mínima infraestrutura urbana, criando deste modo, novas periferias. A literatura especializada, aponta para diversas lacunas do programa, tal como sistematizado por Cardoso e Aragão (2013, p. 44):

(i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de

localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido ao setor privado; (v) grande escala dos empreendimentos; (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação; (viii) a desigualdade na distribuição de recursos como fruto do modelo institucional adotado.

Segundo Lago (2012) seria algo em que ao mesmo tempo proporciona ganho, mas bloqueia a entrada da população pobre que precisa estar perto dos aparatos públicos e dos centros comerciais, ou seja, uma reprodução da “espoliação urbana” (KOWARICK, 1979). Lago também critica a forma de um padrão de localização das unidades habitacionais:

De norte a sul do país, a produção habitacional para baixa renda obedece a um mesmo padrão de localização nas cidades: o nosso histórico padrão periférico. Se anos 60 e 70, foi o poder público, através das Cohabs, que promoveu a periferização dos conjuntos, hoje esse fenômeno é promovido diretamente pelas construtoras, que definem não apenas a localização e o público alvo, mas os projetos, tipologias e qualidade das edificações.

O poder e o dever dos municípios de controlarem a localização e a qualidade dos novos empreendimentos não estão sendo exercidos. As prefeituras não têm condições técnicas e/ou vontade política para imporem ações regulatórias, direcionando os empreendimentos para áreas com infraestrutura. No entanto, muitos gestores municipais invertem o problema, argumentando a falta de recursos para garantir a infraestrutura no ritmo do Programa MCMV. (LAGO, 2012, p.191)

Lago aponta que ao que parece, a “aplicação dos instrumentos de planejamento territorial, como a ZEIS (Zonas de Interesse Social) em áreas vazias, prevista nos Planos Diretores e a criação de um banco de terras para habitação popular” (LAGO, 2012, p.192) não estão nas prioridades das prefeituras. Segundo Lago, grandes partes dos conjuntos habitacionais, hoje, estão localizados na periferia das grandes cidades brasileiras, em áreas carentes de infraestrutura e equipamentos públicos minimamente necessários.

A distância do empreendimento do tecido urbano é uma reclamação recorrente dos moradores, os moradores contam que no projeto inicial deveria ter uma área de lazer, unidades de saúde e educação, porém nada disso aconteceu. O PLHIS de Seropédica, bem como as diretrizes desta política habitacional, assegura, ainda que se veja somente nos editais, que os empreendimentos devam estar inseridos no tecido urbano. Alguns moradores afirmam ter com eles esse projeto inicial, contudo, a única coisa que se encontra no condomínio são obras inacabadas, e grandes vazios acumulando sujeiras, e entulhos:

Amanda: Aquela beirada ali, não tem? Aqui da rua, tem do lado de cá e do lado de lá. Então, quer dizer, aquela área ali...eu tenho o projeto aí. Era creche, uma creche aqui dentro, posto de saúde pros condôminos e até hoje não foi feito. Uma quadra de esportes, toda aquela área vazia era pra isso, tá no projeto. [...] aí deixam um valão aberto ali, o esgoto de alguns corre ali pra dentro do valão. Uma sujeira danada.

Maria Aparecida: Olha, tá faltando umas coisas que eles prometeram que está no nosso contrato. Por exemplo, eles disseram que ia ter um posto de saúde aqui no conjunto, porque veio muita gente pra cá. São mais de 300 casas no conjunto, o de lá e o de cá e você imagina que numa casa com 4 pessoas, quantas pessoas tem? Então, é muita gente, sem um posto de saúde dentro do

conjunto. Alguma coisa que possa socorrer o povo, de repente. Mas isso tá no nosso contrato.

A falta de um comércio e dos serviços públicos, como saneamento básico³⁷, permeiam as falas dos moradores, um supermercado, um posto de saúde, coisas básicas, em que eles gostariam de ter um melhor acesso.

Dayana: O que você sentiu mais diferença ou sente mais falta?
Jéssica: Primeiro, de ter tudo perto. Comércio perto porque aqui a gente não tem nada. Pra ir pro centro, andou um pouquinho e já tava ali, mas aqui a gente tem que pegar condução, aí fica ali no ponto a vida toda. Também por questão de... só disso mesmo, por "lonjura" das coisas, mas é muito diferente mesmo. Pra quem tá acostumado com tudo perto, aqui... tá muito ruim.

Terezinha: O que no caso, o que tá faltando aqui eu acho que é um mercado. Gente, nossa, já pensou? Um mercado aqui pertinho? Aqui, por exemplo, saía do portão, virava aqui e tava no mercado. Já pensou se ali fosse um mercado? Que maravilha seria? Nossa, muito bom.

O descontentamento dos moradores em relação à localização do condomínio, faz com que muitos não se adaptem e repensem sua volta para a antiga moradia, como é o caso de Amanda:

Amanda: Não me adaptei, não gostei, achei tudo muito difícil, muito longe. Não tem nada. Final de semana você quer comer uma pizza e pra chegar aqui é uma hora, você pede uma pizza agora e daqui uma hora só que vem, uma hora e pouca. Aí, não dá, muito difícil. Pra mim é muito difícil. Se você não tiver um dinheiro você não consegue chegar no 49, ou você vai a pé, mas eu não consigo andar a pé, aí quer dizer...

Mesmo com as diretrizes, as unidades habitacionais estão localizadas em bairros inacabados, em áreas consolidadas, mas constantemente em (auto) construção, “nas fronteiras do tecido urbano, onde ainda há poucos sinais da cidade.” (LAGO, 2011, p.6).

Os moradores sentem-se abandonados pelo poder público, “jogados às traças”³⁸, as reclamações não se dão somente no tocante à má localização dos condomínios, a precariedade dos materiais utilizados na construção também é relatada.

Joana: é! Aqui é muito complicado. Olha, onde você encosta esfarela, usaram argamassa pra embolso.

Edson: ah, eles usaram argamassa?

Joana: uhum! Usaram argamassa, o material aqui é tudo de qualidade inferior...

Edson: quer dizer que eles economizaram no material?

Joana: economizaram muito no material! A estrutura do telhado é feita de metalon, ou seja, daqui a algum tempo nós vamos ter que trocar! Porque enferruja com o tempo, não segura muito tempo. Como é que a gente vai ficar? E era uma coisa que deveria ter sido vista, que era um material que não tem durabilidade. Porque você vê nos outros projetos é usado madeira, laje, sei lá. Mas aqui foi usado metalon, um metalon de péssima qualidade porque já está enferrujando

³⁷ “Os problemas de habitação na Baixada Fluminense começam sempre com saneamento, é preciso também tomar cuidado ao falar que esse problema é do condomínio, porque é um problema da Baixada. Saneamento básico é um tema político da Baixada. Água, esgoto e lixo são os problemas crônicos da Baixada.” (Arguição da Carly Machado na defesa desta dissertação)

³⁸ Fala da moradora Patrícia

É possível encontrar na literatura sobre o MCMV a crítica sobre infraestrutura arquitetônica dos empreendimentos. Como afirma Adauto Cardoso:

A baixa qualidade dos materiais construtivos e da execução também são recorrentes em todos os empreendimentos pesquisados, ocorrendo vazamento de água e acúmulo de detritos nas fendas oriundas do encaixe irregular entre as peças das lajes pré-moldadas que constituem o piso dos imóveis Ipês; a base de sustentação das caixas d'água de alguns edifícios se rompeu devido à má qualidade da madeira utilizada, inundando os apartamentos do último pavimento e prejudicando os demais; em poucos meses de uso, os brinquedos do *playground* – único local onde as crianças, acostumadas a brincar nas ruas de seus antigos bairros, podem realizar suas atividades de lazer – estão deteriorados; entre outros problemas identificados (CARDOSO, 2013, p. 153).

Nas conversas com os entrevistados, pude constatar duas dimensões de críticas diferenciadas: de um lado, o morador que só reclama, não está contente com a casa e enumera diversos problemas, atritos, conflitos, enfim, por eles se tivessem uma condição melhor, sairiam do condomínio. De outro lado, os moradores que apesar de todos os problemas agradecem a Deus pela moradia, ressalto aqui, que mesmo os moradores que agradecem, fazem contestações sobre o lugar.

É de comum acordo, bem como está descrito nas diretrizes do programa no que tange às habitações populares, que estes buscam minimizar gastos, como foi supracitado, entretanto, quando diz respeito à melhoria da qualidade dos empreendimentos isto não acontece. Em outras palavras, apenas se atentam à minimização dos gastos. Sobre isso gostaria de destacar dois trechos de duas entrevistas:

Maria Aparecida: Acho a casa boa, o banheiro funciona, não falta água. Eu acho muito bom porque é uma casa pra baixa renda. Agora, por exemplo, eu tô fazendo um conserto porque como não tinha coisa pra parar a água que cai da chuva, aí foi caindo e molhando fora da casa e tá caindo o reboco. Agora tô fazendo um consertinho por causa disso, mas não é porque a casa não presta é porque tem que fazer uma manutenção. Eu acho ótimo. Não acho nada demais na casa, muito pelo contrário, a cozinha é pequenininha mas tem que ser pequenininha mesmo, se fosse pra ser grande não seria baixa renda. Concorda comigo? Dá pra fazer comida e se mexer dentro dela. Tudo normal, não tenho do que reclamar, eu agradeço a Deus por ter ela.

Joana: Porque as pessoas estão pagando a unidade delas. É pouquinho? É pouquinho, mas o Governo Federal com o dinheiro do povo, porque é o seu dinheiro, é dinheiro dela, é o meu dinheiro, é o dinheiro do Brasil inteiro. Mas a construtora recebeu pelo serviço, ela não fez de graça, ela não fez favor, e principalmente por ser um dinheiro público, por ser um dinheiro do Governo Federal eu acho que deveria ter uma fiscalização muito mais rigorosa, que não tem.

As moradoras partem de críticas diferentes. Joana, apesar de agradecer pela casa, afirma que se pudesse voltaria a morar no centro e enumera infinitos problemas, assim como Joana, Amanda, Patrícia, Vilma, Vera, entre outros. Do outro lado, Maria Aparecida, que por nunca ter tido nada, agradece por ter onde morar, assim como Dona

Dulce, Terezinha e Valdo. O que gostaria de apontar aqui é que mesmo tendo discursos diferentes, suas falas apontam precariedades comuns.

É possível, portanto, perceber na fala de alguns moradores, que a implantação destes empreendimentos aponta para uma política de resultados, ou seja, se constrói inúmeros conjuntos, de qualquer modo, principalmente, quando as moradias são para a população mais pobre.

O que a pesquisa de campo também parece apontar é a falta de esforços das entidades envolvidas e de uma fiscalização contínua, as partes responsáveis não acompanham os moradores, e tampouco os assistem. Diante de tantos problemas encontrados no condomínio, os moradores ainda ficam sem saber a quem recorrer, é um jogo de empurra, onde ninguém assume suas responsabilidades. Sobre isso tratarei no item a seguir.

2.5 – A Quem Recorrer? A Confusão Entre a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura e a Empreiteira

O papel de fiscalizador do programa é alvo de um jogo de empurra entre a Caixa, agente responsável pelo financiamento dos apartamentos, e a Secretaria municipal de Habitação, que realiza os sorteios e faz a entrega dos imóveis. Para a Caixa, é função das “secretarias parceiras” nos estados e municípios fazer esse controle. Já a secretaria alega que seu papel termina na entrega dos apartamentos e, por contrato, não é a responsável por checar se moradores foram expulsos dos apartamentos. Hoje, a principal ferramenta de combate a irregularidades é um número telefônico (0800-7216268), disponibilizado pela Caixa.³⁹

O jogo de empurra sobre responsabilidades do programa foi uma constante nas entrevistas, a dificuldade em saber a quem recorrer e reclamar ou tirar eventuais dúvidas transpassam as falas dos moradores do condomínio. Os próprios moradores entravam em contradição sobre quem era responsável, e outros admitiam que não sabiam a quem recorrer. Além da confusão sobre quais órgãos e entidades são responsáveis pela manutenção dos empreendimentos, os moradores tinham a dificuldade, por se tratar de um condomínio, mas com o financiamento do Estado, em dizer se a responsabilidade estava na esfera do público ou do privado. A falta de informações, a dificuldade de acesso aos órgãos públicos e/ou entidades competentes, o jogo de empurra sobre responsabilidades, entre tantas outras confusões sobre de quem, é de fato, o papel de fiscalizar os empreendimentos, perpassam as narrativas dos condôminos.

Miguel: [...] porque tem o contrato. Logo assim que, no caso eu descobri que aquele lugar existia, quando eu cheguei lá tinha quatro seguranças. Era dois de dia e dois à noite, entendeu? Só o que acontece? Os moradores, além da taxa da casa que pagam, eles pagavam a taxa do condomínio, que iria pôr na conta para fazer a manutenção de tratamento de esgoto, a luz, entendeu? A luz, a

³⁹ Notícia retirada do jornal extra. Fonte: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/autoridades-nao-fiscalizam-se-moradores-de-condominios-do-minha-casa-minha-vida-foram-beneficiados-pelo-programa-15159512.html#ixzz4Y1eqyUt7>

limpeza em volta do condomínio, entendeu? Porque isso, não sei agora, mas antes não era trabalho da Prefeitura, entendeu? Porque era uma empresa.

Miguel se mostra confuso em saber quais eram os órgãos responsáveis sobre a manutenção do condomínio, que sabia até então que a responsabilidade não era da prefeitura, e sim de uma empresa.

Miguel também se confunde sobre qual esfera o condomínio se encontra, se é particular ou se é público, e que por achar que o condomínio é particular, a prefeitura fica impossibilitada de entrar e são os próprios moradores que devem “se sustentar.”

Miguel: [...] é porque lá é complicado, porque o condomínio é particular, entendeu? Então o que acontece? A Prefeitura ela fica impossibilitada de, às vezes, de entrar lá porque... como é particular, então o condomínio é que tem que se sustentar, porque são os moradores que tem que pagar, entendeu? O condomínio.

Joana, entretanto, afirma que o empreendimento é federal. Enquanto conversávamos sobre os conflitos no condomínio, contou sobre uma reunião que havia sido realizada com a ação social na secretaria de habitação, a CEF, um representante da construtora, e a Polícia Federal. Ao questionarmos o porquê da Polícia Federal afirma que por se tratar de um programa do Governo Federal, seria a Polícia Federal a responsável por tomar certas medidas dentro do condomínio.

Joana: [...] Só que não foi feito, então hoje, se a Caixa Econômica tomasse as devidas providências que tem em cima do nosso contrato, dentro da nossa convenção, que foi a proposta da reunião que teve na semana passada, na ação social com a secretaria de habitação, planejamento e desenvolvimento sustentável, Caixa Econômica, eu acho que teve algum representante da construtora e a Polícia Federal.

Edson: por que a Polícia Federal?

Joana: porque isso aqui é uma área federal, é um empreendimento federal, não é um empreendimento privado, particular. Isso aqui é um empreendimento do Governo Federal, então tudo que tiver de regularidade, e irregularidade vai contra o Governo Federal. [...] então a Polícia Federal está entrando, pelas casas alugadas, pelas casas vendidas, por essas obras, irregulares, pelas pessoas que não estão sendo habitadas porque estão prejudicando aquelas que são habitadas, tem isso tudo.

A ex síndica, mostra ter conhecimentos e noções que muitos outros moradores não tinham, desde quem foi a responsável pelo arrendamento da terra, até quem era o dono da área em que o condomínio foi construído, entretanto, também demonstra a confusão causada pela dificuldade sobre a quem recorrer. Ao questionarmos se ela, por ter sido síndica do condomínio, tinha algum levantamento sobre os problemas encontrados, afirma não ter o levantamento e que as entidades envolvidas afirmam também não ter, e para algo ser feito dentro do condomínio era preciso primeiro pressionar a Caixa, para que esta pressionasse a construtora. Joana demonstra como esse jogo de empurra acontece e que a responsabilidade é sempre jogada para o outro, e no fim, ninguém resolve nada.

Edson: vocês têm esse levantamento? Os moradores têm esse levantamento das coisas como o conjunto, te mandaram? Porque construtora só age se for pressionada por alguém né!

Joana: pela Caixa,

Edson: pela Caixa, pelo Ministério Público.
Joana: a gente pressiona a Caixa, e a Caixa pressiona a construtora
Edson: e como é que a Caixa tem se comportado nisso, porque a prefeitura não tem nada a ver com isso?
Joana: não
Edson: a prefeitura só selecionou a demanda?
Joana: só selecionou a demanda
Edson: então todas as questões de infraestrutura aqui a prefeitura diz: “não é comigo”
Joana: a prefeitura ela viu a área...
Edson: a área é da prefeitura?
Joana: não, ela conseguiu a área
Edson: de quem é a área?
Joana: a área era de sei lá, um fazendeiro. Sei lá de quem.
Edson: a prefeitura comprou?
Joana: ela conseguiu a área, negociou a área pra Caixa. Foi intermediária.
Edson: aí a Caixa pagou, ah entendi.
Joana: a Caixa pagou a área,
Edson: ah tá, então não tem uma relação. A Caixa comprou o terreno, e também fez o empreendimento.
Joana: a parte da prefeitura aqui era o que? A seleção e o habitice, com o acompanhamento da secretaria de obra, que eu acredito.
Edson: a prefeitura só ficou com o melhor.
Joana: né?
Edson: porque selecionou a demanda, todo resto... ela não entrou com um tostão?
Joana: pois é, porque a Caixa deveria ter feito o acompanhamento, a engenharia da Caixa deveria ter feito um acompanhamento periódico, constante da obra, só que não foi feito. Não teve.
Edson: tá, ela não fez.
Joana: não fez, não teve porque eles não têm nem o projeto disso daqui. Eu sou síndica e não tenho o projeto de nada, e é um documento que o condomínio tem que ter, porque se estoura alguma coisa aqui...
Edson: você sabe quem foi contratado e com quem reclama né!
Joana: para saber onde eu vou mexer
Edson: e também pra saber onde as coisas estão.
Joana: onde as coisas estão!
Edson: é lógico! Quem tem isso? A construtora tem isso? A construtora deve ter isso! Ela tem que ter!
Joana: tem que ter, a Caixa não tem!
Edson: a Caixa deveria ter também porque foi quem pagou, é a mesma coisa que você pagar alguém ...
Joana: mas ela diz que não tem, sendo que assim, a construtora ela executa, o projeto é da Caixa, mas a Caixa diz que o projeto é da construtora, é o que ela alega.
Edson: ok, mas a Caixa deveria ter o projeto pra inclusive cobrar a construtora.
Joana: a construtora só ganha uma licitação pra prestar o serviço
Edson: sim,
Joana: de um projeto que a Caixa executou, a Caixa produziu o projeto e a construtora chega aqui e pega e faz. “Olha, vocês ganharam? Então são vocês que vão fazer isso, isso e isso. ”

Joana, mesmo sendo síndica não teve acesso a nenhum documento, e mostra que também sofre com a confusão sobre a quem recorrer. Ela conta que o condomínio sofre com um problema de esgoto, e que para tentar resolver liga para um dos encarregados da construtora que estava no final da obra, porém a obra teve vários responsáveis e as pessoas que se encontravam lá não constavam como responsáveis, os nomes que constavam no projeto foram pessoas que apenas “passaram” pelo local.

Edson: e esses problemas de esgotos? Como vocês resolvem, a quem vocês recorrem?

Joana: fico ligando, ligando pro encarregado que era da construtora que fala com o engenheiro que ficou no final, que não é o responsável pela obra, que de verdade tem vários responsáveis porque quem ficava aqui era um, mas aqui você vê o nome: Sebastião e Cristiano, esse Sebastião foi um empreiteiro que passou por aqui, esse Cristiano também, eles só passaram.

Outro problema que Joana relata é uma confusão na própria Caixa, segundo a moradora a superintendência responsável é a Caixa Econômica de Volta Redonda (RJ), e não a CEF de Seropédica, ela por saber que a agência responsável é de Volta Redonda, pressiona a superintendência de lá, contudo, outras pessoas que buscam informações em Seropédica lidam com informações erradas, pois o único que sabe um pouco sobre o empreendimento é o gerente geral, fora isso, o que muitas vezes acontece são informações erradas, pois eles (a agência de Seropédica) não tem um parecer.

Joana: [...] e assim, eu ligo pra Caixa pra superintendência da Caixa de Volta Redonda

Edson: ah é de Volta Redonda?

Joana: sim, não tem nada a ver com a agência daqui do município, inclusive a agência aqui prejudica muito, porque só dá informação errada, porque eles não têm um parecer.

Edson: eles sabem pouca coisa?

Joana: pouca, o gerente geral da agência sabe, mas os outros gerentes de conta, gerente disso, daquilo não sabe e sempre passando informação errada. Aí eu ligo pro gerente da superintendência, eu mando e-mail pra ele. Quando tava mexendo num negócio de piso, e alguns telhados aqui tinha um engenheiro da Caixa que tava sempre aqui então eu ia em cima dele, aí ele ia em cima da construtora só que agora não aparece mais ninguém. Não concluíram o serviço do telhado, não concluíram o serviço das unidades não migradas que estavam danificadas, o esgoto tá aí, nós temos uma estação de tratamento de esgoto. [O esgoto] está há um ano e cinco meses funcionando sem uma L.O, teve uma licença de instalação, mas não temos a licença de operação, o INEA até hoje não liberou. O cara do INEA teve aqui, falou comigo que não sabia se ia liberar por conta da situação da rede, porque a nossa rede, a rede do outro condomínio vai toda pra ETE ali, mas a desse condomínio vai da casa 1 a casa 22 da quadra um, da primeira rua vai pra ETE, todo o restante tá indo direto pro rio drago. E isso foi descoberto por uma empresa de desentupimento que o condomínio contratou pra tentar fazer desentupimento, aí numa dessas de enfiar a varinha, aquela varinha roto roter, pra tentar descobrir né. Aí em frente à casa 22 foi enfiando, enfiando, enfiando, achando que ia sair na ETE, porque já vinha acompanhando a rede, foi direto pro rio.

O problema do esgoto é relatado por Joana como o principal problema infraestrutural do condomínio e que são alguns órgãos ambientais que vem ajudando os moradores, como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), e que se não fosse a ajuda desses órgãos as coisas estariam mais difíceis. Joana relata com tristeza esse “empurra-empurra” para tomar a iniciativa, e as devidas providências.

Joana: é o que tá nos ajudando (órgãos ambientais) porque assim, a prefeitura, ali a ETE tá sem licença de operação e ela tem que ter uma manutenção periódica toda semana jogar pedra de cloro, de duas em duas semanas limpar a grade, manter aquilo ali limpo e tudo, tem que sugar uma vez no mês o

excesso, vira e mexe tá jorrando. Até a licença de operação sair a responsabilidade é da construtora, que não faz, não faz essa manutenção, e a prefeitura diz que só vai assumir a ETE depois da licença de operação, a rede ela não pode mexer porque nós temos uma garantia de 5 anos, de erros visíveis e não visíveis, a construtora vai enrolar até concluir 5 anos e dizer agora lavo minhas mãos. E como é que nós vamos ficar? Quem vai fazer isso por nós? Tá entendendo? É complicado.

Além disso, Joana mostra que outros órgãos públicos não assumem para si essa responsabilidade. Um caso parecido aconteceu em Maricá em um alagamento nas unidades habitacionais, pode-se ver nos noticiários a enchente de um empreendimento do PMCMV em Maricá no estado do RJ, em que há uma troca de acusações entre a Prefeitura, o governo do Estado e o INEA, pois segundo o prefeito a enchente poderia ter sido evitada.

“Washington Quaqué (PT), atribuiu o fato a uma suposta proibição de abertura do Canal da Barra por parte do INEA (Instituto Estadual do Ambiente) e do governo do Estado. Quaqué acreditava que a medida permitiria a saída do excesso de volume de água das lagoas da região. “Infelizmente, há um mês, já prevendo as chuvas de fevereiro e março, iniciamos a abertura do canal, mas não só fomos obrigados a parar pelo INEA, como tivemos de fechar novamente o que já tinha sido aberto”, disse.

Em nota, o INEA informou que a pedido da prefeitura de Maricá, fez vistorias nos dias 22, 23 e 24 de janeiro na Lagoa da Barra. Na ocasião, segundo o instituto, o nível da lagoa estava em 40 centímetros e o parecer unânime dos técnicos, que teve a concordância dos representantes do município, foi o de que a abertura do canal para o mar não seria adequada naquele momento” (UOL, 03 de março 2016)⁴⁰

No jornal O Globo⁴¹, o prefeito afirma ter contatado o INEA para um pedido de liberação do escoamento, uma ligação entre o mar e a lagoa, porém não houve a liberação. O INEA, entretanto, afirma não ter recebido nenhum tipo de comunicado.

“Na terça-feira, o prefeito decidiu, mesmo sem licença, abrir o canal com o uso de três retroescavadeiras e um trator. “Infelizmente, há um mês iniciamos essa obra, mas não só fomos obrigados a parar pelos imbecis do INEA, como tivemos de fechar novamente o que já tinha sido aberto”, disse Quaqué em nota, ressaltando que as equipes da prefeitura também vão dragar os canais próximos ao condomínio, mesmo sem autorização do INEA.

O Instituto Estadual do Ambiente informou que não recebeu qualquer solicitação formal da prefeitura para realizar as intervenções. Segundo o INEA, técnicos da prefeitura devem encaminhar as solicitações para que a limpeza dos canais possa ocorrer o mais rapidamente possível, com a devida autorização.

A confusão e o jogo de empurra, neste caso, não terminam por aqui, a CEF, que foi a responsável pela construção do empreendimento, emitiu uma nota afirmando que o

⁴⁰ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/03/03/marica-viveu-cenario-de-terror-diz-moradora-apos-enchente-em-condominio.htm>

⁴¹ Mais informações: <http://oglobo.globo.com/rio/condominio-em-marica-vira-lagoa-depois-de-temporal-18793568>. Acessado em 02 de setembro de 2016

INEA havia emitido uma licença de instalação das redes de drenagem, conforme o exigido pela prefeitura, e que na ocasião a construtora responsável havia apresentado um projeto que foi aprovado pelo município. Temos aqui pelo menos 4 entidades envolvidas nestas acusações: a prefeitura, o INEA, a CEF e a construtora. Este caso mostra que essa confusão não é singular ao condomínio analisado.

Joana vai além, para tentar explicar quem teria que tomar o partido e resolver os problemas do esgoto, no caso do condomínio analisado e outros problemas estruturais, afirma que é primeiro necessário acionar o Ministério Público para este pressionar a Caixa Econômica, pois ela foi a responsável pela contratação da construtora e só depois disso, pressionada pela CEF, a construtora tomaria as devidas providências.

Joana: a Caixa tem que fazer isso (a rede de esgoto)

Edson: você tem que pressionar a Caixa, pra que a Caixa pressione a construtora?

Joana: eu tenho que acionar o ministério público, pra que a Caixa Econômica faça.

Edson: então você não consegue pressionar direto a construtora, você pressiona a Caixa pra que, quer dizer, alguém precisa pressionar a Caixa pra que ela pressione a construtora?

Joana: é porque nós compramos o imóvel dentro do empreendimento com a Caixa, e a Caixa contratou a construtora pra fazer nosso empreendimento.

Para Joana, até a empresa contratada inicialmente para prestar serviços sociais deveria pressionar a Caixa para tratar do esgoto, a moradora acredita que esse também era o trabalho deles.

Joana: [...] E assim, foi indo aí quando alguém ia conversar qualquer coisa com o serviço social: “ué, mas eu vou fazer o que? Eu vou botar uma arma na cabeça da pessoa? Ah porque o esgoto tá vazando”, era trabalho da equipe social ir em cima da construtora, ir em cima da Caixa, pra poder estar cobrando isso, porque fazia parte do trabalho deles, mas não fizeram.

[...]

Edson: essa equipe era contratada da prefeitura ou da construtora?

Joana: prefeitura foi contratada pela Caixa, e a prefeitura por sua vez contratou essa empresa.

Edson: ah, a prefeitura contratou o trabalho social?

Cris: é, porque a Caixa não pode contratar diretamente.

De fato, não assumir para si as responsabilidades é um problema encontrado no Programa, e que deixa muitos moradores confusos.

Maria Aparecida: Não tenho nada a reclamar da moradia, então, até aí tudo bem, o problema que acontece é que a gente não tem ajuda da prefeitura porque eles acham que é responsabilidade da Caixa Federal e a Caixa Econômica Federal faz as casas, entrega e acaba a responsabilidade dela. Aí entra caminhão de lixo, caminhão pesado, essas coisas todas e você tá vendo como estão nossas ruas, todas esburacadas, quebradas, porque também o mato tá aí em volta e de vez em quando alguém vai lá e roça pra gente e tal, mas a prefeitura não toma responsabilidade sobre isso e a gente gostaria que tomasse. Porque eu acho que faz parte, porque quando chega a hora de votar, a gente não vota?

Amanda e Patrícia, entretanto, acreditam que a responsabilidade seja da Caixa, porque o pagamento é feito a ela.

Amanda: Tem que ser da Caixa, a gente que paga ela. A casa a gente paga pra Caixa. [...] eles (a prefeitura) não podem nem se meter.

Patrícia: Não é nada com a prefeitura, a prefeitura não tem nada a ver aqui, é com a Caixa Econômica porque a gente paga.

É visível perceber entre as entrevistas e as conversas com os moradores a confusão feita entre as responsabilidades e quais órgãos acionar. Os moradores parecem perdidos ao saber quem faz o que e quem é o responsável pelo que, o que parece transparecer dessa situação é uma inconsistência do edital no que tange as responsabilidades das partes envolvidas, devido a dificuldade em que os moradores possuem em saber a quem procurar, onde a própria síndica demonstra essa dificuldade além de não ter acesso aos documentos do condomínio.

Um outro problema que parece transparecer dessa situação, e desse “jogo de empurra” é a falta de vontade das instituições envolvidas em sanar os problemas dos moradores, uma vez que, as responsabilidades são jogadas uns para os outros, e no final, ninguém resolve nada.

Pedro, o professor, afirma que há uma precarização em decorrência deste descaso, para o morador o que aparenta é que as entidades responsáveis ainda estão “aprendendo como funciona o programa”, mesmo tendo quase nove anos de existência.

Pedro: [...] precarizou bastante, porque você não tem a quem recorrer. A gente fica nesse da Prefeitura e de favores políticos. Se você tem um condomínio, você tem um síndico que ele vai representar, então uma rua... ruim, vamos tentar ver porque tem o seguro. Aquelas casas, o asfalto tem seguro, né? Tudo tem seguro. Mas não tem quem recorra... a esses seguros. A gente nem sabe como recorrer, porque isso também não foi orientado. Pelos da Caixa, não... não acontece. Algumas leis do Minha Casa Minha Vida, ainda estão acontecendo durante, parece que eles estão aprendendo como funciona o programa.

2.6 – “Os Novos Hábitos no Minha Casa, Minha Vida”: Ilegalismos

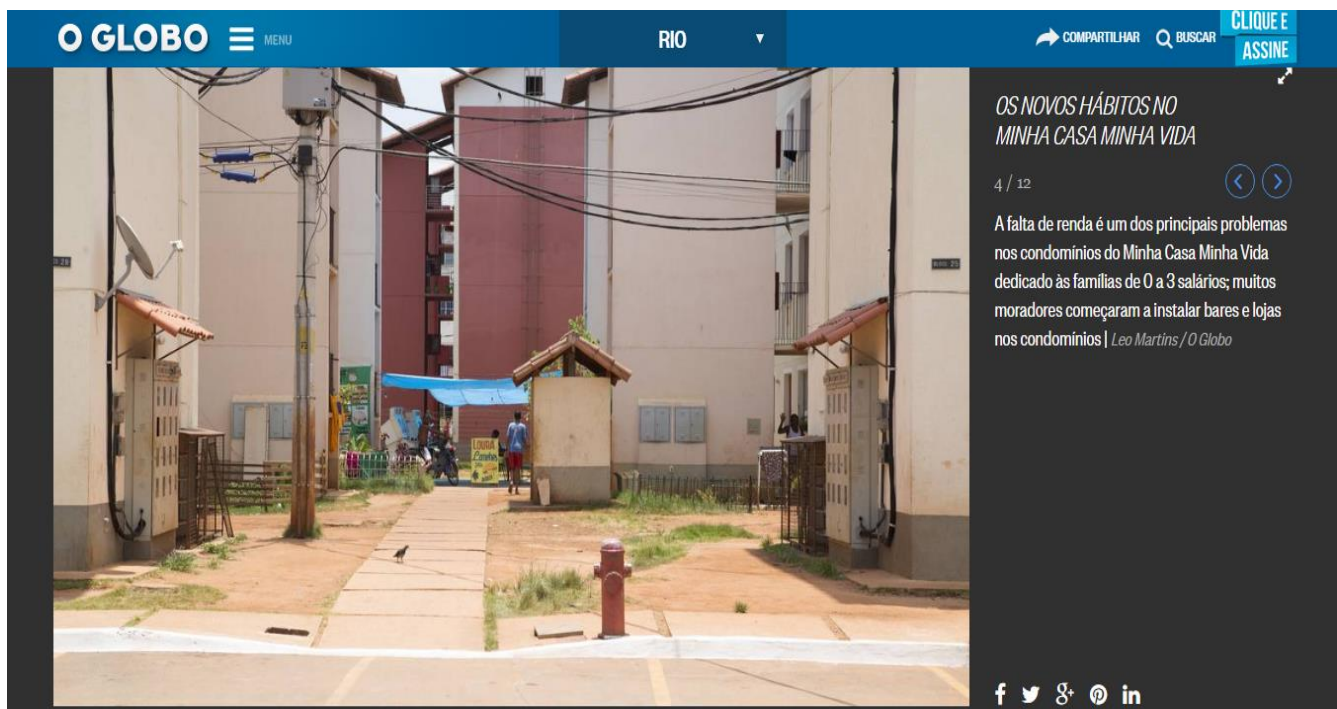


Figura13 - Novos hábitos no Minha Casa, Minha Vida.

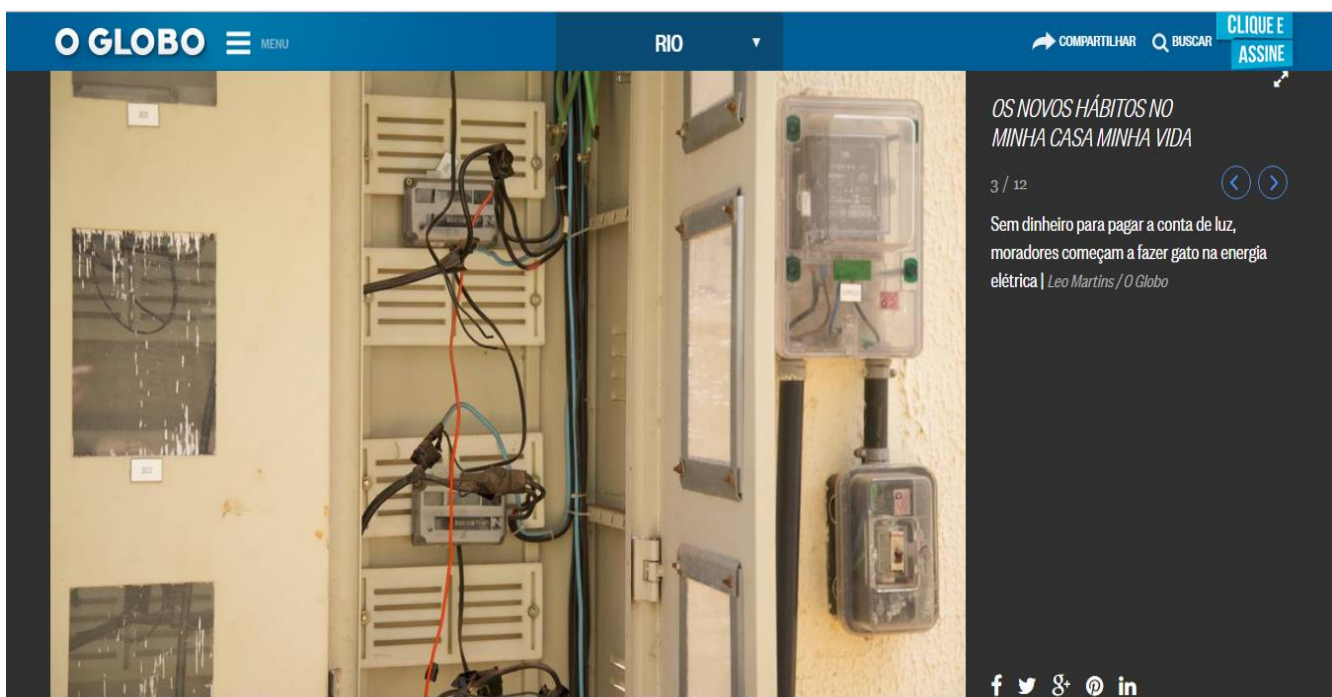


Figura14 - Novos hábitos no Minha Casa, Minha Vida : gato de energia

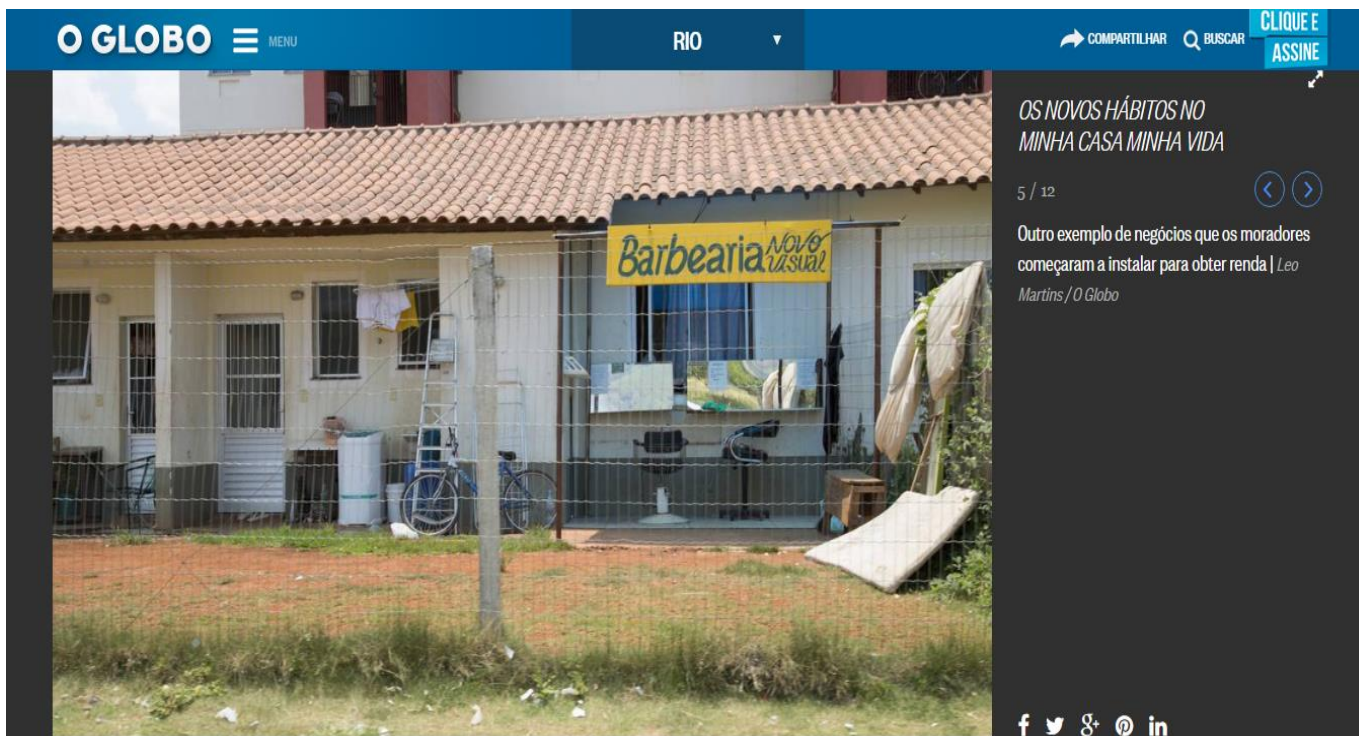


Figura15 - Novos hábitos no MCMV: Comércio dentro do condomínio

Fonte: Fotos retiradas do Jornal O Globo

A ilegalidade é algo que permeia os modos de habitar brasileiros, o cenário urbano se expande de tal modo, que torna turvo, incerto e indeterminado as diferenças entre as atividades legais e ilegais, ao lícito e ilícito (TELLES, 2009), essas fronteiras são fluidas e transitam dentro do cenário urbano e na vida dos moradores, não só dos condomínios do MCMV, mas também em grande parte da sociedade brasileira. A legalidade e a ilegalidade não são dicotômicas, pelo contrário, elas coexistem e superpõem as novas formas de habitar a cidade. Segundo Foucault (1994) as leis só serviriam como forma de contornar certos tipos de comportamento, e não como meio de impedir determinadas ações.

[...]medidas punitivas não são simplesmente mecanismos “negativos” que permitem reprimir, impedir, excluir, suprimir; mas que elas estão ligadas a toda uma série de efeitos positivos e úteis que elas têm por encargo sustentar (e nesse sentido, se os castigos legais são feitos para sancionar as infrações, pode-se dizer que a definição das infrações e sua repressão são feitas em compensação para manter os mecanismos punitivos e suas funções) (FOUCAULT, 2004, p.24 e 25)

Nos termos de Foucault, haveria, portanto, uma “gestão diferencial da ilegalidade”, as penalidades servem, segundo Foucault, “como uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles.” (FOUCAULT, 2004, p.226)

Não se trata de tomar a binaridade legal-ilegal como um elemento explicativo, e sim de salientar os seus efeitos e como esses “ jogos de poder se configuram nesses espaços ” (TELLES & HIRATA, 2010, p.41). Desta forma, os ilegalismos não são “imperfeições ou lacunas na aplicação das leis, eles compõem os jogos de poder e se distribuem conforme se diferenciam” (TELLES & HIRATA, 2010, p.41).

O debate sobre a segregação nas cidades tem muitas vezes a ilegalidade como parâmetro de definição desses espaços, a visão dual de formal e informal, integrado ou excluído, tem a (i)legalidade como um dos critérios diferenciadores (LAGO, 2003). Ilegalismos como gatos de energia elétrica, TV a cabo, água, são muitas vezes formas que os cidadãos encontram para burlar uma sociedade que não proporciona e/ou não distribui bens igualmente nas favelas, periferias e nos espaços de pobreza.

Partindo das moradias do MCMV e da pesquisa de campo, buscarei problematizar tais fronteiras, e trazer para o leitor como tais espaços lidam com a informalidade, não busco aqui, fazer crítica a tais ilegalismos, pelo contrário, buscarei demonstrar como a informalidade e o ilícito permeiam as formas de habitar as cidades.⁴² As irregularidades dentro do condomínio vão desde invasão, venda, locação, cessão, e instalação de comércios.

O comércio dentro do MCMV é algo proibido pelas diretrizes do programa, porém, a comercialização vem sendo algo frequente dentro desses condomínios. O distanciamento do empreendimento dos grandes centros urbanos, dos equipamentos públicos, e do comércio, faz com que os moradores busquem alternativas para burlar tais lacunas na falta de acessibilidade e segregação que o programa vem proporcionando a estes moradores.

A mídia⁴³ e a academia apontam que muitas vezes isso se deve ao afastamento em que esses empreendimentos são construídos. A distância interfere diretamente na vida desses moradores, não somente pelo deslocamento, mas principalmente por sua renda, o dinheiro gasto com transporte é um fator relevante ainda mais no caso analisado, por se tratar de um condomínio faixa 1.

Miguel: [...] lá é impossibilitado de quase tudo, porque tudo que você vai fazer lá dentro, você chega a gastar passagem. Você tem que vir aqui fora. Você vai comprar um pão e tem que esperar pela vontade dos padeiros, entendeu?

O gasto com as passagens, e a reclamação por não ter nada dentro do condomínio são dispositivos acionados ao se tratar das casas que são feitas de comércio, além do

⁴² Por se tratar de algo proibido pelas diretrizes do PMCMV não tirei fotos dos comércios dentro do condomínio afim de não prejudicar nenhum desses moradores. Trouxe, portanto uma reportagem do jornal O Globo que tratou também desses ilegalismos, denominado “ Os Novos Hábitos do Minha Casa, Minha Vida.

⁴³ Notícias relacionadas a informalidade nos empreendimentos do PMCMV: “A distância conduziu moradores ao comércio informal” encontrado em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151020_minha_casa_minha_vida_pesquisa_tg “Distant es dos grandes centros, moradias do programa habitacional ganham puxadinhos para lojas e serviços”, encontrado em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/minha-casa-minha-vida-abriga-comercio-na-base-do-improviso-eqc3tubpczznlr019fa4t9vy> “Um comércio perto da casa da gente é muito importante. Nós somos mães de família, temos a responsabilidade de casa e não podemos ficar saindo de casa pra longe”, reclama a dona de casa Laudener Maciel. “Muito longe é ruim pra gente fazer as compras. A gente precisa pegar van e às vezes a gente tá sem dinheiro. Aí se pudesse ficar o comércio pertinho nessa área, ficava bom também”, completa o sergente Antônio Lopes.” Trecho da entrevista de moradores para o jornal O Globo. Encontrado em : <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/03/imoveis-do-minha-casa-minha-vida-sao-fiscalizados-em-parauapebas.html>
Sites visitados em 22 de Janeiro de 2016

deslocamento e da falta de provimentos que qualquer pessoa precisa como padarias, mercados, açougues, farmácias, para uma emergência ou compras cotidianas, como o pão francês ou um remédio, por exemplo.

Miguel: é porque, eu acho assim, quando fizeram aquele condomínio lá, eles tinham que... sei lá, uma coisa da Caixa mesmo ou abriam a exceção para colocar comércio lá dentro, porque melhoraria, entendeu? Para comprar um leite mesmo, porque se falta alguma coisa, para quem tem filho pequeno, que muita gente tem filho pequeno. Para comprar um leite. Às vezes para comprar um remédio, assim, tipo onze horas da noite.

Os moradores questionam se a Caixa não poderia liberar a comercialização dentro do condomínio, uma vez que, o condomínio se encontra distante dos serviços comerciais. Para Débora, isso facilitaria a vida dentro do condomínio.

Débora: [...] fazer uma inscrição pra legalizar esse pedaço e a pessoa poder fazer alguma coisa, aqui pra gente poder comer um pão é um sacrifício. A gente aqui pra comer pão é três e pouca da tarde, duas horas da tarde passa o padeiro. É, aí é duas e pouca, três horas da tarde... Aí o padeiro já não passa mais. Se precisar de uma manteiga, precisar de um ovo, de um óleo, tudo a gente tem que tá pegando condução pra poder sair. Tudo. Aqui dentro não vende nada. Aí, às vezes o pessoal que de noite bota um lanchinho na porta, bota um hambúrguer e um refrigerante. Tipo assim, eu achava que tem muito espaço que poderia, eles sorteassem uma pessoa que poderia... uma pessoa que tem condição e só vai se inscrever se tiver condição de montar alguma coisa pra ser feito uma padaria, uma papelaria, alguma coisa assim...

Outro fato, que pesa na construção dos comércios ilegais dentro do MCMV também diz respeito à renda, muitos moradores antes de morarem no condomínio faziam da casa um lugar de comércio, entretanto as regras do MCMV afirmam que as unidades habitacionais são para uso exclusivo de moradia. As regras e proibições contratuais, porém, não inibiram as atividades comerciais dentro do condomínio, a falta de um comércio que atendesse os moradores locais, e a distância dos empreendimentos para os centros fez com que moradores “metessem a cara” e abrissem seus comércios:

Miguel: Eles não deixam abrir comércio lá dentro, entendeu? Então se torna difícil. As pessoas, tem alguns que fizeram, meteram a cara “vou fazer e acabou!” Entendeu? Só que o que falta lá dentro, falta muita coisa, falta uma padaria, falta...

Uma outra forma de comércio encontrada no condomínio, são as vendas, aluguéis e cessão das casas, o aluguel e a venda de casas a terceiros são extremamente proibidos, pelo edital do PMCMV, assim como o uso do espaço para atividades comerciais. Os moradores os quais fizerem isso podem ser excluídos do Programa. (CARDOSO, et al., 2013).

O aluguel e a venda, são, portanto, outra forma de comercializar, mesmo o regulamento não abrindo espaço para tais práticas, notícias de compra e venda no MCMV são facilmente encontradas.⁴⁴

⁴⁴ Comercialização das moradias do PMCMV:

Essas práticas causam conflitos entre os moradores do condomínio analisado, a venda e aluguel das unidades habitacionais são mal vistas por alguns moradores, principalmente, por tirar a moradia de quem realmente precisa.

Joana: é, tem gente que nunca morou, entrou um inquilino na casa, pegou a casa pra alugar, fazer um comércio né, se você tá alugando. Então foi muito questionável. Essas pessoas que vão entrar agora, são pessoas que os contratos não vieram que estão brigando pra conseguir a casa, e as pessoas do aluguel social e da beira do valão, que realmente tem necessidade de conseguir a casa aqui [...]

Uma das entrevistadas afirma já ter colocado a placa em sua casa, e que não tem mais objetivo de permanecer no condomínio pois está desanimada com o condomínio.

Patrícia: Eu na minha botei até a placa...

Dayana: Pra poder vender, alugar, alguma coisa?

Patrícia: É, a minha eu quero vender mesmo. Desanimei totalmente.

Gostaria de destacar um ponto de uma conversa com Pedro, o aluguel, a venda nas casas, a inadimplência, foram segundo ele fatores que fizeram com que essa pesquisa de campo caminhasse a passos largos no começo. O medo da Caixa e das consequências que estas informalidades poderiam custar aos moradores fizeram com que meu campo andasse lentamente:

Pedro: é porque tem muita coisa, por exemplo, a pessoa que tá inadimplente com a casa, ela tem medo da Caixa... a pessoa que comprou uma casa, tem medo da Caixa. A pessoa que alugou uma casa, tem medo da Caixa. Então tem... tem várias questões, as pessoas têm medo de falar. Entendeu? Tem medo de ser entrevistada, de dar entrevista.

Na pesquisa de campo procurei encontrar também ex moradores do condomínio, e conheci Gabriela, ex moradora do condomínio. Atualmente Gabriela mora no centro da cidade, aluga sua casa no condomínio para pagar o aluguel no centro, conta que não conseguiu se adaptar e por isso optou pelo retorno.

Gabriela: No começo até que foi bem legal, bem interessante, porque pagar aluguel igual a gente está pagando aqui é bem complicado. Foi até bom, mas depois começou a ficar muito difícil, em tudo. Aí a gente colocou que queria vir embora, queria vir embora, aí nada mais estava bom né? Quando cisma com alguma coisa, qualquer coisinha já é motivo. Tudo já tava ruim mesmo e tava muito mais chato e tava tendo algumas histórias de gente roubando lá dentro. Minha vizinha, roubaram a máquina dela de lavar. Aí assim, minha mãe começou a ficar com medo e morávamos só nós duas, né. Aí ela começou

<http://bahia.ig.com.br/2015/12/11/mutuarios-do-minha-casa-burlam-lei-comercializam-apartamentos>

<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/08/imoveis-do-minha-casa-minha-vida-sao-encontrados-venda-na-internet.html>

<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2015/12/investigacao-revela-comercio-ilegal-de-imoveis-do-minha-casa-em-bauru.html>

<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/03/imoveis-do-minha-casa-minha-vida-sao-fiscalizados-em-parauapebas.html>

<http://extra.globo.com/noticias/economia/minha-casa-minhas-duvidas/proprietarios-nao-podem-alugar-imovel-do-minha-casa-minha-vida-durante-financiamento-20042735.html> Última visita em: 03 de fevereiro de 2017

a ficar com medo também, aí eu falei "ah meu Deus, vamos embora então". Então a gente pegou e decidiu voltar pra cá.

Ao questionar como foi feita essa mudança, ela contou que precisou alugar a casa no condomínio. Gabriela, sabe que não pode alugar a casa, ela tem a consciência também que isso é proibido pela Caixa, e que a instituição “não pode nem sonhar com isso”.

Gabriela: Na verdade, é uma coisa que não poderia acontecer. A gente não poderia alugar e sair da casa, porque se você sai significa que você não precisa da casa. Mas aí, a gente saiu, não teve como fazer diferente né. Porque o certo mesmo era não sair, não poderia alugar ou vender, fazer nada disso. Mas aí a gente saiu [...] aí a gente deixou e desocupou a casa. Tentamos alugar, mas também não conseguimos alugar e minha mãe ficou com medo de deixar ela vazia e o pessoal invadir porque ficava vazio lá e o pessoal invadia. Ai a gente alugou pra uma prima nossa, um parente nosso que está lá e tá alugado. Que é pra gente pagar o aluguel daqui [...] eles (a Caixa) não podem nem sonhar em saber isso. Se não eles vão querer tomar a casa, porque se a gente alugou significa que a gente não precisa. De uma certa forma está errado. É escondido. Não era pra ser feito dessa maneira.

Mesmo sabendo que não era permitido Gabriela conta que não teve outra saída, a falta da adaptação, o medo, o preconceito dos moradores de fora, o custo da passagem, a falta de privacidade foram fatores que levaram a ex moradora a optar pela saída do condomínio. Gabriela buscava um lugar que tivesse paz, pois ela não tinha a paz que procurava em sua antiga casa.

As ilegalidades permeiam o cotidiano dos moradores, elas se deslocam, se redefinem, se reorganizam, tais dobraduras de ilegalidades demonstram o trânsito em que se dão as relações informais, e principalmente as incompletudes ao direito à moradia e o acesso à cidade.

3- CAPÍTULO III - O CONDOMÍNIO E SEUS MORADORES: TRAJETÓRIAS E ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Neste capítulo tratarei particularmente da pesquisa de campo, dos entrevistados e suas trajetórias, da teia formada por eles, além de demonstrar as particularidades da pesquisa.

O objetivo deste capítulo é apresentar ao leitor como cheguei até os moradores e como estabeleci as minhas redes de contato. Ademais, busquei ainda elucidar duas trajetórias as quais acompanhei e que tornaram a pesquisa mais interessante, duas pessoas com histórias de vidas semelhantes, mas que divergem quando a questão é o condomínio em que moram.

Além disso, o campo fez com que a questão do longe e do perto tornassem importante, deste modo, explanei sobre algumas teorias que fazem alusão ao que pretendo mostrar, para que dessa maneira não só articule a teoria ao campo, como também facilite o entendimento do leitor quanto às distâncias simbólicas e físicas presentes nessa pesquisa de campo.

E por fim, mas não menos importante, acerca da particularidade do campo, esta pesquisa foi realizada com moradores de um condomínio popular do PMCMV na Baixada, destaca-se que não se tratam de remoções, assim, diante desta peculiaridade tornou-se importante uma discussão sobre o assunto.

3.1 - Narrativas e Entrevistas: Consensos e Dissensos a Partir Dos Moradores

Joana⁴⁵, como falado anteriormente, foi nosso primeiro contato e quem abriu espaço para mais entrevistas. Joana é conhecida pelos moradores e tinha um vasto conhecimento do condomínio, desde os problemas estruturais, da política habitacional, aos problemas vividos no cotidiano da vizinhança. Veio morar no município em questão quando tinha um ano e meio, pois seus avós já trabalhavam na região. Sua trajetória se repete como muitas trajetórias da Baixada, sua mãe veio da Bahia junto com os avós para o Rio de Janeiro quando ela ainda era criança. Viam na cidade um meio de ascender na vida. Joana que morou toda a infância neste lugar conta que muita coisa mudou, principalmente com relação ao aumento da violência.

Ela conta que na infância os laços da vizinhança eram mais próximos, todos os moradores se conheciam e se ajudavam – inclusive a casa de seus pais foi construída em um mutirão com a ajuda dos vizinhos. Diferente do que se apresenta hoje, Joana conta que há uma chegada de novos moradores e aquele laço fraternal que relembra sua infância não se repete mais.

Joana, além de contar com vivacidade os fatos da infância, afirma que o condomínio não possui a segurança que o centro da cidade recebe. Apesar de ter a necessidade de uma casa própria, a distância física do condomínio para o centro faz com que repense seu retorno à cidade.

Parece-nos apropriado aqui o uso de Efeitos de Lugar de Bourdieu (1997), uma vez que, as distâncias do condomínio e da cidade são mais simbólicas do que físicas. Segundo Bourdieu (1997) os indivíduos ocupam lugar no espaço físico e social, o físico diz respeito à localização e o social, entretanto, indica uma exclusão ou diferenciação de acordo com as posições sociais. Ou seja, a distribuição do espaço social é capaz de

⁴⁵ Entrevista concedida em junho de 2014 a mim e a Edson Miagusko.

“manter à distância, as pessoas e as coisas indesejáveis, ao mesmo tempo em que se aproxima de pessoas e coisas desejáveis” (BOURDIEU, 1997, p.164)

Nas palavras do autor:

“(…) Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos” (BOURDIEU, 1997, p.160)

Joana, como muitos outros moradores de condomínios populares e conjuntos habitacionais espalhados pelo Brasil, são sujeitos diretos desse efeito do espaço social sobre o físico. Porém não há nada pior que “a proximidade espacial de agentes muito distantes no espaço social [em que esta] pode ter um efeito de aproximação social: [porém] de fato, nada é mais intolerável que a proximidade física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes” (BOURDIEU, 1997, p.165). E no fim das contas, a pressão exercida em escalas sejam elas de classe, de escola, de renda, nos mais pobres e excluídos das exigências mínimas de existência, produz uma tração para baixo, um nivelamento onde não deixam, muitas vezes, outra saída do que a fuga para outros lugares (BOURDIEU, 1997).

Joana já sente os efeitos completamente reais desse tipo de violência simbólica, e relata o preconceito que os próprios moradores da cidade têm com os moradores do conjunto:

Edson: você sentiu uma mudança quando você mudou para cá em relação à cidade? Com as pessoas da cidade ou não? Ou é mais ou menos a mesma coisa?

Joana: existe um preconceito muito grande

Edson: você acha que tem um preconceito?

Cris: existe, aqui é casinha, favelinha, Carandiru,

Edson: ah é?

Cris: é! Tudo de ruim que acontece na cidade é o pessoal das casinhas

Violência “simbolicamente real” oriundos de um “efeito de clube” reverso, resultado de uma associação duradoura de coisas e pessoas, que apesar de serem diferentes em grande parte, têm em comum, não serem comuns, ou seja, um efeito que exclui todos aqueles que não apresentam as características desejáveis, o que apresentam ao menos uma característica indesejável. (BOURDIEU, 1997).

Além da violência simbólica causada pelo efeito social do espaço, Joana relata com propriedade muitos problemas encontrados no condomínio, desde a infraestrutura da casa até problemas de convivência.

A má qualidade dos produtos usados na construção da moradia, uma construção feita sem esmero, não são evidências singulares desse condomínio. Pôde se verificar na literatura sobre o PMCMV (SHIMBO, 2010; CARDOSO & ARAGÃO, 2013; CARDOSO et al., 2015; CARDOSO, ARAÚJO & JAENISCH, 2013; CARDOSO & LAGO, 2013; CARDOSO, QUEIROZ E MELO & JAENISCH, 2015; AMORE, 2015; CONCEIÇÃO, 2016) muitas dessas reclamações, e ao apresentar meu trabalho em congressos, jornadas, simpósios, pude ouvir também de outros estudiosos os mesmos problemas.

Mas a reclamação de Joana não para por aqui. Problemas como lixo na rua e som alto, também são exemplos do que Joana afirma que não existiria se houvesse um trabalho social feito desde a entrega das casas:

Então assim hoje nós temos a coleta duas vezes ao dia porque não estava dando vazão, mas assim nós não temos varredores de rua, então você chega você está acostumado a jogar o lixo na rua porque tem alguém que vai passar e vai varrer, você está acostumado a ficar com seu som no último volume onde você mora, ah foi avisado alguma coisa lá nas reuniões? Foi avisado sobre como morar, mas a pessoa está naquela empolgação que vai conseguir a casa na hora ali ele concorda com tudo mas teria que ter uma equipe aqui trabalhando isso. E dizendo: - olha, não vai poder, está lá no contrato de vocês, de acordo com a convenção. A convenção condominial que é de responsabilidade da construtora registrar só foi registrada em maio, aí só em maio que foi instituído oficialmente o condomínio, em junho começou a se cobrar condomínio, então assim, se tivesse isso tudo a convenção condominial ela tinha que estar registrada, o condomínio tinha que já estar instituído quando nós recebemos os imóveis, quando assinamos o contrato, nós assinamos o contrato isso aqui ainda não era instituído, teria que estar instituído pra já estar tudo regularizado, nós estávamos morando dentro de um condomínio, nós já tínhamos que entrar aqui nisso aqui como condomínio. Estava tudo largado, o pessoal da obra estava aí ainda, terminando muita coisa.

Para Joana, faltou uma prévia socialização e estabelecimento dos limites de convivência entre os moradores. Não obstante a instituição do condomínio, quando os moradores chegaram, a convenção condominial não estava registrada, o que segundo ela trouxe alguns problemas. Para Joana, a convenção condominial já deveria estar previamente registrada, a fim de garantir uma melhor convivência entre os condôminos, pois a ausência de regras preestabelecidas e de uma assistente social que sanasse os problemas, eram os culpados pela desordem no condomínio.

Segundo a moradora, este foi um dos principais problemas, e desencadeou outros inúmeros conflitos:

Joana: Para ensinar adaptação, socialização, conscientização, e ajudar na estrutura no começo. E esse trabalho social é um acompanhamento de nove meses a um ano, esse acompanhamento social que nós tivemos só chegou em final de março, que nós já estávamos aqui.

Edson: todo mundo entrou de uma vez ou não?

Joana: não, nem todo mundo, mas as pessoas foram migrando, então o trabalho social tinha que já estar aqui presente, e esse trabalho social foi o que? Uma assistente social muito mal-humorada, que ficava ali no salão de festas com uma assistente dela, aí de vez em quando passava dando folhetinhos né, colocando embaixo da porta, eu tenho até algumas coisas aqui, o regimento interno tinha que ter sido preparado por eles através de reuniões.

Segundo a moradora, se o trabalho social tivesse sido feito desde o começo, com a conscientização dos moradores, o viver condominial e a socialização, problemas que são enfrentados atualmente no condomínio nem existiriam, porém, o que se teve foi apenas “distribuição de panfletos” e “papéis debaixo da porta”:

Joana: e assim, para mim, eu entendo que o trabalho social não é você pegar um papelzinho desse e enfiar debaixo da porta, você tem que bater na porta, tinha que ter uma equipe, uma, duas, três dez vezes se fosse preciso para fazer a conscientização, entendeu? Para fazer com que a pessoa se sentisse adaptada. Edson: você acha que a falta desse trabalho social acabou influenciando na vida dos moradores aqui? O que você acha que influenciou? O que influenciou negativamente ou positivamente?

Joana: muito, primeiro que eles chegaram depois, eles já chegaram atrasados, quando eles chegaram já tinha alguns vícios a serem tirados, porque a pessoa chega aqui não tem ninguém para falar isso pode e isso não pode, ela vai

fazendo o que ela quer. E aqui vieram pessoas de todos os cantos, com vários costumes, pessoas que tem uma boa referência de educação, e outras que não. Pessoas que estavam acostumadas a jogar o lixo em qualquer lugar: ah, mas eu vou jogar na rua porque na rua tem o varredor de rua.

Joana tem quase uma visão dos agentes do Estado sobre os pobres, que faltam ser socializados e civilizados para a vida em comum. Talvez a visão de Joana seja mais próxima dos agentes da prefeitura que dos condôminos.

Para Joana, a inadimplência dos moradores com as taxas de condomínio também é resultado da falta de uma política de assistência social - o que na verdade não era bem uma política de assistência social, e sim uma espécie de curso de boas maneiras, de aprender a viver em condomínio, porém, a única coisa que existia era uma “assistente social mal-humorada”:

Joana: “... porque assim todos os problemas que nós temos aqui são devido a negligência do trabalho social, a falta de pagamento da taxa de condomínio. ”
(...)

Joana: o que acontece, aí vem mais uma responsabilidade do trabalho social, como o condomínio só foi instituído em maio e só começou a se cobrar a taxa condominial em junho, a maioria não quis pagar. Tem gente que até hoje não pagou uma única taxa, porque assim se tivesse começado desde janeiro, tudo instituído, tudo regularizado, porque era responsabilidade do trabalho social, entrar entregando já a coisa regularizada para a gente como eles fizeram lá no Cantagalo, a mesma empresa tava fazendo o serviço lá eles já entraram com tudo em dia, em Queimados já entraram com tudo, receberam a chave já tinha síndico, já tinha taxa de condomínio certa, e tudo, mas aqui não, aqui foi tudo em junho. Aí a pessoa está de janeiro a junho sem pagar nada, vai pagar?

Joana reclama que chegando ao condomínio, normas e regras de convivência básicas não estavam instituídas, e isso ao seu ver agravou os problemas encontrados no condomínio. Palavras como ausência, falta de, se repetiam na entrevista de Joana, e esta ausência não está restrita apenas ao condomínio.

Os problemas relatados por Joana são encontrados em outros empreendimentos do Programa. Em um livro sistematizado por Cardoso (2013), Marguti também aponta para os mesmos problemas relatados por moradores do conjunto habitacional de Jardim Irene em Santo André (SP):

As características topográficas, associadas a ocupações informais, executadas com materiais de baixa qualidade e sem serviço de saneamento básico e sistema viário de acesso, compõem uma situação de áreas de riscos (enchentes e deslizamentos), sobretudo nos períodos de chuva. (MARGUTI, 2013, p.245)

Joana relata problemas que outros empreendimentos do PMCMV também enfrentam. O problema em questão não se refere à vida condominial somente, mas parece estar no modelo de construção e implementação do programa pelo Governo Federal e as empreiteiras.

Foi através da prefeitura que Joana ficou ciente do PMCMV, numa conversa com um agente social, a moradora conta que na época era ano de eleição e muitas pessoas foram favorecidas no programa devido a isso, e de algum modo, até ela mesma. Alguns de seus documentos sumiram no período da eleição, pois ela era oposição ao governo eleito. Joana foi candidata à vereadora, mas como havia trabalhado na prefeitura e possuía conhecimento de alguns funcionários, seus amigos sempre achavam seu documento.

Joana fez a inscrição em 2008, e foi uma das primeiras a habitar o condomínio, a moradora conta que apesar do condomínio estar longe do centro da cidade, muitas coisas boas e novos empreendimentos estão para chegar à região.

Joana: “(...) aí eu peguei e falei: olha, vai ser minha casa? Quando a gente conquista o que é nosso, a gente tem que se adaptar, se encaixar. Ah porque é longe de tudo, tantos conjuntos habitacionais...

Edson: você achava que aqui era longe? A visão da cidade sobre aqui que era longe? Qual que é a questão? Porque longe nem é tanto né, são três ou quatro pontos do centro.

Joana: a falta de acesso né, de recursos de verdade, mas isso tem em qualquer lugar, você vai ali, um exemplo, na estrada de Campo Grande, não tem nada ali em volta a pessoa tem que pegar uma Kombi, um ônibus, para chegar em algum lugar, no RJ, a pessoa tem que descer para ela chegar em algum lugar. Por que a gente aqui não vai ter que fazer também? E até porque hoje nós estamos isolados aqui hoje, estamos distantes, mas quanta coisa boa tem para chegar até aqui? Muita coisa boa. Tem o Arco Metropolitano, tem o projeto aqui do trem bala RJ-SP vai passar aqui atrás, várias indústrias porque em 2011 eu trabalhei naquele prédio ali no centro, tinha uma empresa, uma imobiliária, ele fez negociação de vários terrenos, de várias áreas, sítios, aqui na Dutra, aqui por trás mesmo, pra empresas, para indústrias, então tem muita coisa para ser instalada ali. Porque assim: “ah, mas até hoje?” Existe um projeto, que demora anos para se concluir, aí depois tem a autorização, para se começar, da terraplanagem até chegar a alguma coisa isso aí vai coisa de 10 anos, mas a gente já vai está aqui.

Ao indagarmos sobre como era a ação da prefeitura, Caixa Econômica Federal (CEF), e como foi feito a demanda, Joana responde:

Quem selecionou foi o município através da secretaria de ação social e a secretaria de habitação. De verdade, de verdade, o final todo ficou com a secretaria de habitação, o projeto só saiu mesmo depois que assumiu a secretaria de habitação. Porque assim, enquanto estava só na ação social estava um processo muito lento, e assim bem complicado, e depois a habitação assumiu e foi que andou...

Perguntamos à moradora como foi o processo de seleção e se era baseado no cadastro, e ela prontamente responde que foi baseado num cadastro sim, porém a seleção foi bem questionável pois era ano de eleição:

Porque a prefeitura deu um jeitinho porque era um ano político em 2012, quando foi feito a seleção era ano de eleição, deram um jeitinho de colocar os funcionários contratados, alguns efetivos que eram fechamento, tipo fechamento do governo, e os contratados para ter voto garantido. Familiares dos contratados, e assim foi feita a maior parte da seleção.

Joana se entristece ao lembrar que muitos dos moradores que deveriam ser contemplados como estava no plano da construtora e da prefeitura não foram contemplados. Dentre eles, pessoas que moravam à beira do valão, em lugares de risco condenados pela defesa civil, que viviam de aluguel social etc. A moradora afirma que poucos no condomínio estavam enquadrados nesse perfil, ou precisavam realmente: “foi muito beneficiado assim, muito mais os funcionários municipais efetivos e prestadores de serviço do que as pessoas que realmente tinham a necessidade de conseguir uma habitação dentro do município”. Entretanto, ao menos no PLHIS de Seropédica, como foi citado no item 2 do segundo capítulo, houve uma demanda de acordo com o Ministério das Cidades.

De acordo com as falas de alguns moradores e dos agentes do Estado, ao que parece, a seleção socioeconômica da CEF pode barrar aqueles muito carentes e adequar a demanda, ou seja, há uma combinação entre seleção clientelista da Prefeitura e padrões financeiros da CEF.

É possível verificar, portanto, que os problemas relatados por Joana, também nos artigos de Lago (2007, 2011, 2012), Cardoso (2011, 2013), Maricato (2009), Marques e Rodrigues (2013), Rufino (2016), que estes problemas não são intrínsecos ao condomínio analisado, seja os problemas dos moradores que adquiriram a casa e não a habitam, moradores que fazem obras sem permissão da Prefeitura e/ou Caixa, moradores que transformam a casa em comércio, até os problemas mais comuns, como som alto, e bate boca com vizinhos. O que parece se constatar dessa situação é um padrão de crescimento periférico em novos moldes, onde se “(..) aumenta as distâncias, encarece os investimentos para a implantação de serviços públicos, eleva os custos de operação e de manutenção e reduz o aproveitamento per capita dos equipamentos existentes.” (BOLAFFI, 1979, p. 58). Ou seja, o que ocorre hoje é em certa medida, uma reprodução do crescimento periférico anteriormente criticado pelos especialistas.

Diferente do que ocorreu em outros períodos na história habitacional brasileira, atualmente são os promotores e investidores imobiliários privados que promovem a periferação dos conjuntos habitacionais na administração especulativa do estoque de terras das cidades.

Assim, ainda que estes conjuntos possam resultar em um importante valor de uso para os beneficiários dos subsídios, a tendência é que a expansão geográfica da urbanização capitalista no Brasil mantenha o padrão periférico de segregação socioespacial (BUONFIGLIO; BASTOS, 2011, p. 5).

Em outras palavras, o que se tem podido constatar são produções semelhantes aquelas produzidas na década de 1970, onde se tinham empreendimentos de baixa qualidade arquitetônica, em grandes números, e afastados da malha urbana. A diferença nessa política habitacional é que agora, não é somente o poder público que constrói mas há o financiamento com o conhecimento do projeto e onde será a sua localização. (NASCIMENTO NETO, MOREIRA & SCHUSSEL, 2013)

Dona Dulce⁴⁶, outra entrevistada, indicada por Joana, atualmente não mora mais no condomínio, na época em que fizemos essa entrevista (junho de 2014) a moradora ainda se encontrava lá. Ao voltar lá no início do ano passado, não a encontrei. Dulce contou que hoje nenhum de seus familiares que moravam em Minas Gerais (MG) estão lá, todos estão no RJ, pois como outros moradores retratados aqui, vieram no Rio de Janeiro o lugar para ascender na vida. Relata com alegria que todos os filhos estão casados e bem "encaminhados", uma de suas filhas também é moradora do condomínio, mas os outros sete filhos não residem no condomínio e dona Dulce conta que eles não a visitavam com frequência, por acharem que a mãe mora no “fim do mundo”.

Dulce: eu sou mãe de 8 filhos

Edson: está tudo criado?

Dulce: graças a Deus, tenho 30 e poucos netos, e 8 bisnetos, perdi um filho com 21 anos, e outros estão tudo bem, casado, com filhos, não tem nenhum solteiro, tudo casado.

Edson: e eles estão por aqui?

Dulce: não, moram tudo lá pra baixo,

Edson: eles não quiseram ficar aqui?

⁴⁶ Nome fictício para manter o sigilo do entrevistado. Dona Dulce foi entrevistada em julho de 2014 juntamente com meu orientador Miagusko.

Dulce: ah não né, esse pessoal de hoje em dia não é igual a gente, o pessoal de hoje em dia acha aqui longe, não são iguais a gente não, são diferentes. Aqui para eles é final do mundo, e eles trabalham lá para baixo também, eles preferem ficar mais lá.

A ideia da Baixada como “final do mundo”, traz à tona novamente as representações acerca da Baixada, a ideia de um lugar distante e longe de tudo, faz parte das representações que sempre rondaram a Baixada Fluminense, e mostram também as valorizações ou desvalorizações a partir dos moradores.

Sem o objetivo de me estender, vale lembrar que a Baixada Fluminense foi alvo de procura de muitos moradores que eram obrigados a se deslocar da capital do estado, os primeiros trabalhadores pobres do Rio enfrentaram o conjunto de ações destinadas à expulsão dos moradores, entre elas, a grande reforma urbana do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, que se propunha a sanear e civilizar a cidade, acabando com as habitações anti-sanitárias (VALLADARES, 2005). A procura pela Baixada para moradia era igualmente proporcional aos processos intra-regionais resultantes da expulsão da população de baixa renda das áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro, o que exacerbou a deficiência de infraestrutura urbana e a desigualdade sócio espacial. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009)

Dona Dulce trata a capital do Rio de Janeiro como “lá para baixo”. A aposentada conta que trabalhou muitos anos “lá embaixo”, foi cozinheira, trabalhou em hospital, trabalhou em casa de família, e sempre buscava trabalhar onde lhe pagavam mais, seja em Seropédica, seja na capital:

Dulce: Eu trabalhei lá embaixo, fui cozinhar lá embaixo, depois trabalhei num hospital lá embaixo, era cozinheira, era nutricionista, fazia coisa de dieta... trabalhei em casa de família também.

Edson: tudo aqui na cidade?

Dulce: não, trabalhava aqui, trabalhava lá embaixo, trabalhava aqui, trabalhava lá embaixo. Onde dava mais um pouquinho a gente ia né!

Após ficar viúva veio para a cidade em questão morar com sua prima. Conta que muita coisa mudou, mas que a mudança faz parte da vida, que no decorrer do tempo é normal que as coisas mudem: “pelo tempo que tinha muitas coisas mudaram, né? Sabe como é, devido ao tempo vai mudando algumas coisas, né...”. Dulce diferente de Joana, não retrata a mudança ocorrida na cidade com uma visão negativa.

Dona Dulce tomava conta do salão de festas, local onde a assistente social ficava para receber os moradores, também em oposição à fala de Joana, não relatou a funcionária como “mal-humorada”. A senhora afirmava que o condomínio é tranquilo, que nunca teve problemas de som alto, discussão com a vizinhança, que não havia nada que a perturbasse ou a aborresse, ou qualquer problema estrutural como relatou Joana:

Edson: e não tem barulho no conjunto não? O pessoal não liga o som alto?

Dulce: não, aqui na minha frente não. Olha, vou te dizer uma coisa eu tenho minhas filhas, quando eles vêm aqui eles acham isso aqui até chato, eles acham isso aqui muito quieto. “Ah, lá na minha mãe é muito parado” É isso que você está vendo aí, não tem rádio alto, muito tranquilo.

Dona Dulce conhecia todos os moradores do condomínio e afirmava não ter problemas com nenhum deles. Vivia com o marido que conheceu no tempo em que trabalhava, tinha planos de aumentar a casa e fazer uma cobertura.

Dulce: no geral eu me dou com todo mundo, eles passam aqui conversam comigo, às vezes estou sentada aqui, para conversar, eu sou uma pessoa muito popular, não gosto de problema, não gosto mesmo. Minha filha mora ali na frente, mas as outras não, as outras acham aqui muito longe, minha mãe mora muito longe, diz que ônibus demora a chegar. Faz mal não, deixa só uma perto, melhor do que muito. Aí eu fiquei viúva, que o pai desses meus filhos faleceu né, durante o tempo que trabalhei conheci ele (o atual marido) que ele era da rede ferroviária, aí nós estamos vivendo muito bem graças a Deus.

A moradora cumpria com todas as suas obrigações, pagava na data certa o aluguel e taxa de condomínio. Quando questionamos o que gostaria de mudar no condomínio, apenas disse que gostaria de uma área de lazer para as crianças e uma creche próxima do local, pois era a única coisa que faltava.

Dulce: aí não tem nada que me perturbe, sabe? Não tem nada que me aborrece, nadinha, nadinha. Até Deus me ajudou, tenho pagado minha casa, pago luz, pago condomínio, está tudo bem.

Edson: e o que a senhora acha que poderia mudar por aqui? O que está faltando?

Dulce: não, a única coisa que tinha que mudar é que falaram que ali na frente ia fazer coisa de creche, e tem um vizinho que está limpando o terreno ali na frente para fazer um campo para as crianças, tem um negócio a mais para as crianças, um lazer para as crianças, que não tem. Só isso que aqui tinha que mudar um pouco, que aqui não tem nada.

Apesar de suas falas serem opostas, a visão de Joana e a saída de dona Dulce, a qual infelizmente não consegui entrevistar para saber os motivos de saída, mostram as lacunas que este programa ainda apresenta e seus diferentes graus de precariedade.

3.2 – “Declarar Imposto de Renda é Uma Bênção!”

Pedro era um rapaz muito pobre, nascido em Seropédica, com cinco anos de idade se mudou para Niterói, durante os quatro anos em Niterói ficou sem estudar, segundo ele foi um momento bem complicado. Pedro teve uma infância difícil, passou fome, morou na rua, vendeu bala nas barcas, e fez o que pode para se virar. Resolveu voltar para Seropédica e morar com a tia na casa da falecida avó para ver se lá as coisas melhoravam. Pedro conta que ao chegar em Seropédica a sua vida começa a mudar.

Neste ínterim, lançaram a LDB, e Pedro que ainda estava na segunda série aos 13 anos de idade, foi “ miraculosamente”⁴⁷ assistido por esse programa de aceleração. Ele conta que uma das professoras da escola resolveu abraçar sua causa; um menino pobre, de 13 anos na segunda série e muito interessado pelos estudos. E Pedro a cada semestre foi pulando de série, até se formar aos 20 anos.

Pedro tinha um relacionamento de três anos quando se formou, um relacionamento que havia acabado, e sua ex namorada estava grávida, eles optaram por ter o bebê que ficou aos cuidados da mãe até um ano de idade, e depois Pedro foi quem cuidou do filho. Atualmente, o menino tem 16 anos e mora com ele.

Os primeiros anos foram difíceis para Pedro, pois não podia trabalhar com um bebê de um ano, a tia com quem morava era doméstica e só voltava para casa aos finais de semana. Como teria que pagar alguém para cuidar, resolveu ele mesmo cuidar do filho

⁴⁷ Todas as passagens entre aspas nas trajetórias são falas dos moradores.

“aos trancos e barrancos, com todas as privações”. Pedro fazia inglês e o curso em questão o contratara por meio período. Durante a manhã seu filho ficava na escola, à tarde com a vizinha, “era tudo muito corrido”. O curso, porém, não pagava direito, “[o curso] fingia que me pagava, eu fingia que recebia e fingia que estava tudo bem. Uma loucura! Eu fiquei lá, pelo menos por um ano, nessa... nesse chove não molha.”

Até que um dia, após ter levado o filho na escola, e conversando com um funcionário sobre sua situação, o seu telefone toca: era uma proposta de emprego para trabalhar como faxineiro no fórum de Seropédica. Como estava num lugar que não recebia e com filho pequeno resolveu aceitar a proposta. Na entrevista o juiz de Seropédica analisou seu currículo e ficou admirado por falar inglês e, por conta disso, disse que não seria um faxineiro e sim o recepcionista. No fórum começou a se destacar, fazendo a mesma coisa que um concursado, porém, recebendo 500 reais. A partir dali despertou o interesse de estudar mais, começou a fazer cursinhos preparatórios, contudo o juiz que o contratou foi embora e a juíza que havia chegado o substituiu. “O conto de fada acabou, a carruagem virou abóbora. Resumindo a história, toda, eu fiquei desempregado por um ano.” Ele parou de estudar fora mas continuou com o ritmo de estudo, ia sozinho para a biblioteca municipal e estudava no mínimo 12 horas por dia, nunca menos de oito horas. O filho estudava numa escola com horário integral então aproveitava esse tempo para estudar. O dinheiro já estava acabando pois pagava aluguel.

Em uma conversa, uma amiga o aconselhou a dar aulas, pois nesse tempo de estudo intenso, com certeza ele teria acumulado muito conhecimento. Pedro ainda não sabia como faria isso, até porque nem tinha formação na época.

Nessa mesa em que conversavam tinha outro amigo de Pedro, este amigo falou sobre uma explicadora, super renomada na cidade, com um aluno autista que lhe dava muito trabalho, era um aluno com compulsão por leitura, lia vários livros numa só noite e estudava de manhã. Ou seja, no dia seguinte ia forçado, não estudava, ou dormia ou “tocava o terror na sala”. Além disso, quando ia para a explicadora, levava todos os animais que tinha em casa e ninguém estudava. A professora de reforço queria “se livrar” dele, mas não sabia como, pois, tinha medo de sofrer algum tipo de retaliação.

Então após uma conversa com o amigo de Pedro, a explicadora resolveu passar o aluno, disse que poderia cobrar bem pois a mãe do menino tinha dinheiro. Pedro recebia 500 reais para ir três vezes na semana e dar aula por uma hora e meia entre os anos de 2005/2006. Pedro percebendo que o aluno era orgulhoso fez um acordo: seria ele quem daria aula, que ensinaria o que aprendesse na escola, e depois de ter ensinado poderia jogar videogame. Em um mês suas notas foram de zero a dez, o que tornou Pedro conhecido, pois todo mundo queria saber quem era aquele que fazia milagres.

Só havia um problema, Pedro só recebia durante o período das aulas, durante os outros meses, vivia tipo “formiga juntando dinheiro”, guardava o dinheiro das vacas gordas para o período das vacas magras.

Nesse período, na esquina da casa de Pedro, abriu um cursinho preparatório, para o mesmo concurso que tinha estudado antes. Ele foi ao cursinho perguntar se estavam precisando de professor de português, e a diretora ao se sensibilizar com sua história de vida fez a seguinte proposta: daria uma aula e se a turma gostasse seria contratado. A turma gostou e continuou lá, porém Pedro ainda não tinha nenhuma formação e temia que os alunos perguntassem, “graças a Deus ninguém nunca perguntou, então nunca precisei mentir.”

Pedro precisava e queria ter uma formação, uma amiga avisou que abriria um campus da Universidade Castelo Branco em Seropédica e que seria uma boa oportunidade, pois na época não havia o curso de Letras na UFRRJ. Entretanto, não podia gastar o dinheiro guardado, pois faria falta. Conseguiu um bico para limpar um terreno e

com esse dinheiro pagou o vestibular e passou na prova. Contudo, não tinha dinheiro para pagar as mensalidades, mas por fazer parte de uma comunidade evangélica, uma das pessoas que participavam se sensibilizou e pagou metade da mensalidade da faculdade. Como isso ainda não resolvia e Pedro era uma pessoa tímida para sair pedindo dinheiro, um amigo da igreja elaborou uns carnês, chamou uma pessoa extrovertida da igreja que pediu a cada membro uma ajuda, o que permitiu o pagamento do primeiro mês.

Depois de entrar na faculdade, foi até um balcão de empregos e deixou o currículo lá. No dia seguinte o telefone tocou para participar de um processo seletivo para trabalhar na Polícia Federal. Nesse processo Pedro era o único que ainda estava no primeiro período, todos os outros já estavam terminando a faculdade, foram 15 dias de processo seletivo e Pedro passou em primeiro lugar.

No mês seguinte alguns membros da igreja não pagaram o carnê, mas Pedro estava empregado e pôde pagar um ano da faculdade. Prestou o ENEM e teve uma excelente nota, não continuou muito tempo no emprego, mas devido a boa nota estava com bolsa e conseguiu se formar na faculdade. Logo após fez pós-graduação em letras-português na UERJ.

O que salta aos olhos da trajetória de Pedro é a sua “subida de patamar relevante” que é permeada por dois fatores fundamentais: Deus e os amigos. Durante toda a sua vida todas as suas conquistas têm as justificativas no amigo que estava ali presente, no conhecido que tinha, na comunidade religiosa, e em Deus.

Como foi supracitado, Seropédica é a cidade da Baixada com maior número de evangélicos, o catolicismo que era marcado no mundo rural, hoje perde espaço para os protestantes na maior parte das periferias urbanas. “A religiosidade dos batalhadores ocupa um papel determinante em oferecer um campo onde se possa desenvolver suportes sociocognitivos que os permitam competir por um “lugar ao sol” na sociedade.” (SOUZA, 2012, p.316)

Por fim, o que se pode constatar da trajetória de Pedro, é não somente uma luta para a ascensão social, cultural e financeira, como também uma busca contínua no campo religioso, a trajetória de Pedro se repete como muitas outras histórias de trabalhadores brasileiros que se fundam na religião e em Deus, depositam nestes quase que praticamente todo o mérito pela melhora de vida. Segundo Souza (2012) o batalhador tem uma dupla tarefa, a primeira é lutar no dia a dia por um futuro melhor, e a segunda se daria na construção de um patamar de segurança, que no caso de Pedro foi a declaração de imposto de renda e as casas próprias.

A busca de Pedro por uma casa, e um lugar que pudesse dar ao seu filho referências de família são também marcas do que Souza (2012) cunha como os “batalhadores”, assim como a rede que sustentou Pedro durante os primeiros anos na faculdade. As redes criadas pela Igreja para dar oportunidades aos seus membros compõem uma forma de impedir que qualquer falta de renda afete suas vidas, a Igreja serve nesses casos, portanto, como um espaço também de estabilidade econômica e financeira. (SOUZA, 2012)

3.2.1 – “Eu não me sentia pertencente, eu me sentia excluído” – A visão de Pedro sobre o condomínio e os moradores.

Pedro morava no centro de Seropédica de aluguel há 13 anos, quando o filho nasceu e foi trabalhar no fórum. Preferiu alugar uma casa e sair da antiga casa da avó porque sentia que o espaço não era dele. “Era um espaço que não era meu e todos os meus

primos, todo mundo achava que eram deles! Tudo o que tinha na geladeira eles chegavam e pegavam... era uma 'baracundê', né? ” Pedro conta da necessidade de dar também para o filho a referência de casa, de lar, a casa “tinha ordem, a gente comia à mesa, como tinha que ser! Tinha horário para tudo... tudo para tentar acertar”.

Até que um colega que trabalhava na Caixa falou com ele e entregou os formulários. Na época era funcionário público contratado e trabalhava como professor em Seropédica, quando fez a inscrição, num primeiro momento, sua renda cabia no que o edital exigia, na faixa 1, de zero a três salários mínimos. A assistente social foi a sua casa, percebeu que havia um recém-nascido e então conseguiu a casa.

Hoje Pedro tem boa condição de vida, trabalha em vários lugares e tem bom salário. Pedro além de ter conseguido ascender profissionalmente, adquiriu também uma casa própria, atualmente tem quatro casas alugadas. Ele esperou três anos pela casa, foi chamado para trabalhar no estado e em outros concursos, e afirma que não pagar aluguel tem uma relevância significativa. Ou seja, agora Pedro mora no condomínio sem pagar aluguel, e aluga as outras quatro casas em Seropédica, direciona o dinheiro que gastaria com o aluguel para outras coisas. Afirma que o PMCMV tem um impacto social relevante na vida das pessoas, e do município de Seropédica pois muitas pessoas saíram do aluguel “e sair do aluguel é libertador. ” Pedro afirma que era seu objetivo sair de onde estava para não pagar mais aluguel, e juntando o dinheiro do emprego foi fazendo várias dobras como professor no Estado e começou a capitalizar e ter uma disciplina financeira, porque até então não tinha um emprego fixo e tinha o filho para criar.

Quando questionei como foi sua saída do centro da cidade para o condomínio afirmou ter sido bem difícil, que chegou a ficar deprimido. Por algum tempo parecia que sua vida tinha parado, era como se tivesse criado um bloqueio. O morador afirma que não se sentia pertencente ao condomínio, que até hoje às vezes se sente excluído. Afirma que as pessoas são boas e o fato de ser professor ajuda no bom relacionamento com a maioria. Todavia, não frequenta a casa de ninguém, pois os moradores têm hábitos diferentes dos seus, vieram de lugares diferentes e são de diferentes níveis socioeconômico. Ao questionar se teve algum sorteio por lugar, bairro ou faixa etária Pedro afirmou que tudo isso foi aleatório.

Não, não teve nada disso, era aleatório. Você olhava o mapa, o que a maioria não entendera, aí você pela sua ordem de sorteio lá, desde o primeiro. Começaram pelos idosos, sei lá o que, e deficientes, aí depois era aleatório. “João! Joaquim! José!” Aí Joaquim, “quero a casa do número cinco, na quadra um. E o José, quero a casa oito da quadra cinco”. Foi assim. Só que como vieram pessoas de vários lugares! Tinha gente ali de vários lugares! Então vários hábitos diferentes”

Apesar de ter entrevistado, na maior parte dos casos, pessoas que eram de Seropédica, Pedro diz que vieram pessoas de Niterói, Bangu, Angra dos Reis, São Gonçalo, etc. Eu questionei como essas pessoas ficaram sabendo deste projeto, e como chegaram lá. E respondeu que se dava por conta da casa própria - na verdade não vieram por conta da casa própria, vieram pela rede de parentes e conhecidos que permitiu adquirir a casa mesmo sem morar na cidade.

Por causa da coisa da casa própria! Aí talvez você tinha um parente aqui, que pudesse te emprestar o endereço e essa pessoa depois dava a procuração, assinava alguma coisa dizendo que você morava ali e pronto! Igual eu que morava de aluguel, mas no meu caso era verídico, mas tem um ou outro que, não é? E não há pesquisa social também, não fora feito como devia ter sido. Na época foi tudo muito atrapalhado, eles perderam o prazo para entregar

aquilo lá. E foi chegando a época das eleições e eles entregaram assim, a meio que 'alavantê'. Marcaram várias datas e nem todo mundo foi visitar.

Fala que talvez tivessem pessoas que não precisariam estar ali por ter posses, mas por não ter renda declarada lá estão, e que até “carro importado tem lá dentro”. Logo após, afirma que hoje em dia três salários não são tão ruins assim: “aí de repente se o marido e a esposa trabalham... não pagam aluguel... dá para viver bem, se a pessoa souber equilibrar, né?”. E diz que o que eles analisam é a renda quando vai morar no condomínio e não a renda atual, pois se fosse assim, talvez nem pudesse morar lá. E me questiona: “você não vai poder prosperar?”. Diz que talvez hoje também me enquadrasse no perfil, mas que depois com o passar do tempo, quando entrasse no mercado de trabalho, me tornasse professora de uma universidade pública, talvez não mais. Pedro diz com alegria que seu sonho era declarar um imposto de renda, que é uma “benção” e que “orava para ter que declarar imposto de renda. Estava ansioso para subir um patamar relevante.”

Continuando nossa conversa, falou que ao chegar no condomínio teve que aprender, perder o medo da estrada porque a passagem é muito cara, fazer academia todos os dias e ainda ter que pagar passagem seria inviável. Diz que assim que chegou, o condomínio não contava com iluminação pública, as ruas eram escuras, e o esgoto entupia, e que isso acontece até os dias atuais com frequência. Que as casas não tinham muros, e que existiam pessoas com hábitos de pouca higiene: “As casas no primeiro momento não tinham muros, e as pessoas tinham às vezes o hábito de pouca higiene... então deixava o lixo no quintal, o cachorro do vizinho ia lá e rasgava, o vento vinha e trazia, e era um 'padedê’.”

Afirma que essa foi a primeira fase mais difícil e já foi superada. À medida que as pessoas foram fazendo seus muros, estão se adaptando a essa nova realidade. Diz que muitas pessoas vieram de favelas, da beira do rio, e destaca que muitas voltaram, venderam suas casas e preferiram voltar para a primeira moradia. Pedro parece não entender o porquê de muitos voltarem para um lugar precário, com esgoto aberto: “E muitos voltaram pra lá cara! Lá é precário! Lá tem esgoto, aberto! Não sei nem como é aquilo de lá. É algo muito terrível e as pessoas venderam suas casas...”

Conta que talvez isso se deva porque muitas pessoas não se adaptaram, que jogaram eles lá sem uma preparação de consciência do que é viver em condomínio e que muitos não queriam pagar as taxas condominiais; não tinham entendido que a casa não foi doada, e sim, que na verdade, o governo é que dá um subsídio.

“Muitas pessoas não se adaptaram. Também da forma como foi, eles jogaram a gente lá... eles não prepararam a consciência das pessoas do que, que era viver em condomínio... a gente não conseguiu. Não se conseguia arrecadar as mensalidades. As pessoas não estavam acostumadas, elas achavam que tudo tinha que ser benéfico. Elas não entenderam também que a casa não foi doada... que o governo dá um subsídio significativo, proporcional à renda, né? E alguns pagam vinte e cinco reais, e quem paga mais, paga oitenta reais. Mas as pessoas falam “eu ganhei”, elas não querem pagar nem vinte e cinco reais. Muitas estão fadadas a perder a casa. Não sei se você foi à Caixa, se você for vai saber disso, que já tem várias casas inadimplentes...”

Pedro, afirma que muitas casas estão à beira da execução pois não pagam nem o valor da casa, e muito menos das taxas condominiais, eles até pensaram em resgatar esses valores, mas não sabiam se teriam muitas pessoas interessadas, pois teve um grupo que não queria que isso acontecesse. De todos os moradores poucos pagavam, mais ou menos, 25%, e essa porcentagem era quase o valor que pagavam para a empresa administrada, ou seja,

não dava para pagar os funcionários. Em decorrência disto as benfeitorias não aconteciam.

“Teve um grupo que... tinha interesse que a coisa não acontecesse, sabe? Então a gente tinha vinte e cinco por cento de pagantes, só que vinte e cinco por cento de pagante, era quase o valor pra pagar à empresa administradora... e então não dava pra pagar também os funcionários, mal pagava os funcionários, e então as benfeitorias não aconteciam. Aí ficava sempre aquela história “eu não pago porque não tem benfeitoria ou não tem benfeitoria porque não pago?” ”.

Pedro, portanto, diz que deste modo não foi possível implementar a organização desejada. Que Joana, a primeira síndica foi uma pessoa muito voluntariosa, mas cansou. Houve muitos boatos, roubos, desvios, que eram levantados com frequência e as pessoas não tiveram a maturidade para saber o que era falso e o que era verdadeiro. E por fim, hoje não se tem mais um condomínio organizado.

Afirma que com isso houve uma precarização do condomínio, pois não se tinha a quem recorrer. Mais uma vez entra em conflito a questão de qual entidade procurar, esses relatos são constantes nas entrevistas, e pudemos verificar isso em outros condomínios, e como o também o caso de Maricá em que se empurrava os problemas uns para os outros.

“Precarizou bastante, porque você não tem a quem recorrer. A gente fica nesse da Prefeitura e de favores políticos. Se você tem um condomínio, você tem um síndico que ele vai representar, então uma rua ruim, por exemplo, vamos tentar ver porque tem o seguro, aquelas casas, o asfalto tem seguro, né? Tudo tem seguro. Mas não tem quem recorra... a esses seguros. A gente nem sabe como recorrer, porque isso também não foi orientado. Pela Caixa, não... não acontece. Algumas leis do Minha Casa Minha Vida, ainda estão acontecendo durante, parece que eles estão aprendendo como funciona o programa.”

Pedro acredita, portanto, que a inadimplência dos moradores foi a responsável pela precarização do condomínio. Inadimplência que não foi somente dos moradores, mas da Caixa também.

Nunca foi ninguém lá da Caixa, “oh você pode perder o seu imóvel, se você não estiver em dia com o condomínio. O condomínio é vital pra que as coisas caminhem como o projeto fora estruturado. O projeto é esse. Que a coisa aconteça assim. Não destruam o meio ambiente, não poluam esse rio... é um rio!” Entendeu? Não tem isso. “Não joguem lixo na rua!” Não tem! Não tem luta. [...] as pessoas têm que ter sanções, né? Tem que ter leis e sanções, se não também as leis não vigoram. [...] eu me lembro que vinha até taxa de condomínio com o nome dessas pessoas no início, porque a Caixa faz da seguinte forma, ela pra não perder vínculo total com o condomínio, então ela não entrega todas as casas de uma vez, ela conserva algumas. Até tem umas dessas casas que ela deveria ter pago o condomínio, enfim a gente pleiteou isso na época. A Caixa foi a primeira a ser inadimplente com a gente. Pra você ver, né? Se ela pagasse o condomínio, teria nos ajudado muito, naquele momento.

A seu ver faltou uma consciência de todas as partes, do que é proibido e do que é lícito, do que eles poderiam fazer e o que não poderia. Pedro conta que o condomínio, localizado em uma área de preservação permanente, tinha muitos animais, passarinhos, vacas, só que com o passar do tempo as pessoas foram capturando os passarinhos e pagando cinco reais para quem fizesse isso e hoje não se vê mais pássaros no condomínio.

Ele tentou fazer um jardim na sua casa, mas como ainda não terminou o muro, as crianças invadem, destroem suas plantas.

Entre essas coisas e outras, o morador acredita que isso se deva por uma precarização do projeto em si, por falta de orientação, de alguém que orientasse desde o início, palestras educacionais, e isso não aconteceu. Até tinha uma empresa que deveria ter feito isso, mas não obteve êxito. O trabalho da assistente social foi muito limitado, sem acompanhamento e não surtiu o efeito desejado. Pedro diz que a empresa hoje em dia nem existe mais, houve até um projeto profissionalizante para que as pessoas tivessem mais recursos financeiros, mas não foi para frente.

Pedro que também exercia um papel de liderança dentro do condomínio, diz que os moradores não os viam como uma figura de autoridade, tanto ele, quanto os outros membros da comissão e acreditava que a solução talvez fosse passar essa administração para uma administração oficial, pois desse modo se conseguiria comprovar onde o dinheiro estava sendo administrado.

Então muitas coisas aconteceram, e as pessoas ficaram abandonadas. Houve um silêncio no primeiro momento, as pessoas achavam que elas pudessem fazer o que elas bem quisessem, e aí depois... fica muito difícil. Elas também não nos viam como figura de autoridade, a nós e a outros membros da comissão. Até porque nós também não recebíamos nenhum curso, nós também precisávamos de ser orientados, nós éramos pessoas que tinham boa vontade, mas a Joana mesmo, por exemplo, nem formação superior tinha, uma pessoa leiga, né? Era voluntário aquele trabalho também. Então, mas ela ia de casa em casa, levava os boletos, tentava conversar. É muito complicado, tudo que você vai fazer ali é muito complicado. O ideal seria ter uma administradora, porque o dinheiro passa pela administradora, essa administradora presta conta, como tem que ser. Sem administração, assim... uma administração oficial, pode surgir boatos de que o dinheiro está sendo desviado, e aí fica muito difícil você comprovar que você não está desviando, aí você comprova pra um, mas comprovar pra todos...

O impressionante dessa história é que mesmo Pedro afirmando a incapacidade do coletivo em administrar o condomínio, é preciso uma gestão profissional, uma administradora. Segundo Giddens (1998) a divisão que o Estado faz com indivíduos sobre suas responsabilidades sociais seriam para ele um “enfoque positivo”, apesar de ser uma tarefa “complicada e espinhosa”, quando se trata de um “Estado de Investimento Social”. Maria Célia Paoli (2002), relembra que nem sempre tudo funciona dentro de uma área empresarial, como a divisão das responsabilidades, funcione também na área social, porém segundo a autora, os empresários parecem acreditar que a racionalidade abarcada nos negócios tenha uma eficiência universal capaz de produzir frutos em qualquer área.

Para Pedro, uma liderança formalizada faria total diferença na vida condominial, que às vezes até a capoeira é uma liderança, mas é uma liderança informal e eles não tem alguém a quem recorrer.

Então eu acho que a gente precisaria estabelecer uma liderança, para lutar, né? Para as minorias. [tem as questões] físicas, eu acho que a questão do ponto é imprescindível, a questão da iluminação. Dizem que o esgoto tem um vício construtivo lá, então por isso é sempre um problema. Então tem algumas questões assim que, talvez só fossem resolvidas, se tivesse alguém constantemente, pleiteando a causa, não esquecendo. Tivesse uma referência a quem recorrer, “ah Dayana aqui é assim. Dayana... tá acontecendo isso”. A questão do som, a questão do uso do espaço comum, até mesmo a luta por benfeitorias ou melhorias. A gente não tem mais essa liderança ali dentro, não

tem! A única liderança que a gente tem hoje é o pessoal da capoeira, que é uma liderança informal, e não é pra esse fim organizado!

O que se vê é a falta de força de vontade daqueles que estão envolvidos por ser algo trabalhoso, não reconhecido, não remunerado, dificultando, dessa forma a formação de uma liderança dentro do condomínio.

Tem muita gente formada lá também, mas não querem se envolver, não querem se expor, porque dá trabalho! Trabalhar como síndico, dá trabalho! A gente foi várias vezes com recursos próprios pra Niterói... para vários lugares levantar, conferir... conselho fiscal, cada nota e tudo mais, dá trabalho! Tem que ter tempo e no domingo à tarde, no tempo que você quer descansar, tem reunião, tem que ir não sei pra onde, tem que fazer um relatório do não sei o que, tudo que é bom dá trabalho, né? [...] então as pessoas não querem, e quanto mais também um trabalho que não é reconhecido, que não é valorizado, que é voluntário.

Pedro, afirma que as coisas estão difíceis, acredita que para alguns seja realmente difícil pagar 25 reais, por estar desempregado, mas seriam 25 reais que iriam garantir uma segurança, uma estabilidade dentro do condomínio.

A noção de condomínio para Pedro era de extrema importância, o morador afirma várias vezes e dá a entender que essa seria a melhor forma de ajeitar a vida dentro do condomínio, lutar para que ali se “tornasse um bairro em que eles passariam a vida inteira”, mas que isso não aconteceu, pois, as casas não eram planejadas como nos bairros, porque os espaços são pequenos e as casas são geminadas. E que as pessoas não teriam uma noção do que é uso comum, “não tem noção de quando termina seus direitos começa o do outro.” Pedro para exemplificar conta que é comum as pessoas ficarem com o som alto até tarde, colocarem a piscina no meio da rua, faz festa aluga pula-pula e coloca no meio da rua, interditando as passagens dos carros, construíram “quebra-molas destruidores de carros, sem nenhuma logística”. E como o asfalto não foi bem feito o próprio quebra-molas provocou uma desestruturação do asfalto “fazendo com que acabasse mais rapidamente a própria estrutura que já não era boa”.

As ruas são asfaltadas, né? Embora o asfalto está se acabando, mas a gente tem asfalto. E por ocasião também das chuvas, por não ter ponto, você também fica todo molhado, porque a sombrinha não ampara ali, passa caminhão, passa tudo perto e a sombrinha e por ocasião, igual hoje, um dia de muito sol você fica lá torrando! Então é tudo muito, extremo! No frio também... com criança! E os carros passam ali em altíssima velocidade porque não tem um redutor de velocidade ali. Primeira coisa que eles deveriam ter feito ali... era ter colocado um pardal! Porque tem pessoas morando ali.

A questão da má infraestrutura é algo recorrente não somente nas falas dos entrevistados, como também na literatura sobre o PMCMV. Há, com frequência, queixas sobre a estrutura arquitetônica, a má localização das unidades habitacionais, além da ausência de equipamentos públicos no entorno do condomínio. Sobre isso Pedro dá como exemplo o Arco Metropolitano, que previa uma ciclovia, uma faixa que iria facilitar o acesso das pessoas do condomínio ao centro de Seropédica. Pedro trafega de bicicleta, e às vezes tarde da noite, afirma que muitas bicicletas transitam por ali, que é perigoso, chegou a fazer uma petição para que houvesse uma ciclovia ecológica daquelas mais baratas, pois a obra já parou. A falta de iluminação pública, a ausência de uma ciclovia, de um ponto de ônibus também estão na lista de queixas do morador.

Me parece, nesse projeto da Dilma, que isso tudo estava previsto, mas em função dessa crise do governo a obra já parou e me parece que não acontecerá, e acidentes acontecem como constantes, né? A gente continua sem o ponto lá, e isso você vai ouvir de todo mundo. A luz ali na frente é precária demais, a minha sugestão era até que... de repente iluminasse até o quilômetro cinquenta e dois, porque existem postes. Às vezes tem eventos culturais ali na casa de cultura, as pessoas vêm a pé, e naquela escuridão ali. São sete postes só que falta iluminar pra chegar até o quilômetro cinquenta e dois.

Afirma que tudo isso não acontece porque não há interesse das entidades envolvidas, que os políticos os mantêm assim para que os moradores dependam deles.

É falta de interesse! E talvez até porque as pessoas querem os políticos, tem interesse que a gente, dependa deles pra ficar, né? Porque é um curral eleitoral. Tem essa, acredito que tenha também esse interesse. Agora [ano de eleição] os políticos já chegaram lá, e tem um projeto lá [capoeira], financiado também, por um deputado, por umas pessoas.

Segundo Pedro, o único projeto social que tem no condomínio é a capoeira, e que o professor de capoeira a partir desse projeto conseguiu um contato com algumas pessoas do Estado, conseguiu um patrocínio, e que se tem a perspectiva de levar outras atividades para lá, mas por enquanto só acontece a capoeira. E que ela é eficaz até certo ponto.

Ao tratar da capoeira, Pedro trata de outro problema que encontra no condomínio, a questão das drogas. Diz que os jovens ficam muitos soltos, e que há pessoas que aliciam menores, as ruas escuras e o mato alto facilitam esse tipo de mal. Então a capoeira seria um resgatador, é uma alternativa: “É um delimitador, as pessoas precisam de limites, né? A capoeira impõe isso.”

Ao questionar o que teria de mais precário no condomínio, Pedro afirma que uma coisa puxa a outra, e retoma ao dizer que muitas pessoas venderam suas casas, que muitos moradores não estão desde o início e que com o desemprego e a criminalidade tem medo de que o condomínio se “favelize”.

Eu acho que uma coisa puxa a outra, né? Se você tem um projeto, o projeto foi para o seu condomínio, parte da perspectiva de um síndico, de uma portaria, de uma organização, conselho fiscal... enfim, o contributo de todo mundo mensalmente. Quando quebrou essa perspectiva original, aí filhinha... desordenou. E muitas pessoas saíram, venderam suas casas, chegaram muitas pessoas novas. Então tem muitas pessoas desconhecidas lá, também que a gente não conhece. Não é o mesmo grupo que mudou há três anos... não é. Já tem muitas pessoas novas. E também essa questão da criminalidade, que cresceu muito, agora então com o advento do desemprego, a tendência é prosperar. Alguns meninos foram presos... fez dois, três anos... E foram soltos... e você sabe que entram ladrões e saem bandidos de lá. Então voltaram com mais moral, com conhecimento de muitas pessoas, então é assim, a princípio não tem tido problemas a nós, moradores, mas não sei no que poderá acontecer. A favelização pode ser iminente, a gente tem muito medo disso, porque é com essa desordem toda, é tudo que a gente mais teme, né? Se “favelizar”, e que não é difícil né? De botar um dono lá, sei lá o que.

Fala, entretanto, que não há roubo dentro do condomínio, a não ser uma onda que teve de roubarem máquinas de lavar nas casas que não tinham muros.

Quando me contou isso perguntei se havia um preconceito dos moradores de Seropédica de fora do condomínio para com os moradores de dentro. Pedro, assim como falado anteriormente no primeiro capítulo, conta que para os outros moradores tudo de ruim que acontece em Seropédica é culpa do pessoal das “casinhas.”

As pessoas costumam dizer “tudo que acontecer lá [em Seropédica] é das casinhas”. Até porque vieram muitas pessoas do quilômetro quarenta também... uma comunidade perigosa e tal. Teve pessoas que vieram do Jardim Maracanã, né? Então vieram muitas pessoas, principalmente do quilômetro quarenta, onde ouvi coisas ruins. Então eles associam tudo que acontece de ruim com o condomínio. No último assassinato que teve aqui em Seropédica, “foi alguém das casinhas”. Nada ver. Não sei se o cara que tava lá, era abrigado na casa de alguém, talvez, mas eles associam e tem esse preconceito sim [...] o condomínio dialoga um pouco com Seropédica.

A fala de Pedro também estabelece as diferenças com outros lugares de Seropédica: há as casinhas, o km 40 e o centro. Sem o objetivo de me estender, pois tratarei especificamente sobre “distâncias” mais a frente, o que parece transparecer da fala de Pedro são as distâncias simbólicas e estruturais que determinadas regiões causam. Ou seja, um “Efeito de Clube” como aquele apontado por Bourdieu (1997), onde o centro, é lugar melhor servido dos aparatos públicos, com a população de maior renda, e local mais próximo da Universidade, em outras palavras, um lugar com efeitos positivos. E “as casinhas” e os km 40 e 42, são marcados pelo “Efeito de Gueto”, em que se segrega coisas e pessoas indesejáveis.

Por fim, conta que apesar dos pesares, ainda acha bom morar no condomínio. Mora numa casa que dá para o fundo, tem natureza, é fresco, “só é distante de tudo”, que tem que ter carro, mas que o ponto é perto, e que a “casa dele é uma das mais longe”. Pedro finaliza dizendo que o projeto – PMCMV - é bom, mas precisa passar por melhorias.

“Estar no condomínio, apesar dos pesares, eu ainda acho bom. A gente mora numa casa que dá um fundo, então tem essa coisa da natureza ali, eu gosto! É fresco! Só é assim, distante de tudo. Entendeu? Tem que ter um carro, né? Também. Você fica dependendo de carro, mas é legal também, porque fica muito perto do ponto do ônibus ali, entendeu? É uns cinco minutos a casa mais longe, a minha casa é uma das mais longe. Então é cinco minutos do ponto. [...] então morar lá não é de tudo ruim. Eu acho que é um projeto bom, mas é um projeto que precisa passar por melhorias.”

Nessa última fala, Pedro traz à tona novamente, a questão do perto e do longe, do espaço social, dos efeitos de lugar, e que efeitos esses desdobramentos podem causar.

Pedro talvez não represente o condomínio, mas é uma representação deste. O morador busca demonstrar que sua trajetória se difere dos demais entrevistados como numa espécie do que Márcia Leite qualifica como uma “limpeza moral”, nos seus termos: “para se diferenciarem, enquanto ‘trabalhadores’, dos ‘vagabundos’ e ‘bandidos’ “ (LEITE, 2008, p.135). Ao que parece, as falas de Pedro e as entrevistas realizadas parecem apontar, sobre o condomínio, é a desconstrução de uma pobreza supostamente homogênea, “tendo em vista que as demandas são sempre internamente heterogêneas, apesar de as famílias apresentarem traços socioeconômicos comuns.” (PAZ et.al, 2015)

3.3 – “Não Ter Muito Para Não Abandonar a Deus”

Valdo tem 37 anos, casado, um filho, é mestre de obras e muito religioso, é membro do Igreja Metodista. Nasceu e morou a maior parte da vida em Seropédica, ficou fora da cidade durante 7 anos no município de Mangaratiba e depois retornou novamente em 1994. Morou em diversos bairros de Seropédica como no Jardim Maracanã, km 40, km 42 e também no bairro de Santa Sofia, onde se encontra o condomínio.

Valdo teve uma infância difícil, e muito pobre, nasceu dentro de casa, foi a avó que fez o parto, não tinha energia elétrica, sua mãe costurava as roupas com a linhas do saco de laranja de retalhos e pedaços de pano que ganhava das costureiras. Comeram folhas de abobreira na água cozida com sal, e tinha que sentar debaixo da sombra para dormir e esperar a fome passar.

Os seus pais são de Seropédica, mas os avós de Minas Gerais, hoje são falecidos, mas se estivessem vivos teriam uns 60 anos de Seropédica. Os pais estudaram pouco e a mãe é analfabeta, porém eles sempre quiseram que os filhos estudassem. A mãe chegou a patrocinar por um tempo o sonho do filho de ser jogador, até desistir por ter cumprido a promessa que haviam lhe feito. A sua desobediência o levou a evadir da escola inúmeras vezes e terminar o segundo grau com 23 anos, conta que isso foi um marco, consequência dos seus erros, mas que não é decepcionante.

Valdo saiu de Seropédica para Mangaratiba, pois nessa época o pai estava doente, teve uma síndrome do pânico e saiu de casa por conta de uma crise. Valdo conta que o pai passou por vários lugares até conseguir serviço em Itacuruçá, terceiro distrito de Mangaratiba. Valdo saiu várias vezes para Itacuruçá em busca de emprego. Nesse período a mãe ficou sozinha com os filhos, até que um dia (1988) eles descobriram onde o pai estava e resolveram procurá-lo. Depois de uma longa conversa resolveu ir morar com o pai, construíram uma casa e permaneceram lá por alguns anos. Os pais acabaram se separando e ele optou por morar com o pai nesse período. Até que em 1994, final da Copa, resolveu voltar a morar com a mãe em Seropédica, no km 42, e só saiu de lá em 2013 para morar no condomínio do PMCMV.

Valdo tem formação técnica em edificações, mas quase não exerce porque também tem a formação em mestre de obras, e segundo ele é a área que mais gostar de atuar, então busca trabalhar como construtor civil autônomo. Trabalha com toda a área da construção civil, desde a parte térrea até os acabamentos finais, e hoje é sua principal atividade. Porém, antes de ter essa formação teve vários trabalhos, lavrador, frentista, vigia, porteiro, jogador de vôlei, tratador de esgoto, vendeu pipoca no trem.

Valdo conta que “tem uma trajetória”, que “já capinou muito no cabo da enxada”, trabalhou no serviço rural, e foi boiadeiro. Conta que por nascer num período em que os pais geravam bastante filhos precisou trabalhar muito cedo, e “o mais velho, ou aquele que tivesse um pouco mais de força, precisava trabalhar”, precisou acompanhar os pais muito cedo, trabalhou com o pai, a mãe e os avós. Na juventude trabalhou no meio rural, seu primeiro emprego foi na lavoura, “no cabo da enxada mesmo”, fazia muitos trabalhos manuais, como as colheitas de jiló, de quiabo, de hortaliças. Depois eles trocaram de área e começaram a trabalhar com a criação do gado, eram contratados por um senhor e por muito tempo trabalharam com cavalos, bois, ordenhas de vacas, produção de queijos, e no final das contas trabalharam com todo tipo de serviço manual.

Ao questionar como haveria aprendido tantas coisas me responde, de forma surpreendente, dizendo que assim como a sociologia afirma que somos frutos do meio, foi aprendendo com esse meio. Primeiro começou tomando conta dos bezerros, observava o vaqueiro, e depois do aprendizado visual começou a colocar em prática. Descreve com

vivacidade que não ficava parado e relembra de todos esses momentos do campo, desde colocar os bezerros no pasto, fazer queijo artesanal, tocar o gado, dar comida para os porcos etc. Pedro conta que a lavoura desgastava muito, pois o trabalho não parava, com sol quente ou chuva, e devido a isso, sua mãe havia resolvido ir trabalhar numa casa de família, onde ganharia a mesma coisa, e não se cansaria tanto. Ele, por já ter 17 anos, estudar e trabalhar, tinha resolvido permanecer na cidade. A mãe mandava cestas básicas quando podia e nesse período, após a saída da mãe, acabou-se transformando num “trocador de pássaros”.

Valdo: Eu ia no mato, pegava pássaros silvestres e aí vivia disso. Aí normalmente a gente vendia lá três coleiros por dez reais ou você trocava por uma coisa que você poderia vender lá na frente, por exemplo, tenho dois coleiros aqui e você me dá a sua bicicleta, aí a bicicleta a gente conseguia vender lá na frente. Vivi dessa forma assim.

Valdo expôs que depois desse período recebeu um convite para trabalhar como ajudante na construção civil, e desde então não retornou mais à vida rural. Ele conta que nessa época não era formado, era um “orelha seca”⁴⁸, ajudava no que precisava. ”

Valdo fala que sempre foi um “orelha seca”, e tem muita facilidade de aprender, o morador continuou nesse trabalho por um ano e meio, trabalhando para o mesmo patrão, e que tem muito a agradecer-lo pois o restante da casa que ainda era no km 42, todo o material foi ele quem financiou, terminou de construir o que pode, mas acabou ficando desempregado depois. Após ficar desempregado, voltou novamente para Itacuruçá, procurar um emprego, pois a condição financeira da região era melhor devido ao poder aquisitivo das pessoas. Procurar seu pai, draguista, hoje aposentado, mas exerceu essa profissão durante 30 anos, trabalhou como contratado do Porto Marina e foi o responsável pelo afundamento do mar.

Valdo conseguiu uma oportunidade, ainda que bem dura, de colocar meio fio na estrada, exerceu esse trabalho dentro de um condomínio, e foi nesse momento que surgiu a oportunidade para trabalhar como porteiro. Ele conta que num primeiro momento não sabia se aceitava pois ficaria muito parado e não estava acostumado a isso pois sempre foi uma pessoa muito ativa. Acabou aceitando e ficou lá por quatro anos e quatro meses, até pedir demissão pois a síndica em exercício o assediava moralmente, trocava o plantão quase todo mês, sem aviso prévio, começou a recusar tarefas, e para não se estressar, pediu demissão.

Volta novamente para Seropédica para trabalhar durante um ano e meio num posto de gasolina, mas enquanto isso também fazia uns bicos de ajudante de pedreiro, “já sabia fazer algumas coisas, tinha habilidade, mas não tinha confiança de dizer que era pedreiro. ” Até que num dos plantões do trabalho, conheceu Tião, que já era pedreiro e o chamou para trabalhar. Tião havia feito um acordo: na primeira semana trabalharia como ajudante, percebendo que tinha habilidade o colocou para embolsar paredes e ver se Valdo sabia fazer as coisas.

Depois apareceu outro trabalho, como eletricista. Apesar de ser uma imagem ruim, acredita que deva ser contado. Valdo era o responsável por fazer as ligações clandestinas da rua, um amigo o havia ensinado e ele quem fazia a ligação para todo mundo da rua. Por já saber mexer com eletricidade ficou incumbido dessa parte da obra. Ao questionar como havia aprendido, o morador conta que precisava fazer a parte elétrica da casa e tinha um amigo que entendia do assunto. O amigo pegou um papel para explicar e no papel aprendeu a mexer na eletricidade.

⁴⁸ Valdo: “Um orelha seca é aquele que pergunta tudo. É aquele que tudo que se manda fazer, requer uma explicação muito detalhada. Esse é chamado o ajudante ou o pião orelha seca.”

Valdo: Nessa primeira divisão de obra que eu fiz com o Tião. Aí o Tião falou assim, “mas quem vai fazer a elétrica?” Eu falei “pô cara, eu não fiz a elétrica lá?” “Pô, mas aqui é uma casa grande”. E eu falei “e daí cara? Do jeito que eu fiz lá eu vou fazer aqui cara”. “Então tá beleza e quanto que a gente vai cobrar?” “Mil reais”. Aí fui lá um dia e eu e ele esticamos os fios todinho. Até ontem não me chamaram, não deu problemas, não pegou fogo. Está tudo bem ainda.

Tião percebendo um grande potencial, o chamou para ser pedreiro e não só ajudante, eles iriam dividir a obra juntos e cada um ficaria com 50%. Terminaram a obra juntos, Valdo separou sua sociedade com Tião e foi buscar a formação. Primeiro fez um curso de vídeo aulas, mas como lhe faltava prática foi fazer técnico em edificações em Duque de Caxias. Durante um ano e meio fez o curso aos sábados, mas já pegava alguns serviços por fora, a primeira obra que executou como pedreiro foi a demolição e o acréscimo de um banheiro em uma Igreja Metodista no km 42.

Ao buscar a formação Valdo acabou entendendo e aprendendo sobre a construção civil e a parte elétrica. Conta que agora sabe tecnicamente calcular potências, distribuir, fazer disjuntor, aprendeu muita coisa no curso, mas foi na prática que conseguiu se aprofundar. Valdo não se diz eletricista, e sim um técnico de edificações que faz serviços de elétrica.

Valdo: Fazer um curso de edificações e dizer assim “eu sou eletricista”, a gente não consegue, porém você pode ser um eletricista sem ter o curso. Então eu não sou um eletricista, eu sou um técnico de edificações e faço serviços de elétrica. Eu faço uma elétrica residencial? Eu faço. Monofásico, trifásico, eu faço todas elas. É, agora redução de energia já não é o meu campo, já está no campo de eletrotécnico.

Valdo já fez oito edificações até hoje, e continua a construir. Atualmente trabalha numa obra da Igreja fazendo a ampliação do templo, conta que antes passou por um trabalho bem legal que foi de estagiário na construção do MCMV em Queimados. Era estagiário formalmente, mas exercia praticamente a função de mestre de obras. Nesse período havia acabado de concluir o curso técnico em edificações e buscava um estágio para tirar o CREA. Todavia, como já tinha família constituída não podia receber um salário de 300 reais de estagiário, até que encontrou um amigo na beira da estrada que estava trabalhando na construção das habitações do MCMV.

Valdo: [...] e ele perguntou “rapaz, e aí o que você está fazendo da vida?” Eu falei “cara, estou construindo uma obra da igreja ali”. “E aí profissionalmente cara?” “Eu acabei de me formar em técnico de edificações, sou pedreiro profissional, né?” Brinquei muito com ele e aí “pô cara, não quer trabalhar comigo não? Estou tomando conta de uma construção aí”. Ele era gestor da casa própria. “É de duzentas e cinquenta casas lá, vamos comigo? Fazer um estágio lá, eu te dou teu estágio, só que eu vou te pagar é mil e cem reais pro seu estágio.” Eu falei “pô cara, mil e cem reais?” “A gente paga mil e cem reais, e vou te dar um aumento daqui a três meses e ainda vou te dar um cartão de trezentos reais de alimentação e vou te dar passagem. Está afim?” Eu falei “pô cara, mas eu nunca fiz isso não, eu fiz o curso lá no papel”. Aí ele falou “pô cara, deixa eu ver a tua obra, deixa eu ir lá ver a tua obra”. Aí chegando lá esse cara, aí me elogiou, né? “Pô cara, tua obra está show cara. É isso aí que você sabe fazer?” Eu falei “é, isso aí que eu faço”. “Vamos embora pra lá?” Eu falei “pô, beleza! Daqui a um mês eu vou pra lá”. Aí acertei aqui o que eu tinha que acertar com o responsável, e fui embora pra lá pro Minha Casa, Minha Vida e trabalhei lá esse período todo... E depois saí.

Pedi para ir embora, a obra estava terminando, já estava acabando e eu pedi para ir embora. Aí recebi o comprovante do estágio e peguei o meu CREA.

Valdo também fez um curso de massa de obra no centro do Rio Janeiro, e agora consegue gerir e executar, ainda prefere executar para estar mais perto da obra, pois não abre mão de uns princípios de segurança e por gostar mesmo de colocar a mão na massa. E que o desejo é mesmo ficar o resto dos dias no ramo da construção civil.

Valdo conta que consegue encarar os "bichos papões" com naturalidade, que continuará trabalhando e lutando para que a vida seja melhor, é dessa forma que encara a vida. Não fica lamentando muito.

Valdo: frustrado com nada eu sou. Vida que segue, né? Vida que segue assim... se eu disser que tenho muitos sonhos, eu não tenho, não crio expectativas do amanhã. Nunca crio muito, isso não é muito meu papel não. Eu acho que cada dia é feito com muita luta, muito trabalho. Se eu disser para você "pô, amanhã eu sonho em ser um engenheiro" é mentira. Amanhã se eu disser para você que eu sonho ser alguém maior na construção civil também é mentira, porque eu não penso nada disso. Eu quero cada dia ganhar o meu pão, né? Eu quero fazer como o rei Artur, que eu não tenha muito para que eu não possa abandonar Deus, mas também que eu possa não ter pouco para não ficar contra ele.

3.3.1 - "Quero ficar aqui e tentar ajudar aqui do jeito que eu posso" - Valdo e sua relação com o condomínio.

Valdo conta que em Seropédica o primeiro lançamento do MCMV era conhecido como "teto do João" e que uma colega havia entregado o panfleto sobre essas moradias que iriam surgir na cidade. Então, pegou sua bicicleta e foi até a subprefeitura, ainda estavam arrumando as papeladas e diz ser o primeiro a se inscrever para o projeto que à época era o "teto do João" e depois se transformou no MCMV. Ele aguardou na subprefeitura e foi preencher a ficha, a funcionária perguntou sobre a quantidade de quartos, e como já era casado, tinha filho, e sua cunhada morava com eles, optaram por uma casa de três quartos.

Nesse período entregou toda a documentação e fez a inscrição. Valdo conta que nem sabia da existência do projeto até porque o fluxo sempre se deu do km 42 para o Rio de Janeiro, não tinha uma ligação com o km 52 onde está localizado o condomínio.

Valdo: E eu nem sabia do projeto Minha Casa, Minha Vida aqui e nem sabia que aqui já tinha sido construído esse projeto Minha Casa, Minha Vida. Eu não sabia que isso aqui existia, eu não sabia que isso aqui existia, até porque o meu trato era do [quilômetro] quarenta e dois pro Rio.

Como nesse período precisava melhorar a casa havia resolvido - na época em questão havia surgido o Construcard da Caixa - pegar esse financiamento. Já decidido a pegar o financiamento, ao ir para a Caixa conta que Deus havia falado com ele e o direcionado à subprefeitura.

Valdo estava no ônibus, voltando do trabalho quando em Parada de Lucas, dormindo lá trás acordou assustado porque o ônibus tinha batido num ressalto. Ao acordar, Valdo fala que Deus suscitou em seu coração que tinha que ir à subprefeitura. Então, saltou do ônibus, pegou a bicicleta porque ainda não tinha carro e foi até a subprefeitura. Chegando lá, era o último dia para levar o restante dos documentos para o projeto. Valdo pegou todos os documentos, foi ao cartório e conseguiu finalizar a inscrição, e afirma ter sido pela mão de Deus.

Depois os processos foram seguindo, a próxima etapa era a visita da assistente social, conta que sua antiga residência tinha água encanada, mas não tinha rede de esgoto e o solo era aquífero, o que tornava impossível fazer um sumidouro. Eles viviam praticamente ilhados, esgoto nos fundos, nas laterais, só tinha saída pela frente. Tinham muitos mosquitos, poeira, lama era “produto de sobra lá, quando chovia”. Passou por três enchentes e três vendavais, e por morar perto do valão sua casa sempre inundava, tinha que colocar os móveis no alto e, às vezes, reconstruir tudo novamente, era um lugar bem distante também.

A lama e a situação em que se encontravam sempre angustiaram Valdo e esposa, principalmente nos dias de domingo em que precisavam ir à igreja e ainda não tinham carro.

Valdo: A gente tinha que sair naquele barro, a gente ia pra igreja, quando não tinha carro a gente ia a pé, né? A gente ia a pé, sujava tudo, né? Você se sujava até na bicicleta, né? Quando chovia até na bicicleta era ruim, porque o paralama da bicicleta não é suficiente para segurar a lama toda que espirra.

Apesar de ter nascido e crescido naquela região hoje sente muito desgosto, e agora se sente abençoado com sua casa no MCMV, mesmo que o terreno seja bem reduzido, é bem agradável. Valdo conta que a adaptação ao condomínio não foi difícil porque eles encontraram algumas pessoas conhecidas, tinha ficado apenas uma saudade no início, mas hoje não existe mais, tem o objetivo de vender sua antiga casa para assim viver melhor, e terminar de vez o vínculo.

Valdo, tentou entrar na política e se filiou ao PSDC, hoje não é mais ativo e preferiu largar antes que “encontrasse um lobo mau” no caminho, e que esse foi um dos piores momentos da vida. Sua decepção política se deu porque a prefeitura não cuida de lá (do seu antigo bairro), recentemente havia visitado a região de carro e ficou atolado num buraco. Valdo se chateia por perceber que os moradores não se sentem ofendidos com a situação e não cuidam do lugar em que vivem. Ele chegou a arranjar um registro de latão todo trabalhado, e que era durável para passar a tubulação de água do bairro e se cuidasse duraria anos. Hoje, quando passa em frente, o latão está largado e enterrado na terra.

Valdo: Nós éramos muito abandonados pela cidade, eu arranjei um registro de latão. Parece que é uma coisa que não é durável, né? Mas o latão em si, trabalhado, ele é muito durável. E eu coloquei a tubulação de água lá do meu bairro e assim, falei “gente, cuida disso aqui, para isso aqui não acabar. Isso aqui dura anos se vocês cuidarem”. Hoje você passa lá o negócio está enterrado, no meio da terra, né? Você não cuida nem do que é seu.

Atualmente pretende ajudar onde mora do jeito que pode porque também é um lugar desprovido de serviços públicos, e ainda funcionam como se fossem uma “sociedade anônima”

Valdo: Quero ficar aqui e tentar ajudar aqui do jeito que eu posso, porque aqui também ainda é um local desprovido dos serviços públicos, né? Até porque nós somos reconhecidos como uma sociedade anônima, né? Então nós temos dificuldades do serviço público entrar aqui é... Não entra, né? E a gente tem muita dificuldade.

Valdo fala que “na verdade eles são um condomínio”, e por serem “condomínio, têm direito aos serviços públicos”. Mas o lixeiro só entra devido à insistência de alguns, os correios não entram no condomínio e eles não recebem suas correspondências, precisam ir até a central para retirá-las.

Dayana: mas uma sociedade anônima, como assim?

Valdo: é na verdade nós somos um condomínio, né?

Dayana: sim.

Valdo: nós somos um condomínio SA, então nós não temos direito à serviços públicos, né?

Dayana: ah foi por que foi decretado como condomínio, né?

Valdo: isso. Então nós não temos direitos aos serviços públicos. É, hoje o caminhão de lixo entra aqui, mas por insistência de alguns, né? Os correios não entram aqui, nós não recebemos correspondência, né?

A fala de Valdo sobre condomínio mostra a polissemia do termo condomínio e a desvalorização que isso acarretou no Jardim Margarida. Mesmo precisando de alguns serviços públicos, conta que morar no condomínio é muito mais agradável e se sente muito bem morando ali. Precisou trocar de igreja após 14 anos por conta da distância, e hoje congrega numa igreja no bairro mesmo e sua vida está centrada em Seropédica e seu ciclo de amizades é ali.

Perguntei o que mais gostava no condomínio, afirma que gosta da paz que tem ali, “apesar de morar de um lado de uma barraca que tem aqui, né? Que tem karaokê, mas eu sinto, eu tenho muita paz aqui. ” Valdo conta com muita alegria sobre sua moradia e a vida no lugar em que está, hoje tem coisas e serviços públicos que não tinha, ainda que saiba que falta muita coisa, e também saiba dos problemas sociais e que eles não estão sanados.

Valdo: Aqui eu tenho a minha paz interior e eu tenho a minha paz em virtude que eu tenho uma água pluvial, possivelmente eu não vou passar problemas de enchentes aqui. Eu tenho a minha ligação hídrica bem-feita, eu tenho um asfalto para trafegar. Deus deu condições de a gente comprar um carro melhorzinho. Então essa inquietação que existia lá pelos problemas sociais, hoje já está meio sanado aqui. Não está totalmente, mas de qualquer forma eu posso ir ali pegar uma correspondência. Eu não tenho essa inquietação mais, então eu estou num local onde cumpre as minhas necessidades. Então eu estou aqui e o que eu gosto daqui é essa paz que eu tenho aqui, ainda que tenha os problemas de outro lugar, né? Que às vezes é uma venda de um tóxico que pode ter. Às vezes é um ponto de prostituição que pode ter, porém eu estou em paz aqui, sei que isso é um problema social e que talvez nunca vai ser resolvido, porém cada um nos seus determinados pontos e a gente vai vivendo dentro de uma sociedade. Isso aí para mim é muito importante, né? E mais do que nunca, né? Ver minha família um pouco feliz, né? Então foi assim, foi interessante. Eu gosto muito de estar aqui, gosto muito.

Valdo expõe que para ficar 100% precisaria da totalidade de serviços públicos, e a consciência dos próprios condôminos que não cumprem suas obrigações. O descumprimento das obrigações é algo que o frustra. Conta que por ser um condomínio necessitava-se de uma taxa condominial que foi estipulada pela própria CEF, mas as pessoas não pagaram, tinham um síndico e hoje não tem mais, mesmo com todo estatuto, toda documentação, não é possível fazer nada quando só 10% contribuem, até parou de pagar depois de um tempo, pois não via nada acontecer.

Valdo: você não consegue pagar porteiro, porque se tem um porteiro, a moto do correio encosta ali e entrega ao porteiro e o porteiro distribui. Eu falo isso porque já fui porteiro, né? Então é... A falta de consciência das pessoas é... Me leva a ver assim, uma deficiência, né? Muito grande. E essa falta de consciência, de compromisso de alguns, em algumas situações influenciam outras pessoas, e às vezes a administração não profissional, ela também acaba na verdade ajudando, né? Porque é... A gente também contribuiu aqui no começo, né? Com a mensalidade que iniciou em trinta e três reais, porém nós não víamos nenhum serviço ser executado. Então isso tudo foi desestimulando a gente. Então a gente parou até de pagar também, né? Se fosse contar hoje, eu estaria em débito, né? Também motivado por uma situação que eu não via acontecer. Nunca vi acontecer nada aqui. Eu nunca vi acontecer nada aqui.

Ele compara com a prefeitura e o IPTU, quando você paga e não vê o retorno. A falta de consciência é algo que o entristece bastante, para demonstrar a falta de consciência dos seus vizinhos me conta uma história sobre uma árvore que havia plantado, que as frutas não param no pé, e que isso talvez se devesse pela falta de instrução, de capital e de cultura da vizinhança.

Valdo: Que essa falta dessa consciência me incomoda bastante, né? E interessante, deixa eu contar uma história rapidinho aqui para você?

Dayana: claro.

Valdo: eu plantei um pé de noni ali na frente.

Dayana: o que é noni? Eu não sei.

Valdo: noni é uma fruta que algumas pessoas, empiricamente dizem que ela tem o poder de curar algumas doenças e inclusive o câncer, né? E ela está sendo vendida hoje, acho que o lote com três, está vendendo a quinze reais nas feiras livres, né? É se faz o suco. Normalmente as pessoas estão tomando com suco de uva. Ela tem o cheiro muito forte e aí disseram para mim assim “e rapaz! Você plantou isso no lugar errado”. Eu falei “cara, não me importo muito, tá.” É mais para ter um arbusto, né? Dar uma sombra. E se as pessoas fossem mais educadas, se tivessem um capital maior, um grau de instrução maior, eles deixariam esse pé de noni vingar. O pé de noni está ali, as frutas é que não param. A gente dá, né? Mas eu não esquento a cabeça porque a gente sabia desse fator, né? Então assim, essa falta de cultura às vezes de alguns, acaba incomodando, né?

Valdo, apesar de dizer que nada mais o incomoda, conta que não tem muito relacionamento com o condomínio, e não tem uma relação interpessoal com os vizinhos, que os conhece pelo trabalho e pelas atividades que exerce.

Valdo: Nada mais, aqui dentro do condomínio nada mais me incomoda. Eu sou bem é... não tenho muito relacionamento, né? Interpessoal aqui dentro, mas conheço algumas pessoas, até pelo meu trabalho, pelas minhas atividades, mas não tenho esse relacionamento interpessoal.

Valdo conta que não tem dificuldades de adaptação, é um cara bem rústico, se “faltar colchão deita no chão, se não tiver comida come farinha e bebe água”, que talvez a maior diferença sentida foi ter saído da sua antiga Igreja onde cresceu, e onde puderem lhe proporcionar muitas coisas, desde a primeira bicicleta, o primeiro carro, o trabalho de vigia, e suas amizades, que sem dúvida essa foi a maior diferença: procurar uma igreja mais perto.

Valdo: sou um cara meio rústico, eu não tenho dificuldades de me adaptar. Eu não tenho problemas. Eu digo, eu costumo sempre dizer para os meus colegas,

né? “Cara, se faltar o colchão eu durmo no chão”. Se só tiver farinha eu como. Bebo água só para ajudar a descer e depois a gente ver no que dá. Eu não tenho isso, então tipo assim, eu não senti. Talvez a diferença maior foi a distância da igreja, da congregação. Porque lá eu era muito ativo, né? E quando eu entrei, eu vim para cá, eu tive que encerrar algumas das minhas atividades. Essa foi a maior diferença [...] então eu não senti, não senti diferença. Não foi muito, a diferença maior foi essa mesmo.

Para Valdo o condomínio não é longe, contou que durante toda sua infância precisava andar duas horas por dia para comprar garrafa de pinga para sua avó, e no seu caso a distância não é nenhum problema.

Para mim não é longe, porque... E aí vou te responder por que. Porque eu andava quatro horas por dia para chegar num determinado lugar. Eu brinquei, né? De andar na viação canela... vou te contar só uma historinha para você. Para eu comprar uma garrafa de pinga para minha avó, minha avó era alcoólatra, eu andava em média duas horas a pé para eu comprar garrafa de pinga para minha avó e não era nem para comprar comida.

Devido a isso e toda sua trajetória não enxerga o condomínio como longe do centro, afirma que por ter um carro tudo facilitou, mas também vai ao mercado de Seropédica sem a menor dificuldade, que essas “lamúrias” não surtem nenhum efeito, pois andava duas horas para comprar cachaça, ou banha de porco para a avó cozinhar, deste modo, a distância do condomínio para o centro não tem peso nenhum. Valdo fala com alegria sobre poder fazer uma compra de 500 reais no mercado, e poder comprar um iogurte.

Talvez quando eu tiver bem velhinho, que os meus moedores faltar, a força dos meus braços se esvair, que aí é cansaço é fato, talvez eu possa sentar numa mesinha e começar a reclamar, mas hoje não. Ou de ônibus ou de carro, pesado ou leve, longa distância ou pouca distância, para mim é a mesma coisa. “Ah, você sente diferença?” É claro que eu sinto, eu sou humano. Se eu andar dez quilômetros de carro é uma coisa, se for a pé é outra. Sentir eu sinto, porém para mim não é problema. [...] hoje eu posso ir no mercado, né? E fazer uma compra de quinhentos reais. Comprar duas latas de óleo, comprar o iogurte, o Neston e sei lá mais o que dele. Pô cara, eu venho de um tempo onde eu ia no mercado, andava duas horas a pé para comprar cem gramas de banha de porco para minha avó. Cem gramas de banha de porco para minha avó cozinhar, e cem gramas de pó de café. Eu vou reclamar de que cara? Então eu não tenho do que reclamar, pronto, para mim é assim: “Aí tá, mas,” Mas nada cara. Não tem mas!

A trajetória de Valdo ao mesmo passo que se assemelha com a de Pedro, se distingue dele. Aproximam-se, pois ambos estão melhores do que estavam na infância e adolescência, e pela luta que todos os dois enfrentaram até chegar onde estão hoje, pela figura do “batalhador”. Distanciam-se na satisfação com o condomínio, enquanto um ainda vê mais os problemas do que os benefícios, o outro fala com enorme felicidade, mesmo diante dos problemas enfrentados sobre sua moradia. Mais uma vez, as trajetórias dos moradores mostram ângulos diferentes da precariedade, mas que parecem apontar um mesmo caminho, as lacunas ainda presentes no direito à moradia.

O que os conflitos no condomínio e (falta de) sociabilidade parecem transparecer, são problemas ocasionados após a habitação do condomínio, desde o inacabamento da construtora com obras fundamentais como o esgoto, a instalação de equipamentos e serviços públicos como a falta de um agente social que sanasse os conflitos de vizinhança

e os conflitos resultantes de uma ausência de convivência prévia, acarretados pelo barulho e discussão entre vizinhos, os problemas estruturais e de convivência se somam.

Transparece-se, portanto, da sociabilidade do condomínio, dos conflitos vivenciados, e das trajetórias dos moradores, uma “gestão das precariedades” (RIZEK, 2002) e de conflitos ocasionados pela convivência. Os dados da cidade em questão e seus déficits mostram as dificuldades de implantação do PMCMV nas suas bordas resultantes de um crescimento periférico em novos moldes.

A partir das trajetórias dos moradores e da situação vivenciada por estes podemos perceber um *continuum* variado de diferentes graus de liminaridades e precariedades. As dificuldades de implantação do condomínio popular pela empreiteira com o inacabamento de algumas obras fundamentais para a instalação do condomínio se somam aos conflitos em torno da vizinhança e sua convivência. O que parece transparecer dessa situação são os problemas relacionados ao pós-ocupação do condomínio, com as dificuldades de convivência, da instalação de equipamentos públicos e de serviços e com os relacionamentos de vizinhança atravessados por conflitos diversos acarretados pelo barulho, pelas precariedades do condomínio e pela ausência de algum tipo de convivência prévia entre os moradores.

3.4 – O Longe e o Perto: Distância Estrutural, Efeito de Lugar e Heterotopias

Os programas habitacionais brasileiros são comumente conhecidos pela sua localização que, na maioria dos casos, é distante da infraestrutura urbana, escolas, postos de saúde, supermercados, farmácias etc. A produção habitacional brasileira é marcada pela falta de acessibilidade. A construção dos empreendimentos fica ao sabor do mercado, fazendo com que esse seja o fator determinante nas escolhas dos lugares onde se construirão as unidades habitacionais. Em outras palavras, não são os órgãos públicos que escolhem a localização das moradias, é o mercado quem define onde estas vão se localizar. Repete-se, então, aquela velha política patrimonialista de administração do solo, mesmo que o edital do programa preveja que os empreendimentos devam estar inseridos nos tecidos urbanos. (MARICATO, 2009).

No caso analisado não é muito diferente, a distância física do condomínio para o centro da cidade não é grande, o que se vê, é uma distância social, aquela mesma distância apontada por Bourdieu (1997). A distância no caso analisado, e as queixas dos moradores, se dá pelo deslocamento a pé para o centro e sua dificuldade de locomoção, uma vez que, tal deslocamento tem que se dar pela beira da estrada, sem acostamento, sem ciclovia, ou qualquer tipo de sinalização ou iluminação. O condomínio fica a dois pontos do centro da cidade, porém é o deslocamento a pé o dificultador desse trajeto.

Pedro: Só é assim, distante de tudo. Entendeu? Tem que ter um carro, né?
Também. Você fica dependendo de carro, mas é legal também, porque fica muito perto do ponto... do ônibus ali, entendeu?

Pedro, um dos entrevistados, afirma que a construção de uma ciclovia era prevista para melhorar o acesso ao centro, mas que a obra está parada. Ele conta que na volta para casa à noite, usa roupas refletivas e encontra muitas pessoas no caminho, mas nem todos podem pagar por uma roupa assim ou ter uma bicicleta, e o preço da passagem pesa no orçamento dos mais pobres. Vale lembrar, que o empreendimento é para aqueles alocados na faixa de 0 a 3 salários mínimos.

Pedro: Previa uma ciclovia, uma faixa, e justamente ia facilitar o acesso das pessoas do condomínio ao centro. À noite, às vezes, eu vou pra casa até dez e meia da noite, do treino da academia eu vou à igreja, existe um tráfego de... de bicicletas pelo acostamento, de pessoas até a pé, intenso! Inacreditável! E eu uso roupas refletivas, mas a maioria das pessoas, não! É perigosíssimo! Entendeu? Porque as pessoas também não têm recursos, como disse, elas tinham uma vida aqui no centro. Elas foram pra lá e nem sempre elas têm um real e cinquenta centavos. [...]

Me parece, nesse projeto da Dilma, isso tudo estava previsto, mas em função dessa crise do governo a obra já parou e me parece que não acontecerá. Acidentes acontecem como constantes, né? A gente continua sem o ponto lá, e isso você vai ouvir de todo mundo. A luz ali na frente é precária demais, a minha sugestão era até que de repente iluminasse até o quilômetro cinquenta e dois, porque existem postes. Às vezes tem eventos culturais ali na casa de cultura, as pessoas vêm a pé, e naquela escuridão ali. São sete postes só que falta iluminar... pra chegar até o quilômetro cinquenta e dois...

O caso analisado demonstra como as distâncias sociais podem influenciar diretamente no pensar dos indivíduos sobre as distâncias e proximidades. O condomínio fica a mais ou menos 3km do centro, quatro minutos de carro do hospital, dos correios, dos supermercados, a dois pontos de ônibus. O que não é uma distância significativa se formos pensar no físico, entretanto, se levarmos em conta, o social, seja o isolamento dos equipamentos urbanos, o preconceito dos moradores de Seropédica para com os moradores do condomínio e a dificuldade do deslocamento a pé, tornam essas distâncias bem maiores.

Para ilustrar melhor o caso analisado, busquei através do Google Maps medir a distância entre o condomínio e os principais equipamentos públicos e os comércios mais próximos:

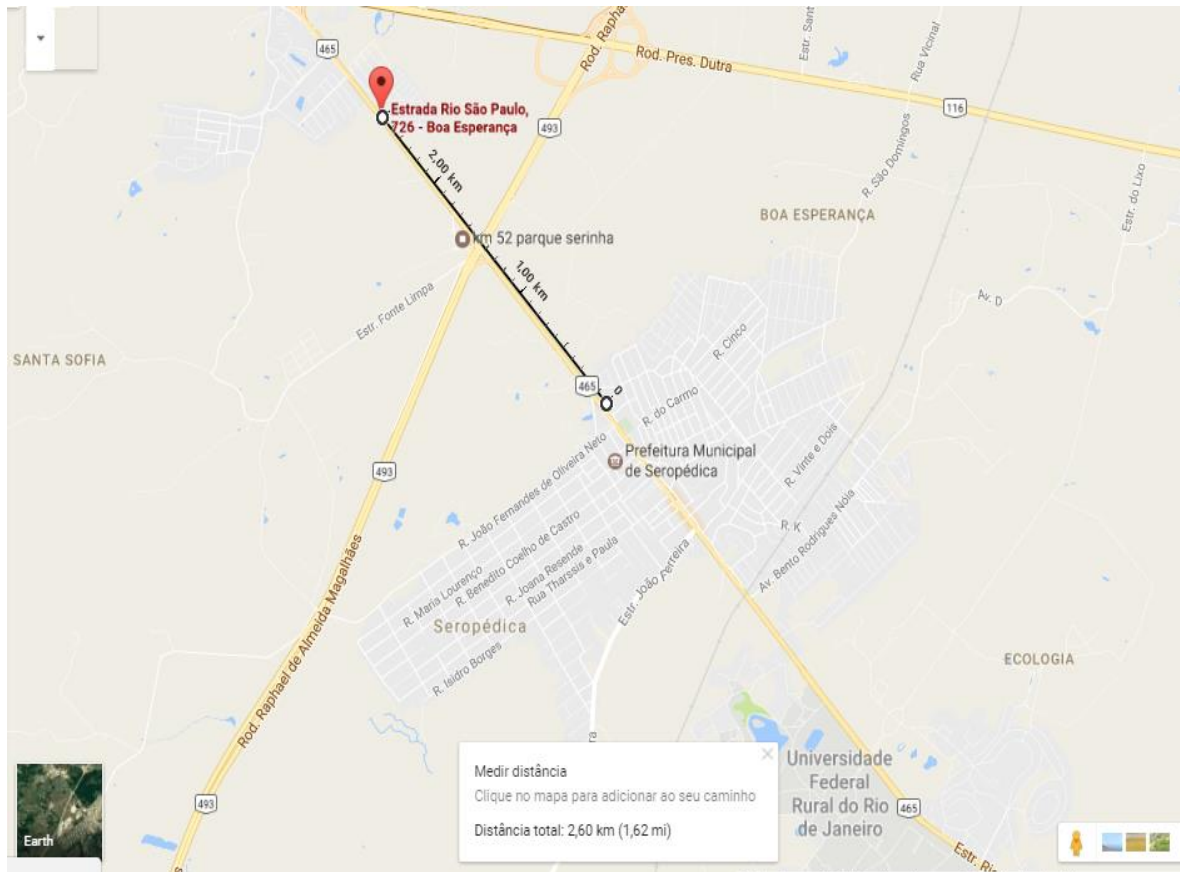


Figura16 - Distância física do condomínio ao centro mais próximo

Na figura acima é possível ver também, além da distância a ser percorrida, o isolamento do condomínio para o centro, enquanto no centro pode-se ver um emaranhado de ruas, o caminho até chegar ao condomínio é marcado por um enorme vazio.

Pensar proximidades e distâncias num espaço são sempre uma questão para as Ciências Sociais, desde autores clássicos como Evans Pritchard, até os mais contemporâneos como Bourdieu. E ao pensar a cidade e os estudos urbanos essa questão torna-se ainda mais valiosa. Uma vez que, há comunidades próximas, mas “socialmente distantes”. (BOURDIEU, 1997)

A apropriação do espaço em lugares mais ou menos desejáveis não é uma característica intrínseca das sociedades contemporâneas, a boa ou má localização de moradia é algo anterior. O distanciamento ou a proximidade de uma determinada região se dá muitas vezes pelo poder e pelos valores que cada grupo social tem, sejam simbólicos, econômicos ou culturais.

A localização que hoje é desejada perto de lugares bem servidos dos equipamentos públicos, anteriormente se dava pela proximidade de certas áreas no meio ambiente, como a água, por exemplo. Porém, ainda que a organização do espaço no território nativo, nos Nuer, citando caso análogo, se estabelecesse de acordo com o meio ambiente, eram as relações sociais que ditavam as regras.

"A comunidade de uma aldeia que tem água permanentemente disponível em suas proximidades está numa posição muito diferente daquela que tem que viajar durante a estação seca para obter água, pastagens e pesca. Um cinturão de tsé-tsé cria uma barreira intransponível, estabelecendo grande distância ecológica entre os povos separados por ele (...) e a presença ou ausência de gado entre os vizinhos dos Nuer determina, da mesma maneira, a distância ecológica entre ele e os Nuer (...). A distância ecológica, neste sentido, é uma relação entre comunidades definida em termos de densidade e distribuição, e

com referência à água, vegetação, vida animal e dos insetos etc." (EVANS-PRITCHARD, 1993, p.122)

O espaço ecológico ao qual Evans-Pritchard conceitua, nada mais são do que os aspectos geográficos selecionados para a disposição e organização das aldeias. Ao mesmo tempo que a vegetação, a água, a vida animal são critérios para a posição das aldeias dentro do território nativo, as distâncias entre esses pontos definem o posicionamento entre os grupos sociais.

Nos termos de Evans Pritchard (1993), trata-se aqui de uma distância estrutural expressa em termos de valores, a distância entre grupos de pessoas dentro de um sistema social. Ao estudar os Nuer, Evans Pritchard demonstrou como a natureza de uma região determina a distribuição das aldeias, e a distância entre elas, contudo são os valores que limitam e definem a “distribuição em termos estruturais e fornecem um conjunto diferente de distância. (EVANS-PRITCHARD, 1993, p.123)

Levando para os dias atuais, a proximidade ou distanciamento dos bens desejáveis são também fatores que estabelecem poderes simbólicos. O isolamento, por exemplo, das unidades habitacionais do PMCMV, se dá em conformidade com a falta de capital. Os grupos sociais detentores destes capitais é quem ditam a organização do espaço, podendo desta maneira manter longe ou próximo coisas e pessoas indesejáveis.

As falas dos moradores são permeadas por: “Aqui poderia ter um comércio”, “falta um hospital”, “disseram que tínhamos uma creche”, “às vezes queremos comprar um pão, e tem que esperar a boa vontade do padeiro de passar aqui”, “para fazermos qualquer coisa tem que ir lá para fora”, “tudo tem que pagar passagem”. O isolamento deste grupo social dos equipamentos públicos é marcado pelo “efeito do gueto”, diferente do “efeito de clube”, que reúne pessoas e coisas desejáveis, o “efeito do gueto” é o contrário disso.

O efeito de gueto é o inverso exato do efeito de clube: enquanto o bairro chique, funcionando como um clube fundado na exclusão ativa das pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes, o gueto degrada simbolicamente seus habitantes, ajuntando em uma espécie de reserva um conjunto de agentes que, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, só partilham de sua comum excomunicação. Além do efeito de estigmatização, o ajuntamento, em um mesmo lugar, de uma população homogênea na despossessão tem também por efeito redobrar a despossessão, notadamente em termos de cultura e de prática cultural (assim como, inversamente, ele reforça a prática cultural dos mais abastados). (BOURDIEU, 2013, P.167)

Pensar o espaço e as suas apropriações, traz consigo não só termos estruturais, como simbólicos, o lugar ocupado pelos indivíduos na cidade permite várias formas de se pensar o espaço seja físico e/ou social.

A localização do espaço pode trazer consigo ganhos ou perdas de categorias, sejam elas de localização, de posição, ou de ocupação. Seria ganho de localização, todo aquele indivíduo e proprietário que tem sua moradia perto dos equipamentos urbanos, sociais e culturais desejados. Todo aquele indivíduo que se encontra distante destes, tem por si só perdas. (BOURDIEU, 1997)

Ganhos de posição de classe referem-se à apropriação de lugares que são dominados fisicamente ou simbolicamente, por classes superiores. Ou seja, quando a classe dominante “permite” que aquele grupo que não faz parte do mesmo capital cultural e simbólico, usufrua do poder simbólico que tal classe social emana. Perda se daria ao

contrário disso, quando um grupo social se apropria de um espaço o qual não detém valor simbólico alto, ou seja, um endereço sem prestígio. (BOURDIEU, 1997)

E por fim, ganhos de ocupação são decorrentes da dominação do espaço pelas classes dominantes que através dessa apropriação mantém “à distância as pessoas e as coisas indesejáveis, ao mesmo tempo em que se aproxima de pessoas e coisas desejáveis” (BOURDIEU, 1997, p.164). A detenção desses espaços se dá pela acumulação de capital econômico, social e simbólico e o acesso a estes lugares “privilegiados” se dá pela capacidade que os detentores do poder econômico, social e simbólico tem de possuir/dominar tais espaços, essa luta pela apropriação do espaço é também a luta pela acumulação de capitais.

Nos termos de Bourdieu:

A proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garantem a frequência a lugares bem frequentados. A posse de capital assegura, além disso, a quase ubiquidade que torna possível o domínio dos meios de transportes e de comunicação - e que é muitas vezes repudiada pelo efeito da delegação, poder de existir e agir à distância através de um preposto. ” (BOURDIEU, 1997, p.164)

Ou seja, a proximidade no espaço físico, não basta para a apropriação de um espaço social-simbólico, é necessário que antes tenha a posse de capitais. Aqueles que não possuem tais capitais são mantidos à distância, seja fisicamente ou simbolicamente, dos bens que são socialmente desejáveis e raros. A medida que o capital dá aos seus detentores ganhos, e mobilidade no espaço; os desprovidos destes são condicionados as perdas e a falta de mobilidade. Em outros termos, para os possuidores de capital, cabe-lhes a apropriação de lugares desejáveis, enquanto aos desprovidos, resta somente os lugares de “desvalorização social”. Esse efeito de lugar somente é positivo quando se refere aos ganhos daqueles que são possuidores de capital, quanto aos desprovidos, tal efeito reforça as posições de dominante e dominado. (RIBEIRO, 2008)

Na pesquisa de campo, tornou-se claro, que os moradores sentem essas perdas, em todos os sentidos, de localização por estarem distantes dos bens desejáveis e dos equipamentos urbanos, de posição, pelo endereço não ser prestigiado e haver muito preconceito com quem mora lá, e de ocupação, por manterem longe “coisas e pessoas indesejáveis”.

Pedro: “ Mas tem muito preconceito, de falar que mora lá, né? Tem muita gente que nem nunca foi lá, pensam que lá é perigoso, tem medo de entrar”.
“Só é assim, distante de tudo. Entendeu? Tem que ter um carro, né? ”

Miguel: “lá é impossibilitado de quase tudo, porque tudo que você vai fazer, você chega a gastar passagem. Você tem que vir aqui fora”.

“Uma vez eu estava indo para casa, pra lá, aí eu estava dentro de uma Kombi aí um rapaz falou para o motorista [...] o rapaz que estava no carona do motorista falou assim “aí, para parar aqui tem que piscar o farol, porque aqui só tem bandido!” Na mesma hora eu falei assim “você está fazendo merda, está falando merda! Porque você não pode falar alguma coisa que você não sabe”.

Joana: existe um preconceito muito grande, tudo de ruim que acontece [em Seropédica] é o pessoal das casinhas, aqui [para eles] é casinha, favelinha, Carandiru.

Um mesmo lugar pode ter valores diferentes, um mesmo bairro, um mesmo condomínio, os valores podem variar seja pelo posicionamento, pelas coisas, ou pessoas. Uma fala de Pedro, pode elucidar melhor isso: “É uma coisa muito estranha assim, é diferente. Ali é um local diferente. De uma rua para outra, parece outro mundo! É um negócio incrível! De uma rua para outra. De um condomínio para o outro!”

As narrativas dos entrevistados sobre o espaço demonstram a noção de heterotopia de Foucault, de um lugar justaposto, que ao mesmo tempo é acionado como o lugar longe de tudo, “impossibilitado”, aciona-se também a defesa deste como quem diz: “Pera lá, não vai falar mal da minha casa não”, “só quem pode falar mal sou eu”. De um lugar violento, como também um lugar que é fresco, que os passarinhos cantam.

O que o campo parece apontar é que tais espaços, em certa medida, são heterotópicos, ou seja, são “espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis” (FOUCAULT, 2009, 415), há muitos desdobramentos, e podem ser acionados de diversas formas. Seja o lugar de moradia, seja “as casinhas”, seja o condomínio, seja o conjunto habitacional, seja um lugar de conflitos ou de paz. Eles não são só físicos, ou só social, estamos numa “época da simultaneidade, estamos na época da justaposição, a época do perto e do longe, do lado-a-lado, do dispersivo.” (FOUCAULT, 2009, 413)

O espaço ocupa o lugar da extensão, que anteriormente tinha se colocado no lugar da localização, o espaço é hoje definido pelas relações de proximidade ou distanciamentos de pontos ou coisas. (FOUCAULT, 2009). O espaço, por muitas vezes, é em si mesmo heterogêneo.

Fica evidente, portanto, que o distanciamento que os moradores sentem é muito mais simbólico do que físico, simbólico no sentido em que a distância física por não ser significativa, se dá pelo afastamento que os moradores se encontram dos equipamentos públicos e urbanos, pela dificuldade do deslocamento a pé, pela falta da ciclovia e de iluminação, pela segregação, pelo “efeito de gueto”.

3.5 – Particularidade Do Campo: O PMCMV em Seropédica Não é Remoção

A cidade do Rio de Janeiro sempre foi alvo de políticas de remoção (VALLADARES, 1978, 1980, 2005; SANTOS JUNIOR et al, 2012; COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPIADAS; GALIZA;VAZ; SILVA, 2014)⁴⁹, e tais políticas não tem um passado recente e tampouco estão ligadas intrinsecamente aos megaeventos sediados na capital, embora este tenha sido um fator relevante para tal.

A formação social e excludente, entronizada na própria formulação de políticas públicas, que ao invés de horizontalizar a sociedade, a verticalizava ainda mais. Haja

⁴⁹ Segundo o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, organizado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 1.860 famílias já haviam removidas, e 5.325 estavam ameaçadas a remoção.

vista, o Rio de Janeiro que foi marcado por campanhas de “higienização”⁵⁰, onde somente os ex-escravos e os trabalhadores pobres eram o alvo dessas políticas públicas, que culminava com a expulsão desses sujeitos das áreas centrais. Para assegurar seu direito à moradia, pré-condição de enraizamento à cidade, sobrava-lhes ocupar os pântanos e as encostas. (VALLADARES, 2005)

Ao lado desses juntaram-se parte dos imigrantes, recém-chegados, que por serem considerados bons para o trabalho, tinham melhores condições que os ex-escravos, ainda que fossem designados para trabalhos mais pesados. Contudo, boa parte dos primeiros trabalhadores não foi incorporada ao mercado de trabalho formal e, certamente, sobreviveram a cada dia acionando e recriando experiências acumuladas de enfrentamento à cidade negada. (LIMA, 2009)

Grande parte desses trabalhadores aglutinou-se nas primeiras favelas e, aos poucos foram transformando o barraco em casas de alvenaria. Os esforços coletivos para que a favela continuasse a existir e/ou desfrutasse de uma infraestrutura mínima levou à organização de associações de moradores, canal por meio do qual os representantes dos moradores se relacionavam com o poder público. Parte destas reivindicações foi posteriormente absorvida pelo Estado que, pelas mãos de seus representantes, passou a acionar mecanismos clientelistas para escolher as favelas beneficiadas e, algumas vezes, os beneficiados na favela. (LIMA, 2009)

As alianças políticas em níveis federal, estadual e municipal, se somaram aos investimentos da iniciativa privada no Rio de Janeiro, diante de um contexto truncado e de um conjunto peculiar, que envolve uma gama de atores e instituições, esses processos tão complexos têm afetado diretamente as políticas urbanas e habitacionais. (PAIVA, 2014).

As intervenções do Estado na malha urbana têm gerado processos de expulsão da população, principalmente ou quase que exclusivamente das camadas mais baixas, essas intervenções não somente afetam o direito de moradia, como também afetam o mercado imobiliário, como assinala Vera Rezende:

Qualquer intervenção do poder público sobre o espaço, como, por exemplo, na alocação de infraestrutura em uma área carente, elevará o valor da terra naquele local, expulsando a população que aí vivia, que será substituída por outra de mais alta renda. A população deslocada capitalizará na troca o valor acrescido, mas não usufruirá da melhoria. E nem sempre as tentativas do poder público se preocupam em minimizar os conflitos. Algumas vezes, os planos agem enfatizando as desigualdades sociais, alocando equipamentos e infraestrutura em áreas já ocupadas por uma população de alta renda, aumentando ainda mais o valor da terra no local. (REZENDE, 1982, p. 21)

A apropriação das terras de forma justa e equilibrada não é uma tarefa fácil, precipuamente por se tratar de moradia, mesmo que essa seja uma condição aparada pela Constituição Federal, a moradia no Brasil sempre esteve em uma posição subalterna nas agendas políticas. (PAIVA, 2014)

Os recursos públicos no Rio de Janeiro têm se dado geralmente no contexto das “revitalizações” das áreas urbanas e dos centros históricos, como também na “modernização” de áreas centrais, nos grandes projetos urbanos e megaeventos. Se por um lado, há no Rio de Janeiro, uma especulação imobiliária, e a gentrificação do território, por outro lado cresce o número de despejos e remoções.

⁵⁰A Reforma de Pereira Passos visava “deixar Rio com cara de Paris” <http://educacao.globo.com/artigo/reforma-urbanistica-de-pereira-passos-o-rio-com-cara-de-paris.html>. Acessado em 03 de Março de 2017

Diante deste cenário, o poder público buscou através do PMCMV, braço federal financeiro, viabilizar as remoções.⁵¹ O PMCMV ficou comumente conhecido no RJ por ser o braço do Estado para viabilizar remoções, gerando aos moradores apenas duas saídas ou eram indenizados ou iam para um condomínio do PMCMV.⁵² O que acontece é que muitas vezes essas famílias removidas são alocadas em lugares distantes de onde moravam, drama que interfere diretamente na vida dessas pessoas como mostra a reportagem do jornal O Dia, onde o ex morador de Japeri, tem um enredo mal resolvido após sua mudança para um conjunto em Campo Grande.

Em frente a esse contexto de remoções e sua ligação quase que direta com o PMCMV, durante a pesquisa de campo, procurei saber de onde os moradores vinham e, para meu espanto, a maioria deles é propriamente de Seropédica. Aqueles que não moravam em Seropédica tinham alguma relação com o município, seja um amigo, um parente, ou mesmo trabalhavam na cidade. Nenhum dos meus entrevistados foi alocado no condomínio em virtude de alguma remoção forçada ou não tinham algum vínculo com a cidade. O condomínio analisado se mostra diferente da grande parte da literatura e do noticiário. O plano habitacional e o pedido do MCMV em Seropédica se deram por conta do próprio déficit do município. Alguns moradores contam que vieram pessoas de várias regiões - não sei se não consegui abarcar essas pessoas, mas mesmo em conversas informais pelo condomínio durante a pesquisa de campo, não encontrei qualquer pessoa que estivesse aleatoriamente no condomínio.

Todos dos entrevistados tinham algum vínculo com Seropédica, sejam nascidos na cidade, moradores, ou mesmo aqueles que tinham amigos e parentes, ou trabalhavam na região.

Dayana: Você tem 31 anos, é inspetora daqui e trabalha aqui desde 2007 né?
E, você sempre morou em Seropédica? Você nasceu aqui mesmo?
Gabriela: Sim, sempre morei em Seropédica e nasci aqui mesmo.

Dayana: Queria saber como você chegou em Seropédica? Vilma: Então, eu cheguei em Seropédica porque minha irmã morava aqui no 49, aquela que comprou o terreno. Quando eu vim com minha irmã, ela já não morava lá na Ilha do Governador, aí eu vim e fiquei com ela.

Roberta: “Eu sempre morei em Seropédica, casei com 18 anos e morei com meu ex marido na casa dos meus pais até 24 anos. [...] conheci meu atual marido na prefeitura fiquei grávida e fui morar no condomínio porque queria casar, “quem casa quer casa”.

Joana: Cris: e nasci em Belford Roxo
Edson: então você é aqui da Baixada?
Joana: eu fui criada aqui em Seropédica, eu vim pra Seropédica com um ano e meio.
Edson: ah então você conhecia a cidade e tal?
Joana: é porque minha família era daqui os meus avós eram daqui. Aí meus pais se separaram eu tinha um ano e meio aí eu vim morar aqui desde então. Só saí de onde eu morava pra vir pra cá.
Edson: aí você morou em Seropédica toda infância?
Joana: é, a vida toda

⁵¹ Ver: <https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/rj-moradores-retirados-de-favela-serao-cadastrados-no-minha-casa-minha-vida,52198a7cb5873410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>

⁵² Ver: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-14/brt-remove-194-familias-do-recreio-sem-necessidade.html>

Poderia citar muitos outros trechos de entrevistas, como também a trajetória de Pedro e Valdo, que nasceram na cidade, saíram, e depois retornaram, pois, todos os entrevistados, tinham de algum modo, um vínculo com a cidade.

A política habitacional de Seropédica foi pensada para sanar o déficit do município, como aponta o PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social). Diferente de muitos condomínios construídos do MCMV, a cidade em questão buscava tratar dos próprios problemas – pelo menos é o que indica.

De acordo com o Plano Diretor de Seropédica, a Política Habitacional tem por objetivo reduzir o déficit de moradias, melhorar as condições de vida e habitabilidade, especialmente da população de baixa renda, inibir a ocupação desordenada em áreas de risco ambiental, oferecer alternativas e garantir o atendimento das funções sociais da cidade e da propriedade. (KAL, 2012, p.23)

A ex síndica do condomínio afirma que para habitar é necessário, previamente, pelo menos no plano da secretaria de habitação, ser morador de Seropédica.

Joana: teve muita gente que veio de fora, mas que trabalhava dentro do município.

Edson: ah tá, ou tem parente aqui?

Joana: parentes que trabalham no município.

Joana: então quer dizer, de algum modo pra tá aqui a pessoa tinha que ter alguma relação com a prefeitura, ou alguma relação com alguma família daqui do município, ou não? Tem alguém completamente que vem de fora daqui?

Joana: de fora, de fora, só quem tinha relação com alguém da prefeitura.

Edson: ah tá, de fora, de fora tinha que ter alguma relação com a prefeitura.

Então a princípio o critério para ser selecionado era ser daqui do município?

Joana: o que deveria, deveria ser do município. Por ser o primeiro projeto dentro do município pelo que o secretário de habitação ele me explicou.

Que foi o caso da Débora que veio por causa da mãe dona Dulce, do Miguel que conhecia muitas pessoas no município, entre outros entrevistados.

Miguel: Aí voltei para Seropédica de novo. Como eu tenho um conhecimento com as pessoas aqui de Seropédica, algumas pessoas, assim de empresas. Aí arrumei um serviço e comecei a trabalhar. [E agora estou] morando sozinho de novo.

Em uma conversa com Valdo, também pergunto se foi difícil a adaptação, e qual tinha sido o maior impacto por sair do bairro onde morava. O construtor conta que a adaptação não foi difícil, pois encontrou muitas pessoas conhecidas.

Dayana: Você lembra do seu impacto [em sair de lá]? Com os problemas que tinha, de esgoto, mas que era realmente um lugar que você viveu a vida inteira, [como foi] para você vir para cá, apesar de ser na mesma cidade, mas que era com pessoas que você, não conhecia né?

Valdo: é na verdade. [...] na verdade assim, não foi muito difícil a adaptação, porque a gente encontrou algumas pessoas conhecidas aqui.

O projeto original da prefeitura era, portanto, levar somente pessoas da cidade para morar no condomínio, o que não impediu que pessoas de fora, fossem habitar nessas unidades sem passar pelo crivo do Programa. Assim, nos conta Pedro:

Quando quebrou essa perspectiva original, aí filhinha... desordenou. E muitas pessoas saíram, venderam suas casas, chegaram muitas pessoas novas. Então tem muitas pessoas desconhecidas lá, também que a gente não conhece. Não é o mesmo grupo que mudou há três anos... não é. Já tem muitas pessoas novas

O condomínio difere-se deste modo, de muitos condomínios analisados pela literatura (CONCEIÇÃO, 2016; COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2011) e noticiados pela grande mídia, como a Vila Autódromo⁵³, a comunidade do Metrô da Mangueira⁵⁴, os condomínios do MCMV em Realengo, Vila União Curicica em Jacarepaguá onde 876 foram desocupadas para implementação do BRT⁵⁵, caso que também aconteceu no Recreio dos Bandeirantes⁵⁶, além daqueles apontados pelos acadêmicos, Cardoso (2011b, 2011c, 2012, 2013), Conceição (2014), Guimarães (2013), Vainer (2013), Paiva (2014), entre outros.

O condomínio em questão priorizava, pelo menos em sua PLHIS, famílias que recebem aluguel social por habitarem áreas de risco e moradores de rua⁵⁷. O MCMV em Seropédica, portanto, tem a particularidade, de não ser um condomínio de remoção, o que me causou estranhamento pela falta de adaptação dos atuais condôminos. Os moradores removidos apontam as dificuldades em se adaptar em novas áreas, contudo, mesmo o caso analisado não sendo remoção e por se tratar de um condomínio para sanar o déficit habitacional do município, acreditava que a adaptação não seria problema. Entretanto, não foi o que a pesquisa de campo mostrou, de fato, a vida condominial é um gerador de conflitos. O estranhamento da vida comunitária não é algo recente como aponta Zygmund Bauman (2003), e isso se deve a dois pontos importantes, a liberdade e a segurança, ambas são indispensáveis, porém difíceis de se conciliar quando se trata de uma vida em comunidade. Para o autor essas duas características são ao mesmo tempo qualidades complementares e incompatíveis, a chance de entrar em conflito foi e ainda é “tão grande quanto a necessidade de sua conciliação” (BAUMAN, 2003, p.24). Ainda sobre isso, ele afirma:

Ela (essa circunstância de conciliar liberdade e segurança) também torna a vida em comum um conflito sem fim, pois a segurança sacrificada em nome da liberdade tende a ser a segurança dos outros; e a liberdade sacrificada em nome da segurança tende a ser a liberdade dos outros.

A vida comunitária, portanto, enfrenta muitos desafios, a aglomeração de pessoas com histórias de vidas diferentes e culturas diferentes é acionada como uma dificuldade em se viver em comunidade como aponta alguns moradores, ainda que estes não tenham sido alvos de uma política de remoção. O reconhecimento de uma variedade cultural é na verdade o começo e não o fim dessa questão, é necessário que a (s) comunidade (s)

⁵³ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/apos-remocoes-moradores-da-vila-autodromo-protestam-no-rio.html>

⁵⁴ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/remocao-em-favela-do-rio-termina-em-tumulto-na-uerj.html>

⁵⁵ <http://oglobo.globo.com/rio/para-implantar-transolimpico-rio-tera-uma-das-maiores-remocoes-de-favelas-desde-2009-13271290>

⁵⁶ <http://www.forumjustica.com.br/pb/o-programa-minha-casa-minha-vida-nova-casa-nova-vida/>

⁵⁷ Retirado do PLHIS proposto pela Kal ao município.

venha(m) a se abrir, afim de que possa não só manter uma conversa, mas também enriquecer e estimular a sociedade em sua união. (BAUMAN, 2003).

Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e de responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos” (BAUMAN, 2003, p.134)

A vida com regras e normas, aglomeração de pessoas com costumes diferentes em um espaço comum, foi ao que parece, o maior problema entre os moradores entrevistados. A estrutura precária dos empreendimentos foi também um obstáculo no viver condominial, o que resultou num espaço de estranhamento entre eles. De fato, seja condomínio de remoção ou não, aprender a viver em comum unidade é um desafio a todos.

4- CONCLUSÃO

A pesquisa de campo e as reflexões que compõe esse texto permitem apontar algumas conclusões e problematizações acerca do que foi tratado.

Muito mais do que conclusões fechadas, esta dissertação buscou mostrar caminhos que a pesquisa de campo demonstrou e o que ainda é preciso pesquisar. Os vastos campos da produção de moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida, em específico, numa cidade da Baixada Fluminense demonstrou certas particularidades, e nos convida a questionar e problematizar muitos aspectos. Deste modo, puxarei, nesta conclusão, alguns fios e achados desta pesquisa.

Como foi falado na introdução, a princípio, o objetivo era compreender a relação do condomínio analisado juntamente com outro grande projeto do Estado, o Arco Metropolitano, como o início desta pesquisa se deu antes da chegada do Arco, foi observado que alguns moradores, como Joana, criaram expectativas sobre o mesmo, sobre algo que iria vir e traria muitos benefícios pois o condomínio fica praticamente na boca do arco, traria emprego, empresas se consolidariam no local etc. era um momento pré crise do Estado, num segundo momento, eu volto a campo, ainda sem essa crise consolidada, mas com indícios que o Estado não andava bem. Apesar de os entrevistados não terem uma relação com o Arco, e tampouco com a Baixada, ao que parece não são os moradores que não tem relação com este projeto, mas é possível dizer que há diferentes momentos em que o Arco é tratado.

A Baixada sempre teve projetos, mas seus projetos são em sua maioria para escoar e atravessar a Baixada, nunca para interligar os municípios que a compõe. A ausência da dinâmica Seropédica-Baixada pelos moradores analisados e da relação entre eles e o Arco parecem apontar Seropédica como a periferia da Baixada, a exemplo disso é falta de trem no município, uma vez que a Baixada é atravessamento da linha ferroviária. Essas ausências demonstram como se produzem margens e como se produz Baixada Fluminense, a questão da mobilidade na Baixada Fluminense nunca foi para conectar a Baixada, mas sim o que está fora, o Arco atravessa a Baixada, mas não a conecta. vide a falta de relação dos moradores analisados com o Arco, esse apontamento mostra um caminho que poder ser seguido, e não uma conclusão unânime sobre todos os moradores de Seropédica. Deste modo, a particularidade desta pesquisa não se encontra somente no território, mas se dá majoritariamente nas relações de poder que ali foram instituídas, e como o condomínio em questão se faz na relação com a Prefeitura.

Outro ponto que se pode destacar foi a percepção que a padronização ao mesmo tempo que incomoda, a ausência dela também incomoda. A padronização incomoda porque remete as construções de conjunto habitacional a qual eles querem se afastar, mas a falta dela remete a percepção que eles têm de favela, de um lugar desordenado. Essa conclusão fica explícita na fala da dona Vilma, que foi apresentada no capítulo 1, a qual retomo aqui:

Vilma: Eu acho que, se fosse tudo murado, se entregasse tudo muradinho e direitinho, isso chamaria menos atenção em questão de favela que eles falam que é, não só os barracos, mas chamaria menos atenção. Porque cada um fez do seu jeito, então parece uma favela. Porque favela você sabe como é, cada casa faz do seu jeito. É uma trepada em cima da outra, uma bonita, outra ... onde dá pra fazer do jeito que der eles querem... bonitinho, pinta a casa. Nossa, tem casa ali que os portões são lindos né Vera? As casas são lindas.

Ou seja, falta muro, ou cada muro é construído de diferentes maneiras, há uma dualidade, esta fala demonstra um conflito por disciplinarização, controle e ordenamento urbano. As falas dos moradores são permeadas por uma busca do afastamento do estigma, de uma “limpeza moral”, onde é somente o outro que precisa ser disciplinado.

Não somente nesta fala, mas em praticamente todas aqui apresentadas, os moradores analisados não falam de si mesmo, é sempre o outro que precisa ser padronizado, o outro que precisa ser disciplinado, o outro que precisa ser vigiado, para que desta maneira o condomínio tenha ordem e não vire uma bagunça. As falas dos moradores apontam uma disputa discursiva e conflitos entre os moradores, demonstra o porquê de ter tido resistência no início da pesquisa de campo, há uma demanda por disciplinarização (do outro) e controle (sobre os outros e sobre o território), uma demanda de ordenamento urbano em relação ao Estado.

Outro achado da pesquisa, e diz respeito ao viés da pesquisa de campo, é no que tange os perfis dos entrevistados, dos “batalhadores”, a maior acessibilidade a eles mostra um lugar de fala privilegiado, de alguém que não precisa se proteger tanto, e nem driblar o pesquisador, ou seja, a maior facilidade em conversar com esses moradores mostra um lugar de conforto, de olhar para os outros como alguém que deu certo, que ascendeu, e que não precisa se esconder para falar, contar sua trajetória, e suas percepções sobre o condomínio. Com outras palavras, o perfil aqui apresentado e capturado, demonstra a busca por uma “limpeza moral”, em que é sempre o outro que precisa ser mudado e disciplinarizado e a si mesmo não.

As críticas dos moradores em relação ao condomínio e ao PMCMV apontam também para uma outra questão. As críticas aparecem em duas dimensões distintas, elas não são homogêneas porque depende de cada situação e para quem fala. Uma primeira fala está no registro da necessidade, como quem diz: “ Eu não tinha nada, agora tenho essa casa, para que vou reclamar? É claro que faltam algumas coisas, mas eu não tinha nada, então está de bom tamanho! ”. E a outra, se dá no registro da reivindicação, o que Márcia Leite na arguição desta dissertação chamou de “crítica reivindicante”, esta crítica não opera no campo da necessidade, mas no reconhecimento dos seus direitos, da sua cidadania, esta fala representa aqueles que tem consciência de que é direito ter uma casa digna, é direito reivindicar porque paga imposto, porque cumpre com seus deveres.

O que saltou os olhos na pesquisa desta dissertação, é pode ser um dos contornos para pesquisas posteriores é a questão abordada no capítulo 2 - sobre quem recorrer, e trouxe consigo muitas outras questões: falta de informações; dificuldade de acesso aos órgãos públicos; jogo de empurra de responsabilidades; confusão sobre o que é tarefa de quem e quem deve fiscalizar; ausência de documentos sobre o condomínio que os condôminos deveriam ter, inclusive a ex síndica e o confronto no que diz cada instituição envolvida.

Primeiro ponto em relação ao que foi dito acima é maneira como é produzida a ilegibilidade no fazer política do PMCMV, como o Estado se faz e se coproduz em relação aos moradores. Ou seja, há diversos órgãos (Prefeitura, Empreiteira, Caixa, Ibama, Inea etc) todos eles, em certa medida e de diferentes maneiras, produzindo uma ilegibilidade sobre ação do Estado. A produção da ilegibilidade por parte do Estado inviabiliza a crítica, a crítica é inviabilizada porque ao invés de se ter “críticas reivindicantes”, o que se tem são críticas de necessidade, de expectativa, transformam potências reivindicantes em expectantes, transformando críticas plausíveis, de direito e cidadania, em bênçãos.

O fato de não ser algo singular ao condomínio, demonstra como a ilegibilidade produz efeitos de poder, demonstra como essa política pública habitacional é uma maneira de governar os pobres, demonstra como se faz política no Programa. A questão aqui é de como está se produzindo Estado, território, governo dos pobres via política habitacional

de forma específica, com relações e efeitos específicos. Efeitos de poder que impedem por exemplo, a organização de um movimento reivindicativo forte e a adesão que se promove a essa condição expectante.

Para além de qualquer outra questão, quando se escuta dos entrevistados: “ É proibido fazer comércio no condomínio, mas a gente também está no meio do nada, vamos fazer o que? ”. Os depoimentos de ilegalidade e o reconhecimento de legitimidade de alguns ilegalismos produzidos pelos moradores devido a lógica da necessidade, como construção de bares, quitandas, mercadinhos e etc. mostram que os ilegalismos também estão no campo da governança e do território, podendo afirmar, desta maneira, que os ilegalismos estão no coração dessa relação de poder.

A legitimidade dos ilegalismos por parte do Estado, como por exemplo, quando a Caixa dá o aval da construção de 50 unidades habitacionais a mais do que o permitido, demonstra que os ilegalismos são produzidos dos dois lados, são fronteiras muito porosas entre o que é legítimo e o que é legal. Ou seja, é legal qualificar de legítimo o ilegalismo popular, em outros termos, a ilegitimidade do Estado e de seus parceiros, legitima os ilegalismos dentro do condomínio (e as duas partes sabem). E é exatamente por isso que há a confusão entre as responsabilidades das instituições.

Essa pesquisa não irá parar por aqui pois trouxe consigo muitas questões importantes a serem discutidas não somente do plano habitacional, como sociológico. Questões como o pós PMCMV e a nostalgia do que não foi; se vai virar bairro integrado e fará parte da cidade; a tentativa de descobrir qual é essa outra Baixada que está sendo formada através da moradia; a particularidade do mercado imobiliário em Seropédica; a religião e a periferia, uma vez que no caso analisado a religião não está no campo místico e sim como questão sociológica informando sobre a vida social e como a religião pode incorporar o campo e quais caminhos pode se tomar; a relação da Prefeitura com o condomínio; a demanda da Prefeitura, o porquê de Seropédica ter sido beneficiada uma vez que, como foi demonstrado, poucas cidades receberam empreendimentos faixa 1; qual relação do condomínio com a prefeitura e qual relação que estes possuem com a construtora; e o que a prefeitura queria com a construção dessas unidades habitacionais são perguntas encontradas na pesquisa de campo, mas que ainda não foram respondidas, contudo tentarei respondê-las em outros trabalhos e projetos posteriores. Todas essas questões dão fôlego para continuar a pesquisa.⁵⁸

Longe de cerrar as discussões acerca desta pesquisa, esta dissertação buscou mostrar e elucidar questões que urgem na sociologia no que tange ao Programa Minha Casa, Minha Vida, como essa política habitacional brasileira funciona, quais são suas lacunas, e quais são as percepções que os moradores analisados possuem sobre esse Programa. Assim como também a análise das vidas e trajetórias dos moradores - principais envolvidos nesse programa habitacional- suas relações e conflitos, a peculiaridade do condomínio analisado mostra que ainda há um campo extenso a se estudar e a se problematizar diante da multidimensionalidade e incessante busca do saber que as Ciências Sociais se propõem.

⁵⁸ Agradeço as contribuições de Márcia Leite e Carly Machado. Parte das reflexões dessa conclusão se devem às sugestões no momento da defesa da dissertação.

5 - BIBLIOGRAFIA

- ABREU, R. (1996) Relatos de quem colhe relatos: Pesquisas em História Oral e Ciências Sociais. **DADOS**, Rio de Janeiro, Vol.39, nº1, p. 163 – 179
- ALEXANDRE, M. (2004) Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum** - Rio de Janeiro - v.10 - nº 23 - p. 122 a 138 - julho / dez
- ALSAYYAD, N.; ROY, A. (2009) Modernidade medieval: cidadania e urbanismo na era global. **Novos estud.** - **CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 105-128
- ALVES, J. (1998) **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. São Paulo, tese de Doutorado em Sociologia, USP.
- _____. (2002). Violência e religião: repensando os conceitos a partir da Baixada Fluminense. **Ciências Humanas em Revista**, p. 131-149, jan. – jun.
- _____. (2003) **Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH CLIO.
- _____. (2012). A Baixada (não) é para principiantes. **Destinos - olhares para além da fachada**, n.º 2, 11-12.
- AMORE, C. (2015) Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In: AMORE, C.S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 11-28.
- ARANTES, P. (2009) Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos estud.** - **CEBRAP**, São Paulo, n. 83, p. 103-127, mar.
- BARRETO, A. (2004) Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **CAMPOS-Revista de Antropologia Social**, v. 5, n. 2.
- _____. (2006). **Cartografia política: as fases e faces da política na Baixada Fluminense**. Tese de Doutorado em Antropologia, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro.
- _____. (2007). Notícias de uma guerra: estratégias, ameaças e orações. **Horizontes Antropológicos**, n.º 27, 183-212.
- BARROS, et al. (2014) “Interação Rural Urbana Na Região Metropolitana Do Rio De Janeiro: Um Estudo Da Agricultura Nos Municípios De Seropédica E Queimados”. **Anais: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória – ES**.p.1-12
- BAUMAN, Z. (2003) A agonia de Tântalo. Muitas culturas, uma humanidade. Posfácio. In: **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Zahar.

- BECKER, H. (1993). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2008) **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar
- BOLAFFI, G. (1979) Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 166 p
- BORTOLETO, E. (2001) A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Revista Geografares**, Vitória, n. 2, jun.
- BOURDIEU, P. (1997) Efeitos do Lugar - In BOURDIEU, P. (Org.) **Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, pp.159 a 166.b
- _____. (2000). **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2007) Ofício de sociólogo – In **Metodologia de pesquisa na sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, Cap. 1
- _____, P. (2013) Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estud. av.**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144
- BRASIL. Ministério Das Cidades. Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavida.gov.br/>> Acessado: 08/04/2016
- _____.(2010)Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida?** Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília, DF: Ministério das Cidades. 132 p. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/plano-diretor/publicacoes-institucionais/>>. Acessado em: 08/04/2016.
- _____.Portal Brasil. Infraestrutura. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura.>> . Acessado em 21/01/2016
- _____. Senado Federal. Estatuto das Cidades. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/perguntas.htm>>. Acessado em: 11/04/2016
- BRAZ, M. (2004) Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 814-818, Setembro
- BUONFIGLIO, L.; BASTOS, R. (2011) O lugar das políticas de habitação popular nas cidades brasileiras. **Anais: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)**, Belo Horizonte, 2011. Belo Horizonte: UFMG
- CALDEIRA, T. (2000) **Cidade de muros - crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34.

CARDOSO, A. et al. (2011a) Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. **Anais:** Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação E Pesquisa Em Planejamento Urbano E Regional, 14, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anpur, p. 1-20.

_____. et al (2011b). **A Produção da Moradia Popular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) o caso dos Conjuntos Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida em Realengo.** Relatório de técnico-científico não publicado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____. A., et al. (2011c). **Realengo: Aquele Desabafo.** (curta-metragem). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZoBJzrACZ3c&feature=player_embedded>. Acessado em: 10/01/2017

_____. ARAGÃO, T. A.(2012) Reestruturação do setor imobiliário e o papel do Programa Minha Casa Minha Vida. **Anais:** XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território (RII). Belo Horizonte, outubro de 2012.

_____; ARAGÃO, T. (2013) Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: _____ (org). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 17-66.

_____;ARAGÃO, T.; ARAÚJO, F. (2013) Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. **Anais:** Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14,.

_____; ARAÚJO, F.; JAENISCH, S.(2013). Morando no limite: sobre padrões de localização e acessibilidade do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Anais:** Encontros Nacionais da ANPUR, v. 15,

_____, et al. (2013) Quando Um Direito Vira Produto: Impactos Do Programa Minha Casa Minha Vida Na Cidade Do Rio De Janeiro. **Anais:** XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/1485_gt02.pdf.

CARDOSO, A.; QUEIROZ E MELO, I.; JAENISH, S.(2015) A Implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha Casa... e a Cidade?:** avaliação do programa Minha Casa Minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 201

_____. LAGO, L. (2013) O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. In: CARDOSO, A.(org). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 7-16.

CARVALHO, E. (2002).Cidades brasileiras crescimento e desigualdade social. **Revista ORG & DEMO.** Vol. 3

- CASTELLS, M. (1983). **A questão urbana** (1972). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. (2011) **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- _____. (2013) **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- _____. (2015) **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- CONCEIÇÃO, W. (2016). **Minha casa, suas regras, meus projetos**: Gestão, disciplinar e resistências nos condomínios populares do PAC e PMCMV no Rio de Janeiro. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CHRISTOVÃO, A.; ZUCCARELLI, C. (2008) **Como a idéia de distância social nos ajuda a pensar a Dimensão Territorial da Inclusão/Exclusão social**. Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro, 6 jun. Disponível em: <://web.observatoriodasmetrololes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=549&Itemid=113&lang=pt#>. Acessado em: 20/01/2017
- DAMATTA, R.(1978) O ofício do antropólogo ou como ter anthropological blues. In: **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- D'AMICO, F. (2011) O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. In: COSTA, Juliana Camargos et al. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa**: trabalhos premiados. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal,. p. 33-54.
- DI LEONARDO, M. (1987). “Oral History as Ethnographic Encounter”. **The Oral History Review**, v. 15, p. 1-20.
- DURKHEIM, E. (1983) As regras do método sociológico. In: **Durkheim, vida e obra** (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 203-245.
- _____. (1989) **Formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulinas.
- ENNE, A. (2002). **Lugar meu amigo, é minha Baixada**: memória, representações sociais e identidades. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____.(2004). **Imprensa e Baixada Fluminense**: múltiplas representações. **Ciberlegenda (UFF)** , n.º 14.
- EVANS-PRITCHARD, E. (1993) **Os Nuer**. Ed. São Paulo: Perspectiva.

FIRJAN, (2008). Avaliação dos Impactos Logísticos e Socioeconômicos da Implantação do Arco Metropolitano do Rio De Janeiro - Resumo Executivo. **Estudos para o desenvolvimento do Rio de Janeiro**. nº3. Julho

FOUCAULT, M. (1992). Sobre a história da sexualidade. In: **Microfísica do Poder** (10.^a ed. ed.). Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1996). **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2004) **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes,. 288p.

_____. (2009). **Ditos e Escritos vol. III**. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. São Paulo: Forense Universitária.

FREIRE, J. (2012) O apego com a cidade e o orgulho de “ser da Baixada”: emoções, engajamento político e ação coletiva em Nova Iguaçu”. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 33, pp. 915-940, Dezembro.

FRUGOLI JR., H. (2005) O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Rev. Antropol.**, São Paulo , v. 48, n. 1, p. 133-165, Junho.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2015). Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012**. Belo Horizonte

GALIZA, H.; VAZ, L.; SILVA, M.. (2014) Grandes Eventos, obras e remoções na Cidade do Rio de Janeiro, do Século XIX ao XXI. **Anais: II Megaeventos e a Cidade**

GEIGER, P.; SANTOS, R. (1956). **Notas sobre a Evolução da Ocupação Humana da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE.

GIDDENS, A. (1998) Estado e sociedade civil. In: **A terceira via**. Editora Record.

HARVEY, D. (2001) **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2001

HIRATA, F. (2009) " Minha Casa, Minha Vida": Política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana?. **Revista Aurora**, v. 2, n. 2

KAL PROJETOS E TERRITÓRIOS. (2011) **Plano Local de Habitação de Interesse Social: Proposta Metodológica**. Seropédica, setembro.

_____. (2012) **Plano Local de Habitação de Interesse Social: Levantamento de Dados**. Seropédica, fevereiro.

_____. (2012) **Plano Local de Habitação de Interesse Social: Diagnóstico**. Seropédica, junho.

_____. (2012) **Plano Local de Habitação de Interesse Social: Estratégias de Ação**. Seropédica, dezembro.

KOWARICK, L. (1979) **A espoliação urbana**. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

LAGO, L. (2000) **Desigualdades e segregação na metrópole**: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro, Revan, Fase.

_____. (2003), “Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana”. **Cadernos Metrópole: Desigualdade e Governança**, 9 (1): 119-133.

_____. (2007) A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena..**Cadernos IPPUR** Ano XXI, Ago-Dez.

_____. (2011). O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. **Anais**: 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.

_____. (2012). **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições- Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 256p;

LEITE, M.(2008) Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade. In: Machado da Silva, Luiz Antonio (org.), **Vida sob cerco**. Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

LIMA, S. (2009).**Luta de Classes e Questão Urbana no Brasil atual**. XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de octubre 2009.

MACHADO-MARTINS, M. (2014) Alternativas para moradia popular no Rio de Janeiro: Ocupação e reconversão de usinas na Avenida Brasil. In: **Anais**. III Encontro da Associação Nacional De Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. ANPPGAU: São Paulo.

_____.(2015) Pensando alternativas para a habitação popular: A reconversão de usinas em condomínios na Avenida Brasil. In: LIMA, R.; MELLO, M.; FREIRE, L. (Orgs.). **Pensando o Rio**: Políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar. Niterói: Intertexto, p. 57-76.

MAGALHAES, A. (2013) O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 19, n. 40, p. 89-118, Dec.

MARCUS, G. (1995). Ethnography in/of the World System: The emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology** , vol. 24, 95-117.

MARGUTI, B. (2013). Conjuntos Habitacionais: estruturação socioespacial e acesso à cidade município de Santo André. In: CARDOSO, A. (org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro, Letra Capital, p 227-254

MARICATO, E. (1979), **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Ômega.

_____. (1996) **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec.

_____. (2000) Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, Oct. 2000.

_____. (2009) **É preciso repensar o modelo**. São Paulo: Arquitetura e Urbanismo, Setembro/Editora Pini, p. 63.

MARQUES, E; RODRIGUES, L. (2013) O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 15, n. 2, p. 159-177

MIAGUSKO, E. (2012). Representações do urbano na Baixada Fluminense na era dos grandes projetos (versão preliminar) **Anais: 35º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu

_____. (2013). Chatuba não é favela?: margens, representações sociais e UPP's no Rio de Janeiro (versão preliminar). **Anais: 36º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu

MONTEIRO, L. (2007). **Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense**. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ.

NASCIMENTO, E.. (2009). A periferia de São Paulo: revendo o conceito, atualizando o debate. **Anais: 33º Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu – MG

NASCIMENTO NETO, P.; MOREIRA, T.; SCHUSSEL, Z. (2013). Conceitos divergentes para políticas convergentes: descompassos entre a Política Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 14, mar

OLIVEIRA, A.; RODRIGUEZ, A. (2009) Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. **Semestre econômico**, v. 12, n. 24, p. 127-143.

OLIVEIRA, F. (1982) O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates** v.2,n6.

OLIVEIRA, V. (2014) **Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos**. 2014. 226 f. Dissertação - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

PAOLI, M. (2002) Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 373-418.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Octávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro, 1987, p. 26-67.

PAZ, R. et.al. (2015) Trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. In: AMORE, C.S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital.

PIQUET, R. (1993). **Cidade-Empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Zahar

QUEIROZ, M. (2008) “Relatos orais: do “Indizível” ao “Dizível”” In: LUCENA, Célia Toledo et al(orgs). **Pesquisa em Ciências Sociais**: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz, SP: CERU

RAICHELIS, R. (2006). Gestão Pública E A Questão Social Na Grande Cidade. In **Lua Nova**, São Paulo, 69: 13-48.

RIBEIRO, L. (2004). Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 56, n. 2, Apr.

_____. (2008) . Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. **Revista VeraCidade** – Ano 3 - Nº 3 – Maio.

RECONHECIMENTO das remoções. Publicado em 31/10/2011 em: <http://web.observatoriodasmetrolopolos.net/projetomegaeventos/index.php?option=com_k2&view=item&id=7:reconhecimento-das-remo%C3%A7%C3%B5es>. Acessado em 10/02/2017.

RIO DE JANEIRO (cidade). Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania

RIO DE JANEIRO (estado). Secretaria do Estado de Habitação.

RIZEK, C. (2002). “Os sentidos da cidade na sociologia brasileira”. **Relatório parcial do subprojeto da pesquisa Cidadania e Democracia**: O pensamento nas rupturas da política. São Paulo, Fapesp.

_____. AMORE, C.; CAMARGO, C. (2014). Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida “entidades”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 531-546, Set/Dez.

ROCHA, A. (2009) **Baixada Fluminense**: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal Fluminense. Niterói : [s.n.].141 f.

_____. (2013). “Nós não temos nada a ver com a Baixada!” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. **Recôncavo**: Revista de História da UNIABEU Ano 3 Número 4 Janeiro - Julho.

_____.(2014) “**As representações ideias de um território**”: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990. TESE (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RODRIGUES , A. (2007).Desigualdades Socioespaciais – A Luta Pelo Direito À Cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88.

ROY, A. (2009). The 21st Century Metropolis. New geographies of theory. **Regional Studies** , vol. 43

RUFINO, M. (2016) Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. **Cad. Metrop.**, São Paulo , v. 18, n. 35, p. 217-236, June .

SANTOS, C. Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo? **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, n. 160, p. 6-28, 1981a.

SANTOS JUNIOR, O.; SANTOS, M.. (2012). Megaeventos e o direito à moradia: reflexões a partir do caso do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, F. et al (org.) **Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital.

SHIMBO, L. (2010) **Habitação Social, Habitação de Mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese de Doutorado (Programa de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo (USP), 361p.

SILVA, L. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil contemporâneo. **Sociedade & Estado** , n.º 19 (n.º 1), 53-84.

SIMMEL, G. (2006) A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal. In: _____. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SIMÕES, M. (2007). A cidade estilhaçada: reestruturação econômica emancipações municipais na baixada fluminense. Mesquita: **Entorno**

SOUZA, J. (2012). “Os Batalhadores e o pentecostalismo: Um Encontro entre classe e religião. In: **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Editora UFMG.

TELLES, V. (2009) Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder. **Revista Dilemas**, no. 5-6, pp. 97-126

_____. (2009a) Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 84, p. 153-173.

_____; HIRATA, Daniel Veloso. (2010) Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 22, n. 2, p. 4040

TOFFANO, A; VALOTO, F. (2011). Grandes Projetos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro: A Influência da Indústria do Petróleo na Região da Ompetro e do Conleste. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. v. 11, n. 1

VAINER, C. et al. (2013) O plano popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 15

VALLADARES, L. (1978) **Passa-se uma casa**: Análise do Programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, 2ª ed..

_____.(1980). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. (1983) Estudos Recentes sobre a Habitação no Brasil: Resenha da literatura. In: VALLADARES, Licia do Prado (Org.). **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores

_____. (2005). **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro, FGV

_____(2007) Os dez mandamentos da observação participante. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 22, n. 63, p. 153-155, Feb. 2007

VELHO, O. (org.) (1967) **O fenômeno urbano**, Rio de Janeiro, Zahar.

_____. (1981) **Individualismo e cultura**: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar.

VINUTO, J. (2016) A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um Debate Em Aberto. **Temáticas**, n. 44

WACQUANT, L. (2001), A 'Underclass' urbana” no imaginário social e científico norte americano. In: **Os Condenados da Cidade**, Rio de Janeiro, Revan/Observatório, FASE.

_____. (2004), Que é Gueto? Construindo um conceito sociológico, **Rev. Sociol. Polít., Curitiba**, 23, p. 155-164

WEBER, M. (1992). “A “Objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política”. In: **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez. pp. 107-154

WHYTE, W. 2005 [1943]. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 390pp.

ZALUAR, A. (1985) **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza, São Paulo, Brasiliense.